

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LÍNGUA,
LITERATURA E INTERCULTURALIDADE**

MEMÓRIA DO FOGO - O SÉCULO DO VENTO, DE EDUARDO GALEANO:
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NAS DITADURAS
LATINO-AMERICANAS

ELIANE APARECIDA DA COSTA SOARES

MEMÓRIA DO FOGO - O SÉCULO DO VENTO, DE EDUARDO GALEANO:
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NAS DITADURAS
LATINO-AMERICANAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade, como requisito para conclusão do curso e obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade.

Linha de Pesquisa 2: Estudos Literários e Interculturalidade

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Goiás-GO

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE
Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S676m Soares, Eliane Aparecida da Costa.

“Memória do fogo: o século do vento”, de Eduardo Galeano: memória e resistência das mulheres nas ditaduras latino-americanas [manuscrito] / Eliane Aparecida da Costa Soares. – Goiás, GO, 2022.

150f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves.

Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Discurso histórico-literário - análise. 1.1. Eduardo Galeano. 1.2. Memória e resistência - mulheres. 1.3. Ditaduras latino-americanas. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 93(8=6)

ELIANE APARECIDA DA COSTA SOARES

MEMÓRIA DO FOGO - O SÉCULO DO VENTO, DE EDUARDO GALEANO:
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NAS DITADURAS
LATINO-AMERICANAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade, aprovada em 04 de fevereiro de 2022, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

PROF. DR. RICARDO JUNIOR DE ASSIS FERNANDES GONÇALVES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
PROFESSOR ORIENTADOR
(Presidente)

PROF. DR. EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
(Membro Externo)

PROF.^a. DRA. NISMÁRIA ALVES DAVID
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
(Membro Interno)

PROF.^a. DRA. LUIZA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
(Membro Externo - Suplente)

PROF. DR. JOSÉ ELIAS PINHEIRO NETO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
(Membro Interno - Suplente)

A meus filhos, Juliana e Idelson Júnior, por todo carinho, apoio e incentivo na realização de mais este sonho.

A meus netos, João Pedro, Maria Clara e Mateus, razão e alegria do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meu **DEUS e SENHOR**, que me concedeu a graça de realizar o sonho de cursar o mestrado. Que cuidou de todos os detalhes: escolheu o melhor Programa, os professores, meu estimado orientador, familiares e amigos que me encorajaram e sustentaram em todo o percurso.

Ao professor, orientador, **Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves**, pelo incentivo, confiança e orientação segura no decorrer da pesquisa e no processo de redação da dissertação. O geógrafo poeta que me conduziu pelos meandros do texto literário, fazendo descortinar ante os meus olhos *nuances* até então desconhecidas com humildade, paciência e serenidade. Muito obrigada por tudo!

Aos professores, **Eguimar Felício Chaveiro, Nismária Alves David e Luiza Helena Oliveira da Silva**, pelas primorosas orientações à pesquisa e por aceitarem participar da minha banca de defesa do mestrado.

A meu amado filho, **Idelson Júnior**, a minha fonte humana de inspiração, que viu em mim uma capacidade, que eu mesma não via ou acreditava, mas por amor a ele aventurei-me, dediquei-me de modo a ver o brilho de orgulho e felicidade nos seus olhos pela conquista alcançada.

À minha querida filha, **Juliana Paula**, e netos: **João Pedro, Maria Clara e Mateus** que com amor e paciência compreenderam a minha ausência nos momentos de estudo e pesquisa.

À minha amiga, irmã, **Mônica Maria dos Santos**, que esteve ao meu lado desde o primeiro momento da realização do projeto de pesquisa, sempre me motivando e ajudando a superar a insegurança, a angústia e o medo, assim como a vislumbrar novos caminhos e direções para seguir adiante e continuamente até a sua conclusão. Gratidão sem limites!

À minha amiga, **Heloísa Helena Ribeiro de Miranda**, que semeou o anseio da realização do mestrado no meu coração e direcionou os primeiros passos para a sua concretização.

À professora **Giuliana Cavin**, pela prestimosa contribuição nos estudos para o processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade.

E onde param os desaparecidos

E onde param os desaparecidos,
os mortos enterrados sem ritos,
em silêncio, no escuro?

Que madeira tiveram para os seus caixões?
Que rezas amigas, que flores de homenagem?

Onde para a sua seiva, a fonte de energia
que levou a noite a suprimi-los?

Terão eles a resposta?

É preciso encontrá-los, esses mortos.

Egito Gonçalves (2020)

A história se repete? Ou só se repete como
penitência para quem é incapaz de escutá-la? Não
há história muda. Por mais que a queimem, por
mais que a rasguem, por mais que a mintam, a
história humana se nega a calar a boca.

Eduardo Galeano (2013)

SOARES, Eliane Aparecida da Costa. *Memória do Fogo - o século do vento*, de Eduardo Galeano: Memória e resistência das mulheres nas ditaduras, 2022. 150f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

RESUMO

O registro da história oficial, em especial da história do chamado Novo Mundo, é um mosaico repleto de lacunas, alicerçado em narrativas unilaterais que, geralmente, expõem as benesses da presença do colonizador europeu no desenvolvimento social e cultural das populações que, originalmente, habitavam esses países e tiveram muito das suas culturas massacradas pela massiva exploração econômica presente no Continente, desde o século XVI. Atento às vozes mais secretas e esquecidas da história, o escritor e jornalista uruguaio, Eduardo Galeano, evidencia, ao longo da sua obra, sujeitos ou agentes históricos negligenciados pelo registro oficial. Na trilogia *Memória do Fogo*, reescreve, sob outro ponto de vista, a história da América Latina, no decurso do processo de colonização europeia. Na última parte da obra, destinada ao século XX, denominado pelo autor de *O século do vento*, ele dedica-se, especificamente, os relatos das personagens que sofreram as violências e os abusos do poder impostos pelas ditaduras que permearam de dor e sofrimento o período compreendido entre 1964 e 1985, com destaque especial aos movimentos realizados por mulheres, quase sempre ignoradas e silenciadas pela história, mas que desempenharam um papel decisivo para o restabelecimento da democracia nos países vitimados pela ditadura. A presente pesquisa, embasada na obra de Galeano, foi motivada pela singularidade no modo de representação do protagonismo feminino relacionado à realidade das ditaduras latino-americanas. Tendo em vista o exposto, a investigação da problemática que permeia esta pesquisa acerca da memória e da resistência das mulheres nas ditaduras latino-americanas partiu do estudo bibliográfico, objetivando compreender quais são os recursos utilizados por Eduardo Galeano para a composição das narrativas que apresentam, como eixos motivadores, a história e a memória do ativismo da mulher. A pesquisa primou pela busca da compreensão de como o autor, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), objeto desta pesquisa, consegue se valer do protagonismo feminino, por meio da literatura, para trazer à superfície do discurso histórico-literário as suas memórias, visando inferir como, por meio da narrativa histórico-literária, deu-se a construção da representatividade e do ativismo feminino no contexto latino-americano. Na análise realizada foi possível concluir que os discursos, as ações populares, a união e os movimentos de resistências organizados e vividos por tais mulheres foram fundamentais para o fim da ditadura latino-americana.

Palavras-chaves: Eduardo Galeano. Memória. Resistência. Mulheres. Ditaduras latino-americanas.

ABSTRACT

The register of the official history, in particular the history of what is called the new world, is a mosaic full of gaps based in one-sided narratives that generally show how goodie was the presence of the European colonizer to the social and cultural development of the native population that originally occupied these countries and had a great deal of their culture slaughtered by the massive economic exploration resident at the Continent since the XVI

century. Observant to the most secret and forgotten voices, the Uruguayan writer and journalist Eduardo Galeano evidences over his work the subjects or agents neglected by the official registers. In the trilogy *Memoria de Fogo*, he rewrites from another point of view the history of Latin America throughout the process of the European colonization. At the last part of the work, destined to the XX century, called by the author *O século do vento*, he is dedicated particularly to the reports of the personages that suffered the violence and the abuse of the power imposed by the dictatorships that permeates with suffering and pain the period between 1964 and 1985, with special emphasis to the actions by the women, often ignored and silenced by the history, but developed a decisive role to the reestablishment of the democracy at the countries that were victimized by the dictatorships. This research was motivated to by the singularity of the representation of the female protagonism related to the reality of Latin American dictatorships, which aroused the desire and motivation literature research on Galeano's work. In view of the investigation of the problem that permeates this research, the memory and resistance of women in Latin American dictatorships, it started from the bibliographical study, aiming to understand the resources used by Eduardo Galeano to compose the narratives that present as motivating axes to history and memory, of women's activism. The research focused on the search for understanding how the author, in the book *Memória do Fogo: o século do fogo* (1998), the aim of this research, manages to use female protagonism, through literature, to bring his memories to the surface of the historical-literary discourse, aiming to infer how, through the historical-literary narrative, the construction of female representation and activism in the Latin American context takes place. In the analysis carried out, it was possible to conclude that the speeches, popular actions, union and resistance movements organized and experienced by these women were primordial to the end of the Latin American dictatorship.

Key Words: Eduardo Galeano. Memory. Resistance. Women. Latin American dictatorships.

RESUMEN

El registro de la historia oficial, especialmente del llamado nuevo mundo, es un mosaico lleno de vacíos basado en narrativas unilaterales, que generalmente expone los beneficios de la presencia del colonizador europeo en el desarrollo social y cultural de las poblaciones que originalmente habitaban estos países y que tuvieron gran parte de sus culturas masacradas por la explotación económica masiva presente en el Continente desde el siglo XVI. Atento a las voces más secretas y olvidadas de la historia, el escritor y periodista uruguayo Eduardo Galeano destaca a lo largo de su obra a sujetos o agentes históricos olvidados por el registro oficial. En la trilogía: *Memoria del fuego*, reescribe desde otro punto de vista la historia de América Latina durante el proceso de colonización europea. En la última parte de la obra, destinada al siglo XX, llamada por el autor *El siglo del viento*, él se dedica específicamente a los relatos de los personajes que sufrieron la violencia y los abusos de poder impuestos por las dictaduras que impregnaron de dolor y sufrimiento el período comprendido entre 1964 y 1985, con especial énfasis en los movimientos llevados a cabo por las mujeres, casi siempre ignoradas y silenciadas por la historia, pero jugaron un papel decisivo para el restablecimiento de la democracia en los países víctimas de la dictadura. La presente investigación fue motivada por la singularidad en la forma de representación del protagonismo femenino relacionada con la realidad de las dictaduras latino-americanas. A la vista de la indagación de la problemática que impregna esta investigación, la memoria y la resistencia de las mujeres en las dictaduras latinoamericanas, se partió del estudio bibliográfico, pretendiendo comprender cuáles son los recursos utilizados por Eduardo Galeano para la composición de las narraciones que presentan como ejes motivadores la historia y la memoria del activismo femenino. La investigación se centró en comprender cómo el autor, en la obra *Memoria del fuego: el siglo del viento* (1998), objeto de esta investigación,

puede valerse del protagonismo femenino, a través de la literatura, para hacer aflorar en el discurso histórico-literario sus recuerdos, pretendiendo inferir cómo, a través de la narrativa histórico-literaria, se produce la construcción de la representatividad y el activismo femenino en el contexto latinoamericano. En el análisis realizado se pudo concluir que los discursos, las acciones populares, la unión y los movimientos de resistencias organizados y vividos por estas mujeres fueron fundamentales para el fin de la dictadura latinoamericana.

Palabras clave: Eduardo Galeano. Memoria. Resistencia. Mujeres. Dictaduras latinoamericanas.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1- A marcha da Madres na Praça de Mayo em 1981	81
Imagem 2: Represión a las Madres de Plaza de Mayo, 1982	84
Imagem 3: Protesto contra a Guerra Suja	87
Imagem 4: O exército na mina Século XX, Llallagua-Bo. 52 anos de la massacre de San Juan	109
Imagem 5: Montanha e povoado de Llallagua	111
Imagem 6: Aniversario. La masacre de San Juan	115
Imagem 7: La memoria revolucionaria de Domitila Chungara	117
Imagem 8: Domitila de Chungara, Xavier Albó, Luis Espinal y otros compañeros en la huelga de hambre, diciembre 1977	136

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EDUARDO GALEANO E O PROCESSO ENUNCIATIVO NA OBRA <i>MEMÓRIA DO FOGO - O SÉCULO DO VENTO</i>	19
2.1	Eduardo Galeano, o autor-pessoa	21
2.2	A escrita como resistência na obra <i>Memória do Fogo - o século do vento</i>	24
2.3	A subversão da linguagem no discurso de Eduardo Galeano	30
2.4	A composição do narrador/enunciador na obra	38
2.5	A História ao revés: O dialogismo entre História, Literatura e Memória no texto galeano	52
2.5.1	<i>A teoria bakhtiniana e a composição da obra <i>Memória do Fogo - o século do vento</i></i> ..	53
2.5.2	<i>O ontem e o agora como pilares na construção do amanhã</i>	59
2.5.3	<i>Lembrar para jamais esquecer</i>	68
3	AS VOZES E OS ECOS DA PRAÇA DE MAIO NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE DOS RELATOS NA OBRA DE EDUARDO GALEANO	74
3.1	A ditadura militar na Argentina	75
3.2	As vozes da Praça de Maio	79
3.3	O Silêncio como voz de poder e resistência	81
3.4	A voz das mães das “loucas”: a busca pelos netos desaparecidos	87
3.5	A voz em um regime que cala	93
4	DO ALTO DO MURO, UMA MULHER GRITA	97
4.1	A narrativa combatente de Galeano: o estanho, a resistência e o sangue no massacre de São João, Bolívia	98
4.1.1	<i>O relato oral como registro histórico e como resistência do sujeito privado do direito à voz</i>	99
4.1.2	<i>A ditadura militar boliviana: o cerceamento da liberdade</i>	107
4.1.3	<i>Um furacão de balas: o derramamento de sangue inocente na festa de San Juan</i>	111
4.2	O grito que ressoa na memória coletiva	117
4.2.1	<i>A formação da voz da mulher que fala do alto do muro</i>	118
4.2.2	<i>O ativismo político de Domitila. Eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo</i>	121
4.2.3	<i>Quer dizer que cinco mulheres vão derrubar a ditadura?</i>	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

A América Latina testemunhou, por mais de três décadas, no século XX, um período de insegurança e medo, em decorrência da ditadura militar, regime de governo que comandou com mãos de ferro o destino político, econômico e social de países, como o Brasil, a Bolívia, a Argentina, o Chile e o Uruguai. Governos desses países implantaram um sistema de controle nacional baseado em repressão e violência aos opositores dos novos regimes políticos que imprimiram na história dos povos dessas nações cicatrizes eternas.

Eduardo Galeano, testemunha viva desse período, em virtude de seu ativismo político e oposição ferrenha a todo o tipo de injustiça e dominação das classes oprimidas, por duas vezes, viu-se obrigado a refugiar-se em outras terras. Obrigado a exilar-se, escapou das perseguições e ameaças contra sua vida pelos grupos militares de extermínio.

Jornalista desde muito jovem e defensor das realidades negligenciadas por governos autoritários, encontrou na palavra escrita um instrumento de denúncia, um grito de protesto e indignação que ressoou e continua a ressoar em diferentes partes do globo terrestre. Primeiramente, isso ocorreu por meio da linguagem jornalística, que busca ser objetiva e referencial; mais tarde, da literária, carregada de recursos semânticos.

A abordagem histórico-literária galeana conduz o leitor a tempos e espaços inimagináveis, pois o seu olhar crítico o leva a penetrar na história do período, mencionado anteriormente, segundo a visão dos excluídos, oprimidos e esquecidos pelos registros oficiais. Seu texto propicia a (re)visita aos centros militares de detenção clandestina, às salas e cenas de tortura e estupros, a partos envoltos na dor e no desespero das mães que, logo após as seções macabras, viam seus filhos serem arrancados delas para não mais voltarem a vê-los. A triste contemplação da violação de todo e qualquer direito humano do sujeito, sua animalização e destituição da figura do outro, como semelhante, como conterrâneo e herdeiro de uma mesma pátria.

O contato com a obra oportuniza ainda ao interlocutor de Galeano o conhecimento dos agentes históricos, mulheres e homens que não se renderam, ante o risco de perderem suas vidas em defesa de ideais patrióticos, ou em prol de seus entes queridos sequestrados pelos grupos repressores. Esses agentes, em união com seus pares, confrontaram o poder das forças erguidas pela ditadura militar, modificando o destino histórico de sua gente/nação traçado pelos governos ditatoriais.

Na construção da narrativa de *O século do vento*, Galeano relata os fatos, por meio de uma linguagem polissêmica, carregada por metáforas, pela ironia e pelo posicionamento crítico

do narrador diante dos eventos históricos. Na obra, há elementos que se evidenciam na sua produção, após a experiência no exílio, na ditadura militar, na vivência íntima com a história e a memória, principalmente, com as agentes femininas que foram vítimas do processo de repressão, emergindo no discurso literário a eloquente valorização da figura e ações dessas mulheres. É a singularidade no modo de representação do protagonismo feminino relacionado à realidade das ditaduras latino-americanas, que despertaram o anseio e a motivação à pesquisa da obra do escritor uruguaio.

Diante do exposto, surgiu a seguinte problemática: como se dá, por meio da memória, a construção da representatividade feminina na obra *Memória do Fogo - o século do vento*, de Eduardo Galeano?

Levantamos os pressupostos de que a vivência e o ativismo do autor, no contexto das ditaduras militares, e o fato de ser um profundo conhecedor do processo histórico de exploração dos recursos econômicos, físicos, humanos e do alto índice de violência sofrida pelo povo latino-americano colaboraram para que Galeano construísse um modo singular de composição, já que ocupa o lugar do oprimido que dialoga com seus pares e, conjuntamente, compõem a representação da história do continente. Esse sujeito oprimido, que transgride seu espaço, consegue condensar fatos históricos em gestos de solidariedade humana e em matéria literária.

Nesse viés, a literatura, em suas mãos, transformou-se em mecanismo de combate e resistência contra as desigualdades sociais. Dentro de sua escrita, como meio de denúncia social, a palavra literária esteve sempre a favor das realidades, até então, desconhecidas, ou ignoradas pelos poderes constituídos.

Alfredo Bosi (1996), ao tematizar a literatura, como forma de resistência, esclarece o modo como a literatura, arte da palavra, configura-se em um ato empoderado de enfrentamento a realidades injustas pela pena do escritor literário.

A escrita resistente não resgata apenas o que foi dito uma só vez no passado distante e que, não raro, foi ouvido por uma única testemunha, [...]. Também o que é calado no curso da conversação banal, por medo, angústia ou pudor, soará no monólogo narrativo, no diálogo dramático. E aqui são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional (BOSI, 1996, p.27).

Para Bosi (1996), a narrativa resistente é um ato social, fruto da liberdade criadora do escritor, que, por meio de recursos literários e narrativos, faz aflorar no discurso enunciado reflexões sobre os valores morais e éticos que permeiam as relações sociais de um determinado contexto histórico-social.

Com base nas considerações anteriores, a pesquisa primará em compreender como Eduardo Galeano, na obra *Memória do Fogo - o século do vento* (1998), objeto desta pesquisa, consegue se valer do protagonismo feminino, por meio da literatura, para trazer à superfície do discurso histórico suas memórias, visando inferir como, por meio da narrativa histórico-literária, dá-se a construção da representatividade e ativismo femininos no contexto latino-americano. Na mesma linha, como o dialogismo entre História, Literatura e memória contribuem para a singularidade no modo de representação da história durante as ditaduras militares na América Latina, objetivando a análise de seu contexto de produção, no intuito de ampliar as discussões sobre esse contexto e sua apropriação por meio da literatura.

Com o intuito de investigar a essência da problemática levantada, a pesquisa terá como aporte filosófico o materialismo histórico-dialético, buscando apreender o processo histórico e as inter-relações humanas e sociais produzidas no período de Ditadura Civil Militar na América Latina, bem como suas implicações na construção da representação dos agentes históricos nele inseridos.

Triviños (1987), na obra, *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, apresenta a seguinte reflexão sobre a epistemologia em questão: “O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Gomide e Jacomeli contribuem com a proposição apresentada por Triviños, elucidando que, fundamentado em “[...] Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico” (GODIME; JACOMELI, 2016, p. 67), que visa, por meio de estudos e análises, compreender a composição da vida humana e as transformações históricas e sociais ocorridas ao longo desse processo de construção histórica. As autoras afirmam ainda:

O materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência”. (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 69)

As experiências vivenciadas pelo ser humano, ao longo da vida e as relações por ele estabelecidas com seus pares, em sociedade, não permitem uma quantificação, surgindo, assim,

como proposta metodológica para o estudo e a pesquisa desses fenômenos a pesquisa quantitativa, visto que:

[...] do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2011, p.79)

Assim, visando à investigação da problemática que permeia esta pesquisa, a memória e a resistência das mulheres nas ditaduras latino-americanas, partir-se-á do estudo bibliográfico, objetivando compreender quais são os recursos utilizados por Eduardo Galeano para a composição das narrativas que apresentam, como eixos motivadores, a história e a memória do ativismo da mulher, na literatura do escritor uruguaio.

O estudo terá como ponto de partida a obra do escritor uruguaio, *Memória do Fogo - o século do vento* (1998) com um recorte no período entre 1964, início da ditadura militar no Brasil, e 1985, quando o regime ditatorial é destituído nos países latino-americanos. Também serão utilizadas outras obras do acervo de Galeano que contribuam para a elucidação da problemática proposta.

Para tanto, a pesquisa se compõe de um estudo bibliográfico, com uma abordagem qualitativa, visando estabelecer um diálogo entre a Teoria da História, a Teoria da Literatura e a Teoria da memória, objetivando compreender quais são os recursos utilizados pelo autor para a composição das narrativas que trazem como eixos motivadores a história e a memória do ativismo da mulher, na literatura galeana.

Com o corpus selecionado, partiremos para a análise do discurso literário numa perspectiva crítica que incidirá sobre as teorias epistemológicas da Memória, Maurice Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1989 - 1992); da História, Jacques Le Goff (1990) e Michel de Certeau (1982); da Literatura, Alfredo Bosi (1996) Walter Benjamin (1994) e da Linguagem Mikhail Bakhtin (2002 – 2006), com o objetivo de estabelecer um diálogo que propicie a compreensão de como a história e a memória feminina são representadas na obra de Eduardo Galeano, bem como essa memória, provavelmente silenciada, pode conter uma substância rara para a composição do conteúdo de nossa história e para a ressignificação do papel feminino nas lutas e conquistas históricas.

No intuito de uma organização estruturada do estudo, a pesquisa está apresentada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Eduardo Galeano e o processo enunciativo na*

obra *Memória do Fogo - o século do vento* (1998), realiza-se a análise do processo de composição da feitura narrativa. Compreendem-se quais são os recursos utilizados pelo autor para a composição das narrativas que trazem, como eixos motivadores, a história e a memória do ativismo da mulher na literatura galeana.

O estudo está dividido também em quatro partes, assim distribuídas: realiza-se uma contextualização dos eventos considerados fundamentais para a formação intelectual-crítico-social do sujeito autor Eduardo Galeano, assim como o processo de hibridização da linguagem jornalística e literária na composição da narrativa do autor. A escrita como resistência na obra *Memória do Fogo - o século do vento*, com o propósito de evidenciar o engajamento do escritor com as questões político-sociais do período ditatorial. A composição do narrador/enunciador na obra, com o objetivo de elucidar o foco narrativo e narrador da trama e, por último, o dialogismo entre História, Literatura, memória e esquecimento no texto galeano, na ânsia de detectar as motivações literárias do escritor nos relatos referentes ao contexto de ditaduras militares na América Latina.

Já no segundo capítulo, nomeado *As vozes e os ecos da Praça de Maio na Argentina: uma análise dos relatos na obra de Eduardo Galeano*, foram explorados os excertos em que o escritor uruguaio traz à luz do discurso literário os relatos protagonizados pelas mães e avós argentinas da Praça de Maio. Com efeito, destacam-se as ações empreendidas por elas no enfrentamento ao poder exercido pela ditadura militar, nos anos de 1970 a 1980, na busca por seus filhos/filhas e netos sequestrados e/ou desaparecidos em operações policiais e/ou de grupos de extermínio do país.

Com o objetivo de desvelar a problemática apresentada, o estudo está disposto da seguinte maneira: A ditadura militar na Argentina, com a intenção de apreender o contexto ditatorial e as violações dos direitos humanos cometidos pelo regime. Uma breve história das mulheres, que compreende um rápido percurso pela história das lutas femininas em busca do direito de participar da vida pública, bem como a superação das barreiras sociais e culturais no enfrentamento ao poder ditatorial em um ato de amor materno. *Vozes que ressoam através do silêncio*, uma análise discursiva, visando apreender o tecido de vozes presentes na trama e suas implicações no discurso literário.

O terceiro capítulo da dissertação, denominado *Do alto do muro, uma mulher grita*, é dedicado ao exame do ativismo político da boliviana Domitila Barrios de Chungara. Essa operária das minas de Llallagua, juntamente com quatro companheiras e seus filhos empreenderam uma greve de fome, na capital La Paz, resultando na união de milhares de

bolivianos em prol de um objetivo comum, a derrocada do general Hugo Banzer e, conseqüentemente, da ditadura militar no país.

A análise do protagonismo de Domitila e seu envolvimento com as lutas em favor de seu povo está dividida em duas partes. A primeira está assim ordenada: *A narrativa combatente de Galeano: o estanho, a resistência e o sangue no massacre de São João, Bolívia*, discorre sobre o relato oral, como registro histórico e resistência do sujeito privado do direito à palavra, com vistas a conhecer a origem, as características e a importância do gênero literário testemunho na composição da história dos países latino-americanos; A ditadura militar boliviana; O cerceamento da liberdade, para a apropriação do contexto histórico e ditatorial do período compreendido entre 1964 e 1982; e Um furacão de balas: o derramamento de sangue inocente na festa de São João, com o objetivo de compreender os fatos e as motivações que desencadearam a tragédia.

A segunda parte aborda o ativismo político e social de Domitila Barrios Chungara, que protagoniza, juntamente com quatro companheiras, a queda da ditadura militar na Bolívia. Essa parte está composta pelos seguintes tópicos: *O grito que ressoa na memória coletiva*, versará sobre a história de vida e militância da protagonista dos eventos apresentados; A formação da voz da mulher que fala do alto do muro, na busca de inteirar-se das experiências vivenciadas pela mineira boliviana que contribuíram para a formação de sua consciência política e social; O ativismo político de Domitila. Eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo, cujo objetivo é entender a força e a resistência dessa mulher no enfrentamento ao regime ditatorial; Quer dizer que cinco mulheres vão derrubar a ditadura? A coragem de cinco mulheres mineiras que juntas derrubam a ditadura de Hugo Banzer Suárez.

Ao final da pesquisa e dos resultados por ela apresentados, espera-se possibilitar, no âmbito acadêmico, o acesso das novas gerações à história e aos desdobramentos das ditaduras militares nos países da América Latina, tema ainda pouco discutido no Brasil, bem como o protagonismo feminino nessas lutas. Ainda, promover o conhecimento da força feminina nas lutas contra as injustiças vividas por aqueles que vivem à margem da sociedade latino-americana.

2 EDUARDO GALEANO E O PROCESSO ENUNCIATIVO NA OBRA *MEMÓRIA DO FOGO - O SÉCULO DO VENTO*

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano (1994)

As ditaduras latino-americanas deixaram as marcas do autoritarismo, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 do século XX, e a violação dos direitos humanos da população dos países em que elas ocorreram. A História oficial, publicada nos livros impressos e digitais, não abarca toda a significação e a opressão física e psicológica vivenciadas pelos agentes históricos que lutaram contra as forças opressoras desse período.

No ano de 2009, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília-DF, apresentou a seguinte apuração do número de vítimas do “Terrorismo de Estado” (REATO, 2012, p. 8) nesse período histórico:

[...] no **Brasil** foram 50 mil pessoas presas, 20 mil torturados, 356 mortos e desaparecidos, 4 crianças provavelmente sequestradas. No **Uruguai** foram 166 desaparecidos, 131 mortos, 12 bebês sequestrados, 55 mil detidos. No **Paraguai** foram de 1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos, 1 milhão de exilados. No **Chile** foram 1.185 desaparecidos, 2.011 mortos (embora estatísticas extraoficiais falem em até 10 mil assassinados), 42.486 presos políticos apenas em 1976. Na **Argentina** foram 30 mil mortos e desaparecidos e 230 crianças sequestradas (BRASIL, 2009, p. 101, grifo do autor).

Na Bolívia, os números também foram elevados. De acordo com a Anistia Internacional, mais de 200 pessoas foram assassinadas, 5.000 presos, 20.000 exilados e 150 pessoas vítimas de desaparecimento forçado (AMNISTÍA, 2014, p. 1). Os dados citados são baseados em casos registrados e comprovados pelos órgãos competentes. Dados esses, no mínimo questionáveis, visto que pouca ou nenhuma documentação de prisioneiros ou filhos destes foi encontrada para averiguação.

Eduardo Galeano foi incisivo ao relatar que

Às cinco da tarde, purificação pelo fogo. No pátio do quartel do Regimento Catorze, em Córdoba, o comando do Terceiro Exército “procede a incinerar esta documentação perniciosa, em defesa de nosso mais tradicional acervo espiritual, sintetizado em Deus, Pátria e Lar”. Jogam-se os livros nas fogueiras. De longe, se avistam as chamas altas (GALEANO, 2011, p. 200).

Testemunha desse contexto, Galeano encontra no texto histórico-literário uma via para levar o conhecimento dessas realidades àqueles que não tiveram a oportunidade de conhecê-las. Ademais, sua escrita sinaliza uma forma de dizer o não dito pelos registros oficiais de cada nação.

Eduardo Galeano, conhecedor do poder formador intrínseco da arte literária e de seu importante papel humanizador “[...] como algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem” (CANDIDO, 2007, p.35), dada sua capacidade de sensibilizar e promover o encontro do “eu” com o “outro”. Assim, propõe-se, a partir do texto histórico-literário, na obra *Memória do Fogo - o século do vento*, ressignificar a história do período ditatorial contada, por intermédio do diálogo entre a História (documentada oficialmente) e a Literatura.

O enredo apresentado por Galeano aborda as questões históricas da América Latina, sob o prisma dos excluídos e marginalizados, silenciados pelo discurso arbitrário de governos e regimes autoritários. Logo, o escritor uruguaio conta as histórias de lutas, perseguições, opressões e conquistas de integrantes da sociedade dessa região do Continente. Ainda, faz emergir à luz do discurso histórico-literário a representação das realidades negligenciadas, assim como dos agentes históricos que, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas o direito à liberdade e a uma vida digna em comunidade.

Dessa forma, desponta no texto galeano um agente histórico crítico e engajado nas questões político-sociais de seu tempo, um escritor que descreve não somente eventos vividos por pessoas estranhas a ele, mas fala da própria experiência. Diz também da vivência de companheiros de profissão, militância e amigos com os quais compartilhava os mesmos sonhos e ideais.

A narrativa de Galeano, composta por fios de vidas, evidencia um olhar humanizado do universo histórico das nações latinas, que, ao contar os fatos, propicia ao leitor o contato com as realidades retratadas, as batalhas travadas, as alegrias, as dores e os sofrimentos experienciados por outros atores, seres humanos como ele. A composição dos relatos oportuniza ao leitor uma viagem pela história em tempos de ditaduras, promovendo reflexões críticas sobre a matéria e o período narrado.

Essa intrincada composição despertou o interesse pela pesquisa de um dos principais elementos do texto narrativo, o narrador. Tal fato suscitou a necessidade de depreender da criação literária o grau de proximidade/distanciamento entre o autor, os acontecimentos factuais e a voz enunciativa constitutiva da narrativa da obra em análise, visto ser esse um dos aspectos preponderantes na composição da singularidade da escrita galeana. Diante do exposto, surge a

seguinte problemática: quem é narrador em *Memória do Fogo - o século do vento*, e como se dá sua composição textual?

Ainda, investigam-se as relações dialógicas tecidas pelo autor entre História, Literatura, memória e esquecimento das ditaduras da América Latina que não foram contempladas pela História oficial. Estabelece-se, assim, uma teia dialógica desses elementos com os sujeitos atingidos pelas cruéis ações desse período sombrio, visto que Galeano nos registros lítero-jornalísticos de sua obra preserva a memória dos acontecimentos não ouvidos por essa historiografia. Por conseguinte, o escritor possibilitou que eles continuem ecoando na memória das gerações presentes e futuras, num anseio humano de que as ditaduras não se repitam.

2.1 Eduardo Galeano, o autor-pessoa

Como sujeito-autor, encontramos Eduardo Germán Maria Hughes Galeano, nascido no dia 03 de setembro de 1940, em Montevideu, capital do Uruguai, em uma família católica, de classe alta, de ascendência italiana, espanhola, galesa e alemã. Filho de Eduardo Hughes Roosen e Licia Esther Galeano Muñoz, de quem adotou o sobrenome para seu nome artístico (KOVACIC, 2015, p. 26). Contraiu matrimônio três vezes: a primeira, com Silvia Brando, com quem teve uma filha, Verónica Hughes Brando (KOVACIC, 2015, p. 92); depois, com Graciela Berro Rovira, com quem teve dois filhos: Florencia e Claudio Hughes Berro (KOVACIC, 2015, p. 120); e, por último, com Helena Villagra (KOVACIC, 2015, p. 313), com quem viveu até o fim de seus dias.

Aos 14 anos de idade, começou a publicar desenhos e caricaturas políticas no semanário socialista uruguaio *El Sol*, com o pseudônimo de *Gius*, versão castelhanizada de Huges, seu nome paterno (GALEANO, 2011, p. 30), e, aos 17 anos, já militava no Partido Socialista uruguaio. Aos 19, desiludido com Deus, com o ser humano e consigo mesmo, ante os abusos e as injustiças praticadas por aqueles que detinham o poder e a submissão do povo a seus desmandos, num ato extremado de desespero, diante da própria incapacidade de compreender e transformar a realidade vivenciada, ou mesmo de revelar a outros a imensa inquietação que se apresentava dentro de sua alma, o autor atenta contra a própria vida.

Todavia, “a fênix que existia dentro de Galeano”, e que reapareceria em outras circunstâncias cruciais de sua vida, “renasceu das cinzas e alçou voo”, extraindo daquele momento de crise, dor e sofrimento um tempo de reflexão, descoberta e aprendizado, tantas vezes vivenciado ao longo de sua jornada,

No começo dos anos de 1960, ele iniciou sua carreira jornalística como editor-chefe do *Marcha*, um influente semanário uruguaio, fundado por Carlos Quijano. De cunho político e cultural e com um quadro de redatores composto por intelectuais, como Mario Vargas Llosa, Mario Benedetti, Hugo Alfaro e vários outros, o semanário primava pela divulgação de conteúdos polêmicos no cenário nacional e internacional, de forma crítica e analítica. As publicações visavam não só levar a informação ao cidadão, mas também promover a reflexão desses leitores sobre as problemáticas que compunham a vida da sociedade do momento.

Em virtude de sua profissão, Galeano passou a viajar a diferentes países da América Latina, assim como à China e aos Estados Unidos. Por intermédio dessas viagens, descobriu importantes acontecimentos e realizou entrevistas com personalidades de destaque e com pessoas simples e humildes. Isso proporcionou ao jornalista e ao sujeito-Galeano um vasto conhecimento, teórico e prático sobre questões econômicas, políticas, sociais e culturais da América Latina. O resultado do trabalho empreendido era publicado no semanário *Marcha*, mais tarde, no diário *Época*, considerado de oposição pelas lideranças políticas do seu país, e em outros jornais e revistas que se interessavam por suas matérias.

Em 1971, publica *As veias abertas da América Latina*, no qual traça uma interpretação da formação econômica e social da América Latina. Nesse livro, por um viés analítico e apreciativo, sob o prisma do colonizado, fez ecoar, por meio do discurso narrativo, a indignação com o processo de colonização, exploração e submissão imposto à terra e aos que nela habitavam. Ainda, a obra evidencia as relações de poder e dominação econômica, política, social e cultural dos povos latino-americanos, exercidas pelos colonizadores, desde o momento em que aportaram na região até a composição do referido título.

Em uma de suas viagens a serviço do jornalismo, Galeano vai a um garimpo de diamantes na selva de Guaniamo, Venezuela, onde mais uma vez se vê face a face com a morte: “Eu tive as duas malárias: a benigna, e em seguida a brava” (GALEANO, 2011, p. 53). O escritor conta que teve medo da morte e que, diante dela, teve a oportunidade de refletir sobre suas andanças pelo mundo, tal como a missão a ele confiada. Resultou dessa contemplação interior a percepção do seu chamamento à vida: ser o porta-voz, por meio da palavra, oral ou escrita, dos oprimidos e injustiçados pelos chamados ‘poderosos’.

Aquela noite percebi *que eu era um caçador de palavras*. Para isso tinha nascido. Essa ia ser minha maneira de estar com os demais depois de morto e assim não iam morrer totalmente as pessoas e coisas que eu tinha querido. Escrever era um desafio. Eu sabia. Desafiar-me, me provocar, dizer a mim mesmo: “Não vai conseguir” (GALEANO, 2011, p. 56, grifo nosso).

No dia 27 de junho de 1973, por meio de um golpe de Estado, Juan María Bordaberry, implanta a ditadura cívico-militar no Uruguai, promovendo, assim, um período turbulento na vida da população uruguaia. O período ditatorial perdurou no país até fevereiro de 1985, quando Julio María Sanguinette, eleito por meio de eleições diretas, assume a presidência.

Com a implantação da ditadura, os militares dissolveram os partidos políticos, fecharam os sindicatos, revistas e jornais. Os intelectuais e os políticos, contrários ao novo regime, passaram a sofrer ferrenha repressão e toda forma de violência, sequestros, torturas, morte, bem como o exílio. Galeano, considerado militante de esquerda, também vivenciou as práticas do regime ditatorial. “Eu escutava o estrépito, os insultos, a excitação dos caçadores lançando-se à caça do homem. Os policiais regressavam ao amanhecer. Um par de dias depois me puseram em um automóvel. Me transportaram, fui trancado em uma cela” (GALEANO, 2011, p. 100).

Devido a sua atuação na luta e combate à exploração econômica e social, no Uruguai e em outros países, por intermédio dos artigos publicados no semanário *Marcha*, no jornal *Época* e na obra *As veias abertas da América Latina*, o autor é obrigado, pelo regime ditatorial, a buscar exílio na Argentina, onde funda e dirige a revista cultural *Crisis*. Galeano passa a publicar, nas páginas do periódico, sobre a cultura argentina, seus valores e crenças, assim como o descaso das autoridades com os mais simples e necessitados.

Galeano liderou a revista *Crisis* até 1976, ano em que Jorge Rafael Videla, general do Exército, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica, tomou o poder e instaurou a ditadura militar na Argentina, com a denominação de Processo de Reorganização Nacional e, sob esse pretexto, protagonizou um dos períodos mais cruéis, sangrentos e opressores da América Latina.

Em meados do ano 1976, com o aumento da pressão exercida pela ditadura, o grande número de pessoas sendo sequestradas, presas, torturadas e mortas, mais uma vez, Galeano vê seu nome figurado, assim como de outros companheiros de redação e amigos de militância, na lista de subversivos e inimigos dos ideais apregoados pelo governo ditatorial. Diante do agravamento do quadro político e social na Argentina, perseguido e ameaçado de morte pelos grupos de extermínio do regime em vigor, o autor parte para seu segundo exílio, dessa vez em *Calella de la Costa*, próximo a Barcelona, na Espanha. Nesse país, escreveu a trilogia *Memória do Fogo - Os nascimentos*, publicado no ano de 1982, que aborda a história da América Latina desde os mitos pré-colombianos até o ano de 1700; *As caras e as máscaras*, divulgado em 1984, versa a partir do ano de 1701 ao final do século XIX; *O século do vento*, que abarca o século

XX até o ano de 1984. O autor busca resgatar a memória perdida e/ou silenciada da América Latina, desde seu nascimento até o ano de 1984, quando publica o último livro da trilogia.

No ano de 1985, Galeano retorna a sua pátria e, ao lado de escritores, como Mario Benedetti, Hugo Alfaro e antigos jornalistas, do extinto *Marcha*, fundam o semanário *Brecha*, publicando, simultaneamente, numa coluna semanal, no jornal mexicano *La Jornada*. Deu continuidade, assim, à resistência ante às realidades de poder e dominação que escravizam e marginalizam o outro, característica inerente ao sujeito-autor, Eduardo Galeano, cuja vida esteve dedicada à defesa do oprimido e injustiçado. O medo e a dor não foram capazes de fazê-lo retroceder dos objetivos e metas traçadas. Em 2007, novamente, é visitado pela fatalidade, sendo diagnosticado com um câncer no pulmão e, em 13 de abril de 2015, no Uruguai, sucumbe a seu maior algoz: a morte física.

Galeano teve uma produção literária profícua. Publicou mais de 40 obras, sendo premiado várias vezes. Recebeu duas vezes o Prêmio Literário Casa das Américas, em Cuba, com os livros *A canção de nós* (1975) e *Dias e noites de amor e de guerra* (1978). Foi premiado pelo Ministério da Cultura do Uruguai pela Trilogia Memória do Fogo - *Os Nascimentos* (1982), *As caras e as máscaras* (1984) e *O século do vento* (1986). Em 1989, o escritor foi homenageado com o American Book Award e, em 1999, com o Prêmio à Liberdade Cultural, da Lannan Foundation. Em 2010, recebeu o prêmio sueco Stig-Dagerman e no ano de 2014, foi homenageado na II Bienal Brasil do Livro e da Literatura Brasília.

2.2 A escrita como resistência na obra *Memória do Fogo - o século do vento*

Na leitura e análise da obra *Memória do Fogo - o século do vento* (1998), deparamo-nos com um escritor que transgride as fronteiras literárias, estruturais e discursivas. Por meio do texto literário, o escritor propõe (re)contar a história do território latino-americano que, segundo o autor, desde sua origem, tem sido condenado à amnésia por aqueles cuja veracidade dos fatos não interessava. Esse ato subversivo de Galeano, na composição da narrativa literária, pode ser entendido como forma de *resistência* às realidades narradas.

As discussões de Alfredo Bosi no artigo, *Narrativa e Resistência* (1996), contribuem para a compreensão da narrativa literária como mecanismo de resistência pelos escritores. Ele, assim, a conceitua: “Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir” (BOSI, 1996, p. 11).

Já no prefácio do livro *Os Nascimentos* (1982), primeiro livro da trilogia *Memória do Fogo*, intitulado “Umbral” por Galeano, o escritor evidencia seu posicionamento de resistência à história da colonização da América Latina contida nos livros didáticos e ensinada nas escolas espalhadas por todos os países que compõem essa região:

As aulas de história eram como visitas ao Museu de Cera ou à Região dos Mortos. O passado era quedo, oco, mudo. Ensinavam-nos o tempo passado para que nos resignássemos, consciências vazias, ao tempo presente: não para fazer a história, que já estava feita, mas sim para aceitá-la. A pobre história tinha deixado de respirar: atraçoada nos textos acadêmicos, mentida nas aulas, adormecida nos discursos de efemérides, tinham-na encarcerado nos museus e tinham-na sepultado, com oferendas florais, debaixo do bronze das estátuas e do mármore dos monumentos (GALEANO, 1982, p. 12).

Galeano vai além, ao afirmar: “Oxalá *Memória do Fogo* possa ajudar a devolver à história o alimento, a liberdade e a palavra (GALEANO, 1982, p. 12). O autor enfatiza, assim, sua pretensão em narrar, ao longo da trilogia, sob uma ótica contrária àquela apresentada pela história oficial. Isto é, conta o ponto de vista do oprimido e marginalizado sobre o processo de ocupação e constituição do território latino-americano silenciado pelo discurso do dominador.

Na composição narrativa da obra galeana, é perceptível que a resistência não consiste na oposição, à direita ou à esquerda, a um governo ou a um partido político, mas, sim, a tudo aquilo que prive ou restrinja o sujeito do uso da “palavra”, do ato de se expressar e se manifestar livremente contra os mecanismos que cerceiam a liberdade individual ou coletiva, seja ela de ir e vir, seja de se posicionar ante as injustiças e opressões. Tal afirmação é facilmente comprovada desde a classificação de gênero a que pertence a trilogia *Memória do Fogo*, bem como sua organização estrutural e textual, conforme expõe o próprio Galeano:

[...] a obra não pertence a nenhum gênero literário, embora queira pertencer a todos, e alegremente viola as fronteiras que separam o ensaio da narrativa, o documento da poesia. Por que a necessidade de saber há de ser inimiga do prazer de ler? E por que a voz humana há de ser classificada como se fosse um inseto? (GALEANO, 1990a, p. 32).

A preocupação primeira de Galeano, irrefutavelmente, não é que sua composição literária seja enquadrada nesse ou naquele gênero, ou escola literária, sendo determinada por um cânone. Seu objetivo primordial é fazer aflorarem, pelo discurso literário, as vozes subjugadas pelo autoritarismo, as realidades negligenciadas e experienciadas pelos excluídos por um sistema que prioriza uns em detrimento de outros.

A obra é composta por textos curtos, ordenados pelo ano e lugar em que se sucederam os acontecimentos, dando ideia de continuidade a fatos antes narrados. Ao final de cada texto, a indicação numérica da base documental utilizada para sua produção remete a uma lista das fontes consultadas ao final do livro. Nas narrativas em que não consta essa numeração, significa que “[...] o autor não consultou nenhuma fonte escrita, ou que obteve sua matéria-prima da informação geral de jornais e revistas, ou da boca de protagonistas ou testemunhas. As transcrições literais estão em itálico” (GALEANO, 1986, p. XIX).

A estrutura, nomeada pelo autor como janelas (ventanas), visa à interação dialógica com o leitor que, no decorrer da leitura, permeada pela descrição dos fatos, identificação das personagens por nome, metáforas e silêncios intencionais, tomará consciência das lutas e dissabores enfrentados pelos povos latino-americanos, na busca pelo direito à liberdade e a uma vida digna, sendo capaz, a partir da leitura e apropriação dos acontecimentos, de posicionar-se, de forma crítica, diante das questões apresentadas.

O entendimento dessa intenção do autor nos remete novamente às reflexões promovidas pelo crítico literário Alfredo Bosi, no texto *Narrativa e resistência* que evidenciam outros aspectos que caracterizam uma criação literária como resistente e que podem ser constatadas na escrita de Galeano: “[...] eu diria que a ideia de resistência, quando conjugada à de narrativa, tem sido realizada de duas maneiras que não se excluem necessariamente: a resistência se dá como tema; a resistência se dá como processo inerente à escrita” (BOSI, 1996, p. 13).

Segundo Ansótegui (2016), o primeiro item elencado por Bosi pode ser verificado na composição dos três volumes da trilogia *Memória do Fogo*, que gravitam em torno de um tema comum: a ressurreição e a insurreição de cada batalha travada, como vencedor ou derrotado, celebrando a vida e a resistência diante do jugo impiedoso, primeiramente, dos colonizadores e, posteriormente, dos regimes governamentais institucionalizados. Além disso, o conjunto da obra representa a continuidade dos fatos históricos, século a século, que, concatenando – passado, presente e futuro – unem uma ponta a outra, em um processo cíclico, demonstrando que a história, apesar de retratar o passado, por vezes, repete-se no presente, o que mais uma vez nos leva a Bosi (1996) ao explicar em que consiste a escrita como resistência.

A escrita resistente não resgata apenas o que foi dito uma só vez no passado distante e que, não raro, foi ouvido por uma única testemunha, [...] também o que é calado no curso da conversação banal, por medo, angústia ou pudor, soará no monólogo narrativo, no diálogo dramático. E aqui são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional (BOSI, 1996, p. 26).

Para Bosi, a narrativa resistente é um ato social, fruto da liberdade criadora do escritor, que faz aflorar, no texto, servindo-se dos recursos literários, reflexões sobre os valores morais e éticos que permeiam as relações sociais de um determinado contexto histórico-social. Isso pode ser tão bem ilustrado em *O século do vento*.

A expulsão das favelas

Negam-se a ir embora. Foram os mais pobres do campo e são agora os mais pobres da cidade, sempre os últimos da fila, gente de braços baratos e pernas bailarinas; e pelo menos aqui moram perto dos lugares onde ganham o pão. Ficaram teimosos os moradores da Praia do Pinto e das outras favelas que cobrem as montanhas do Rio de Janeiro. Mas os chefes militares puseram os olhos nestes terrenos tão vendáveis e revendáveis e especuláveis, de modo que se resolve o assunto com oportunos incêndios. Os bombeiros não chegam nunca. O amanhecer é a hora das lágrimas e das cinzas. Depois que o fogo arrasa as casas feitas de lixo, como se fossem lixo varrem as pessoas e em caminhões de lixo as despejam lá longe (GALEANO, 1998, p. 269-270).

No relato, Galeano conta o drama vivido pelos moradores das favelas da Praia do Pinto e das outras favelas que cobriam os morros do Rio de Janeiro, provocado pelos chefes militares, que ao descobrirem os altos valores imobiliários das terras da região e o interesse da burguesia em adquirir esses espaços decidiram expulsar as pessoas que ali viviam, famílias que não possuíam outro lugar para viver nem recursos financeiros para comprarem outro local.

Ao compor a cena literária, Galeano descreve os habitantes das favelas e a realidade social em que se encontram agregados através do discurso metafórico. O autor assim os descreve: “Foram os mais pobres do campo e são agora os mais pobres da cidade, sempre os últimos da fila” (GALEANO, 1998, p. 269-270). Isso porque ficam sempre com os restos, as sobras, quando elas existem, visto que os primeiros da fila, os burgueses, sempre pegam a parte melhor e mais vantajosa dos bens públicos, aqueles que deveriam ser distribuídos segundo a necessidade de cada cidadão.

O escritor enfatiza que os menos favorecidos da sociedade, geralmente, sem “alfabetização política” (FREIRE, 2003, p. 72) ou formação profissional, por não terem acesso a esse bem, estão à mercê da administração pública e setores privados que os manipulam e exploram de acordo com seus projetos ambiciosos. Frente a essa estrutura de poder, cabem a eles, como as bailarinas, dançarem conforme o som da música tocada pelos poderosos e se equilibrando, da melhor maneira de um lado a outro, na busca constante por uma performance que lhes assegure o seu lugar no palco da vida.

O desfecho do texto supracitado evidencia uma situação corriqueira na vida dessa classe social, que é tratada pela classe política e por grande parte da sociedade como algo sem

valor, sem serventia, como lixo, que depois de utilizado é descartado em um canto qualquer da periferia, o mais distante possível do olhar e convívio social.

Na composição do discurso literário, Galeano encontra na arte da palavra um instrumento de poder para narrar as experiências vividas por agentes históricos, que participaram efetivamente na defesa de sua gente/país nas ditaduras latino-americanas, mas que, por desconhecimento ou omissão dos órgãos oficiais, foram esquecidos/silenciados ao longo dos anos.

O autor declara:

Não sou historiador. Sou um escritor que se sente desafiado pelo enigma e pela mentira, que gostaria que o presente deixasse de ser uma dolorosa expiação do passado e gostaria de imaginar o futuro em vez de aceitá-lo: *um caçador de vozes, perdidas e verdadeiras vozes que andam esparramadas por aí*. Porque a memória que merece resgate está pulverizada. Explodiu em pedaços (GALEANO, 1990a, p. 30, grifo nosso).

De acordo com Elena Ansótegui (2016): a palavra *é*, em *Memória do Fogo*, o mecanismo que faz aflorar as vozes, infinitas, silenciadas por uma verdade que se declarou como ‘a verdade’ e que Galeano se propõe a (des) construir para (re) construir outra que se descortinou graças ao diálogo promovido pela obra literária. A força dessa palavra pode ser identificada pelo leitor a cada capítulo, ao longo da narrativa, como pode ser verificado no fragmento abaixo:

Enquanto os soldados norte-americanos estripam dominicanos, os voluntários norte-americanos os remendam nos hospitais. Johnson incentiva seus aliados a acompanhar esta Cruzada do Ocidente. A ditadura militar do Brasil, a ditadura militar do Paraguai, a ditadura militar de Honduras e a ditadura militar da Nicarágua enviam tropas à República Dominicana para salvar a Democracia ameaçada pelo povo. Encurralado entre o rio e o mar, no bairro velho de Santo Domingo, o povo resiste (GALEANO, 1998, p. 252).

Com ironia aguçada, Galeano pontua a incoerência e/ou hipocrisia do governo norte-americano, que, enquanto feria, matava e exterminava o povo dominicano, enviava-lhes voluntários para assisti-los, para tratar as machucaduras e chagas abertas por guerrilheiros sob o seu comando. Também o escritor troça da intensiva intervenção de tropas militares (inter)nacionais na República Dominicana e da alegação de estarem a serviço da defesa da democracia. Regime de governo esse que os mesmos líderes políticos, em aliança, lançavam mão dos mais terríveis métodos terroristas e contingente humano, no afã de desarticular os

movimentos revolucionários e impedir que a implantação destes se concretizasse naquele território.

O fragmento citado é uma amostra do poder exercido pela palavra na narrativa galeana. Nele nos deparamos com uma escrita de resistência, um grito de indignação calado na alma e trazido à superfície do discurso literário, visando perpetuar na consciência da humanidade as experiências dolorosas e traumáticas vivenciadas, de forma individual e/ou coletiva, realidades desvalorizadas e caladas pelos organismos oficiais, durante os anos em que vigorou a política ditatorial nos países da América Latina. Bosi assegura que: “A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 1996, p. 26).

Todavia, a obra do escritor uruguaio não é composta somente pelos dissabores de seus protagonistas; ela relata também a força dos laços de união, solidariedade, amizade e as conquistas de sujeitos históricos, que encontraram na palavra, ou na ausência dela, uma forma de enfrentamento contra o autoritarismo e as intempéries produzidas pelo regime ditatorial.

Homens e mulheres que se revestiram da potência emanada da palavra como “signo ideológico” (BAKHTIN, 2006, p.17) e a utilizaram como ferramenta de combate à opressão e à repressão, com a significação dada por Bakhtin a ela: “[...] a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios” (BAKHTIN, 2006, p. 15), ou ainda, “A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 15). Uma das vitórias obtidas, por esses “bravos guerreiros”, pode ser constatada no fragmento abaixo:

– Quer dizer que cinco mulheres vão derrubar a ditadura?

O sacerdote Luis Espinal é o primeiro a se somar. Num minuto já são mil e quinhentos os que passam fome na Bolívia inteira, de propósito. As cinco mulheres, acostumadas à fome desde que nasceram, chamam a água de frango ou peru, de costeleta o sal, e o riso as alimenta. Multiplicam-se enquanto isso os grevistas de fome, três mil, dez mil, até que são incontáveis os bolivianos que deixam de comer e deixam de trabalhar e vinte e três dias depois do começo da greve de fome o povo se rebela e invade as ruas e já não há como parar isto. As cinco mulheres derrubam a ditadura militar (GALEANO, 1998, p. 317, grifo nosso).

É importante ressaltar que Eduardo Galeano, ao colher essas vozes emudecidas por um sistema autoritário, não se comporta como mero espectador, mas une a elas a sua própria voz. Não só mediou os eventos narrados, em muitos deles, foi a vítima dos abusos praticados por aquele sistema. Ele, como jornalista, ativista e sujeito histórico, em diferentes etapas da vida, sofreu com a tirania, com a usurpação da liberdade, com a tortura psicológica, com a

privação de estar ao lado de seus familiares e amigos, fruto da imposição de um regime arbitrário e totalitário.

Dessa maneira, ao (re)contar a história de dominação e subjugação da América Latina, Galeano não intenciona destruir aquilo que foi registrado como “verdade” nas páginas da história oficial, mas, sim, (re)escrever um novo capítulo dessa história. O escritor olha para o passado, mas com vistas a (re)construir o presente e o futuro, de modo a trazer alento ao povo que, nessa terra, habita, trabalha, planeja, sonha e vive, objetivando, na coletividade, o aprender a respeitar e conviver com as diferenças e as adversidades, tornando-a um lugar onde todos que nela escolham viver se orgulhem de sua história e identidade.

2.3 A subversão da linguagem no discurso de Eduardo Galeano

Na construção da narrativa de *O século do vento*, Galeano reverte a trama com uma linguagem polissêmica, enriquecida por diferentes recursos linguísticos e o ponto de vista coerente e coeso do narrador diante dos eventos históricos.

A escrita galeana, permeada pela linguagem referencial e literária, ora narrando os fatos históricos como se encontram nos registros oficiais, ora mesclando-os com o discurso literário, é composta por recursos estilísticos que conferem ao texto histórico-literário maior expressividade e carga semântica que lhe imprimem beleza e significação particular. De acordo com o escritor uruguaio, ao compor a obra *Memória do Fogo*, “A linguagem, que quis ser nua e contagiosa de eletricidade, nasceu da necessidade de dizer a memória da América e devolvê-la *viva* aos seus filhos de agora” (GALEANO, 1990a, p. 32, grifo do autor).

Na busca pela produção do sentido almejado, no entrelaçamento do discurso histórico e literário, sobressaem o emprego da metáfora e da ironia, tropos fundantes da produção de Galeano, conferindo-lhe um estilo singular no ato de narrar o passado do continente latino-americano. Com relação ao emprego do primeiro tropo citado, Galeano tece as seguintes considerações:

Memória do Fogo conta mil momentinhos da história. Momentinhos como este, reveladores da maravilha ou do espanto da aventura humana na América. Porque toda situação é símbolo de muitas, o grande fala através do pequenino e o universo é visto pelo buraco da fechadura. A realidade, insuperável poeta de si mesma, fala a linguagem dos símbolos. Eu comecei a escrever a trilogia no dia em que percebi algo que agora é, para mim, a evidência das evidências: a história é uma metáfora incessante (GALEANO, 1990a, p. 32-33, grifo nosso).

Ao reconhecer a importância da metáfora, como instrumento discursivo, na relação de (re)composição da realidade histórica vivenciada pelos povos do continente e ocultada, parcial ou completamente, dos seus descendentes, Galeano passa a empregá-la com perícia na composição textual, como forma de interação e comunicação com seu leitor, assim como de revelar-lhe os meandros desse processo. Leila Cristina de Melo Darin, no artigo denominado A tradução cultural como metáfora, argumenta sobre o tema em estudo:

Palavras comuns tornam-se metáforas, isto é, são submetidas a processos de deslocamento, desvio ou transformação, deixando de representar seu significado conhecido ou “literal”, para adquirir um sentido diferenciado, figurado. O desvio é motivado por relações implícitas de analogia e semelhança e visa a alcançar determinado efeito discursivo, como, por exemplo, dotar de beleza ou de intensidade o discurso (DARIN, 2020, p. 48).

O enunciado “As mães da Praça de Maio, mulheres paridas por seus filhos” (GALEANO, 1998, p. 311, grifo nosso) constitui um exemplo claro da proposição anterior e aplicada como estratégia discursiva no texto de Galeano, dado que, na linguagem corrente, são as mulheres quem pare seus filhos e, não, o contrário, como enuncia o escritor. Ao realizar o deslocamento do sentido literal do enunciado para o figurado, o autor intensifica a carga semântica do verbo parir e do sintagma preposicional, por seus filhos, para avultar a dimensão da dor daquelas mães que gemiam, como em dores de parto, pelos frutos de suas entranhas sequestrados e/ou mortos pelo sistema repressivo militar. Ainda, para ressaltar que os tormentos vividos pelos filhos, nos centros de detenção, geraram e trouxeram à vida suas mães, que saíram do anonimato, restritas ao ambiente familiar, privado, para dar continuidade à luta pelos ideais de liberdade e justiça propagados por seus diletíssimos filhos, em razão da tragédia que envolvia suas famílias.

Segundo Massaud Moisés: “A metáfora estrutura-se em torno de uma comparação, explícita ou implícita; consiste, pois, na comparação entre dois vocábulos ou frases, de que resulta a transformação de sentido de cada membro e o nascimento de um sentido novo, decorrente da totalidade do enunciado (MOISÉS, 2004, p. 287). Moisés agrega a esse conceito mais uma ponderação sobre o tropo em estudo: “[...] a metáfora situa-se a um só tempo no centro do ato de ‘representar simbolicamente a realidade’ e do ato de submeter o seu produto, o texto, ao crivo do julgamento” (MOISÉS, 2004, p. 283). No caso da narrativa *O século do vento*, Galeano confia a apreciação da composição literária ao destinatário do texto, o interlocutor.

O filósofo Paul Ricoeur (2000) contribui para a compreensão do emprego da metáfora como estratégia discursiva: “A metáfora apresenta-se, como uma estratégia do discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção” (RICOEUR, 2000, p. 13).

A aplicação desse conceito pode ser verificada na feitura dos três tomos da trilogia, visto que o escritor, com maestria, conseguiu, por meio do discurso metafórico, liberar “[...] o poder que a ficção tem de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescrição” (RICOEUR, 2000, p. 14). Galeano faz uso desse tropo já no título da trilogia.

O substantivo Memória, que nomeia a tríade, conforme o prisma do autor, é a guardiã dos costumes, valores e tradições culturais de um povo, do passado histórico da humanidade. Assim, para ele, recordar esse tempo e narrá-lo a outrem preserva a memória coletiva, viabilizando sua (re)organização e representação no tempo presente e futuro. Esse processo, que deve ser cíclico, promove a noção de pertença no indivíduo, de identidade com o grupo a que pertence. Para o escritor, ela (a memória) é a bússola que orienta a comunidade na construção do hoje e do amanhã.

Côncio desta prerrogativa, rememorar e narrar, Eduardo Galeano, em *Memória do Fogo*, propõe-se a (re)contar, resgatar a memória desde a origem, o nascimento da América Latina, bem como os aterradores atos do colonizador, no decorrer dos séculos, na ânsia pela apropriação da terra e do destino de seus herdeiros. De acordo com Galeano, “Os mitos, metáforas coletivas, atos coletivos de criação, oferecem respostas aos desafios da natureza e aos mistérios da natureza humana. Através deles, a memória permanece, se reconhece e atua” (GALEANO, 1990a, p. 33).

O intento do autor, a partir dessa narrativa, era (re)inflamar a chama da memória, adormecida, dos habitantes latino-americanos, pois, segundo o escritor, “Ao longo dos séculos, a América Latina não só sofreu o despojo do ouro e da prata, do nitrato e da borracha, do cobre e do petróleo: sofreu também a *usurpação da memória*. Desde cedo foi *condenada à amnésia* por todos quantos a impediram de ser” (GALEANO, 1982, p.12, grifo nosso).

O fogo, representado nos três livros da trilogia, quer como um elemento regenerador e purificador, simboliza também a vida e a morte, a destruição, o aniquilamento, assim como a reparação, a luz e o calor que aquece e ilumina o habitat e a alma humana. O escritor abre o primeiro livro com esse elemento do provérbio africano que os escravos trouxeram para as Américas: “A erva seca incendiará a erva úmida” (GALEANO, 1982, p. 6, grifo nosso), como uma admoestação ou profecia.

No transcorrer da leitura do primeiro tomo, o autor vai conduzindo o leitor ao desvendamento do ditado. A vinheta “Se engana o fogo” é esclarecedora, quando o narrador relata a noite em que Frei Diego de Landa queimou, destruiu numa fogueira o registro escrito da memória dos povos maias: “Esta noite se transformam em cinzas oito séculos de literatura maia. Nestes longos rolos de papel de casca de árvore, falavam os sinais e as imagens: contavam os trabalhos e os dias, os sonhos e as guerras de um povo nascido antes que Cristo” (GALEANO, 1982, p. 204). Enquanto realiza tamanha desfaçatez, comete outros crimes contra os povos nativos: “Ao centro, o inquisidor queima os livros. O religioso, ao redor da fogueira imensa, castiga os leitores. [...] os hereges uivam de cabeça para baixo. Pendurados pelos pés, em carne viva pelas chibatadas, os índios recebem banhos de cera fervendo enquanto crescem as chamas e gemem os livros, como queixando-se” (GALEANO, 1982, p. 204).

Todavia, enganaram-se aqueles que acreditaram que, destruindo o patrimônio cultural maia, ou punindo, assassinando impiedosamente os membros dessa comunidade, decretariam o fim da memória desses e de outros antepassados latino-americanos, pois a memória que nasce na coletividade é inviolável, como mencionado no fragmento a seguir:

Enquanto isso, os autores, artistas-sacerdotes mortos há anos ou séculos, bebem chocolate na sombra fresca da primeira árvore do mundo. Eles estão em paz, porque morreram sabendo que *a memória não se incendeia*. [...] Quando queimam suas casinhas de papel, *a memória encontra refúgio nas bocas que cantam as glórias dos homens e deuses*, cantares que de gente em gente ficam, e nos corpos que dançam ao som dos troncos ocos, dos cascos de tartaruga e das flautas de taquara (GALEANO, 1982, p. 204, grifo nosso).

Depreende-se da citação que a erva seca (a memória), mesmo condenada à morte pelo fogo e, conseqüentemente, ao esquecimento, não perecerá, pois a tradição oral, a arte de contar/narrar as experiências vividas, as lutas, as derrotas e as conquistas, as crenças e as tradições culturais incendiará (o mesmo fogo) a erva úmida (a memória coletiva), que ainda permanecia com vida, revigorando-a, fazendo-a brotar, crescer e produzir nova vida sempre e continuamente.

Outro texto, no segundo volume, intitulado “Tua outra cabeça, tua outra memória”, colabora com o aprofundamento da interpretação do provérbio africano:

Todos nós temos duas cabeças e duas memórias. Uma cabeça de barro, que será pó, e outra invulnerável para sempre às mordidas do tempo e da paixão. Uma memória que a morte mata, bússola que acaba com a viagem, e outra memória, a memória coletiva, que viverá enquanto viver a aventura humana no mundo (GALEANO, 1997, p. 37).

Nessa passagem, o narrador enfatiza que o ser humano possui duas memórias, “[...] uma memória, a individual, vulnerável ao tempo e às paixões, condenada, como nós, a morrer; e a outra, a memória coletiva, destinada, como nós, a sobreviver” (GALEANO, 1990a, p. 37). A última, aquela que se funda e se alimenta na convivência e na interação com seus pares é vigorosa e resistente. Sua transmissão é assegurada pelos integrantes da própria comunidade e pelas novas gerações. Nada nem ninguém poderá destruí-la, porque ela vive no imaginário da coletividade.

O primeiro volume da trilogia, *Os nascimentos*, foi dividido em duas partes: *Primeiras vozes* e *O velho novo mundo*. A metáfora implícita em *Os nascimentos* se refere à origem da América Latina, que, em analogia à narração da criação bíblica do mundo, baseia-se nas crenças mitológicas das Primeiras vozes, metáfora referente aos primeiros habitantes e herdeiros legítimos das terras do continente, os indígenas.

A segunda parte, *O velho novo mundo*, traz na sua composição uma antítese, velho/novo, que reforça a construção metafórica. Esta se refere à chegada dos colonizadores na nova terra, a América Latina, solo exuberante, repleto de abundantes riquezas naturais ainda inexploradas. Contudo, o colonizador trouxe em sua bagagem o velho apreendido e vivido na antiga pátria: a soberba, a ambição, a cobiça, a falta de respeito à diversidade, à terra e a seus habitantes. O choque entre o novo aqui existente e o velho que chega resulta na imposição dos valores culturais adquiridos até o momento do desembarque no novo continente e, em virtude da força, é imposto a ferro e fogo aos primeiros moradores do território ocupado.

No segundo tomo, *As caras e as máscaras*, Galeano narra a saga do povo latino-americano, os cem anos de dominação vivenciados pelas nações da América Latina, sob o jugo imposto pelos colonizadores e também pelos governantes do período pós-independência. A metáfora contida em seu título revela a luta travada pelo sujeito dessa época “[...] entre as faces verdadeiras do mestiço ‘ser americano’ - que não corresponde com o ‘ser europeu’- e as máscaras, ou seja, as imposturas produto do medo, do desprezo ou da ganância” dos poderosos (BORSANI, 2008, p. 134). No texto *O pensamento começa a ser nosso, acha José Martí*, confirma tal afirmação:

Éramos uma fantasia, com calças da Inglaterra, colete parisiense, jaqueta da América do Norte e botas da Espanha... Éramos dragonas e togas, em países que vinham ao mundo com sandália nos pés e a cinta na cabeça... Nem o livro europeu, nem o livro ianque, davam a chave do enigma hispano-americano... Os povos se põem de pé e se cumprimentam. "Como somos?", se perguntam; e uns e outros vão-se dizendo como são. Quando aparece em Cojimar um problema, não vão buscar a solução em Dantzig. As levitas ainda são da França, mas o pensamento começa a ser da América... (GALEANO, 1997, p. 287).

No último livro da trilogia, *O século do vento*, objeto da pesquisa aqui apresentada, o discurso metafórico enunciado no título desse volume assinala uma época marcada por intensas lutas e insurgência contra o domínio americano e seus desgovernos dentro e fora dos países latino-americanos. Também o ânimo, a coragem e a determinação dos oprimidos em tomar as rédeas de seu destino e o de sua gente, inundando o coração daqueles que foram postos à margem da sociedade, da esperança na reconquista da liberdade e no direito de viver e agir, conforme proprietários legais do solo habitado. Embasados nesse sonho, um exército de guerreiros se ergueram em combate e confronto às forças estrangeiras, que regeram o território latino-americano durante um longo e penoso período.

O vento ora impetuoso e devastador (a ditadura militar), ora favorável e instigador (união de ideais com os pares), soprou sobre todo o vasto território a rajada da revolução, da abertura à mudança, à construção de um novo tempo, unindo a população da América Latina, que destemidamente se colocou em linha de batalha pelas convicções há tanto guardadas no coração e na alma.

O jogo com as metáforas, no texto galeano, tem como objetivo primordial a participação e o envolvimento do leitor na atribuição de sentidos à trama enunciada. Conforme preconiza Fonseca, em sua pesquisa sobre o tropo (2011), “O emprego de uma metáfora, de fato, relaciona-se à vontade do falante/escritor em concretizar seu projeto de dizer, em alcançar seu propósito comunicativo, seja ele estético, informativo, argumentativo” (FONSECA, 2011, p. 2052).

Eduardo Galeano, ao término da ditadura militar no Uruguai, regressa a Montevidéu e, ao enviar o texto da obra *O século do vento*, último volume da trilogia *Memória do Fogo*, tece o seguinte desabafo a seu editor:

Aqui vai o último volume de Memória do fogo. Como você verá, acaba em 1984. Por que não antes, ou depois, não sei. Talvez porque tenha sido esse o último ano do meu exílio, o fim de um ciclo, o fim de um século; ou talvez porque o livro tenha querido assim. [...] agora *me sinto mais que nunca orgulhoso de ter nascido na América*, nesta merda, nesta maravilha, *durante o século do vento* (GALEANO, 1998, p. 359, grifo nosso).

Galeano defende a primazia do ato constante de se fazer memória do passado vivido pelos povos latino-americanos, como forma de se evitar que os sofrimentos, humilhações e injustiças se repitam no presente e no futuro dessas nações. Ainda, como forma de vislumbrar a edificação de sociedades nas quais a justiça e a dignidade deixem de ser um sonho e se tornem em realidade concreta.

A ironia, outra marca indelével da escrita galeana, perpassa toda a produção do autor. A cada texto, ele a emprega com perspicácia e criatividade. O autor, ao narrar as ações e condutas do sistema de exploração e opressão do regime militar, serve-se desse recurso estilístico para fazer desnudar, de forma crítica, ante o olhar do leitor de sua *criação literária* (GALEANO, 1998, p. 21), o contexto factual do período ditatorial na América Latina, assim como as mazelas e o discurso pretencioso dos representantes do Estado, de cada país, vistos pela sociedade como defensores e benfeitores da segurança e da ordem pública.

Na vinheta “As comandantes”, do livro *O século do vento*, visando persuadir o interlocutor acerca da veracidade dos fatos relatados e do seu ponto de vista sobre eles, o autor, com criticidade e ironia, apresenta a cena e as personagens que a compõem:

As comandantes

Às suas costas, um abismo. À sua frente e aos lados, o povo armado acoessando. O quartel A Pólvora, na cidade de Granada, último reduto da ditadura, está a ponto de cair. Quando o coronel fica sabendo da fuga de Somoza, manda calar as metralhadoras. Os sandinistas também deixam de disparar. Pouco depois abre-se o portão de ferro do quartel e aparece o coronel agitando um trapo branco.

– Não disparem! O coronel atravessa a rua.

– Quero falar com o comandante. Cai o lenço que lhe cobre a cara:

– A comandante sou eu – diz Mônica Baltodano, uma das mulheres sandinistas com comando de tropa.

– O quê? Pela boca do coronel, macho altivo, fala a instituição militar, vencida, mas digna, hombridade de calças compridas, honra da farda:

– *Eu não me rendo a uma mulher!*

– *Ruge o coronel. E se rende* (GALEANO, 1998, p. 325, grifo nosso).

No desfecho do relato, o narrador, com sarcasmo, descreve a atitude do coronel, que, ao se ver coagido pelas tropas sandinistas, sai ao encontro do comandante do exército, sinalizando um pedido de paz. Entretanto, quando se deparou com uma mulher no comando, ficou indignado, pois, ao longo dos séculos, a figura feminina havia sido tratada com desdém e desprezo pelo homem e pela sociedade, que a julgavam como frágil, cuja atuação era restrita ao ambiente familiar e ao domínio masculino. O coronel, “macho altivo”, representante da “instituição militar” do país, que prendeu, torturou e matou centenas de seres humanos, que se julgava superior e invencível, imensamente humilhado, porém sem alternativa, não teve outra opção a não ser se render ao inevitável. “- Eu não me rendo a uma mulher! – Ruge o coronel. E se rende” (GALEANO, 1998, p. 325).

Eunice Piazza Gai (1999), no texto *A ideia de permanência no mundo em perspectiva irônica*, assevera que “A ironia é uma forma de olhar o mundo”, de conceber as relações sociais. A partir dessa ótica, “[...] O ironista elege o foco em que quer projetar toda a luz e ele surge enfim com uma nitidez espantosa, apesar das sinuosidades do discurso” (GAI, 1999, p. 5).

Na concepção da escritora, ao adotar a ironia como estratégica discursiva, o escritor do texto literário, intencionalmente, joga com os recursos semânticos textuais na produção do enunciado linguístico, visando persuadir o leitor a concordar com seu ponto de vista. Todavia, o ironista:

[...] não pretende instaurar ou indicar um melhor caminho do que o que está sendo trilhado; seu objetivo é criticar o existente, mas também está voltada para outros princípios, que a justificam como uma prática indispensável à liberdade de pensamento. A prática irônica consiste em desmistificar, desvelar formas carentes de valor, não obstante tidas como significativas por indivíduos isoladamente ou por grupos sociais (GAI, 1999, p. 2).

Galeano, ao utilizar o tropo citado valoriza a parte estética do texto e ainda provoca o riso no leitor, pois sua escrita não é vazia de conteúdo ou destituída de significação. A narrativa de Galeano, além de propiciar o deleite no interlocutor na leitura dos relatos, conduz o interlocutor à reflexão crítica dos acontecimentos e à participação ativa no ato de ler. Ao discutir a composição do discurso irônico, Brait (2008), declara que:

[...] o discurso irônico joga essencialmente com a ambiguidade, convidando o receptor a, no mínimo, uma dupla decodificação, isto é, linguística e discursiva. Esse convite à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica necessariamente sua instauração como interlocutor (BRAIT, 2008, p. 126).

Ao narrar o percurso histórico da América Latina, do período pré-colombiano ao ano de 1984, pós-ditadura, Galeano busca alcançar um leitor disposto a caminhar com ele ao longo da narrativa, o qual reviva com ele as desgraças e os aviltamentos a que foram submetidas as populações latino-americanas por lideranças tirânicas. O autor, no anseio de dizer essa realidade àqueles que não a conheceram, não a testemunharam, reitera:

Escrevemos a partir de uma necessidade de comunicação e de comunhão com os demais, para denunciar o que dói e compartilhar o que dá alegria. Escrevemos contra a nossa própria solidão e a solidão dos outros. Escrevemos para despistar a morte e estrangular os fantasmas que nos acoçam por dentro; mas o que escrevemos pode ser historicamente útil apenas quando, de alguma forma, coincide com a necessidade coletiva de conquista da identidade (GALEANO, 1990b, p. 1-3).

O elevado grau de subjetividade do escritor, manifestado e representado por meio da linguagem verbal e imagética, toca a sensibilidade de seu interlocutor que, no desenrolar da tecitura narrativa, passa a se comover com a dor, a humilhação, o desespero, as angústias e a indignação das vítimas com as injustiças praticadas por um regime que punia com requintes de

crueldade aqueles que se interpunham a seus projetos de domínio econômico, político e social, os filhos latino-americanos.

Com base no exposto, infere-se que o processo de escrita de Galeano subverte, trapaceia o discurso histórico-literário, atribuindo-lhe a ressignificação dos eventos que marcaram o regime ditatorial na América Latina, dado que ele não só conta os eventos sob o raio de visão dos excluídos e marginalizados, mas também faz despontar na trama discursiva os agentes históricos, os sujeitos protagonistas da história dessa aterradora época.

Barthes (2007) afirma que a capacidade de trapacear a língua, criando uma gama, nela e por ela, de significados é território da linguagem pela qual o escritor emite uma mensagem permeada de significação única sobre um determinado tema, da qual seu interlocutor se apropriará e significará, como pode ser constatado nas palavras do crítico literário:

[...] a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, [...] (BARTHES, 2007, p. 15).

Nos relatos dispostos em *Memória do Fogo: o século do vento*, esse trapacear da linguagem ganhou corpo e forma, passando a revelar estados subjetivos da alma do próprio escritor e de outrem, irmãos de batalha que, como ele, vivenciaram no corpo e no espírito os traumas promovidos pelas barbáries executadas pelo governo ditatorial com suas práticas de repressão, perseguição, prisão e tortura.

Acerca dos recursos linguísticos empregados na composição de sua obra, como ferramenta para dizer o não dito, o autor declara que: “A linguagem é o instrumento, e não a melodia; e os verdadeiros protagonistas da nova narrativa latino-americana não são os pronomes e os adjetivos, e sim homens e mulheres de carne e osso” (GALEANO, 1990a, p. 15).

Ao final das considerações sobre o discurso de Galeano, faz-se necessário destacar que a pesquisa não teve a intenção de aprofundar-se nas discussões sobre os tropos citados, mas, tão somente, compreendê-los dentro do projeto de escrita galeana.

2.4 A composição do narrador/enunciador na obra

Como constatado anteriormente, Eduardo Galeano toma consciência das mazelas político-sociais e dos danos causados por elas à vida dos menos favorecidos que, ao invés de

serem assistidos pelo Estado em suas necessidades cotidianas, são explorados, menosprezados e colocados à margem da sociedade. Resulta disso processos de dominação exercidos por aqueles que detêm o poder, e de submissão e opressão por aqueles que a eles estão subordinados.

A atividade midiática exercida pelo autor no semanário *Marcha*, o contato diário com as injustiças sociais, assim como a experiência adquirida ao lado de companheiros intelectuais, levaram Galeano a descobrir na arte da palavra um instrumento de luta, denúncia e resistência em favor da coletividade. Ademais, depreendeu que a palavra a ele concedida era uma missão e, como tal, deveria ser posta a serviço do outro, cabendo a ele ser o porta-voz entre ela, a palavra, o outro e o mundo.

Todas essas vivências de Galeano, mais o exílio experienciado, inicialmente na Argentina, depois na Espanha, acarretaram uma mudança perceptível na escrita do autor. A partir do primeiro livro da trilogia, *Memória do Fogo: Os nascimentos* (2010), produzida no seu segundo exílio, de forma gradativa, passa a mesclar a linguagem jornalística com a literária, que configurará, nas obras posteriores, em um estilo próprio e singular do autor, como pode ser comprovado no texto *Pássaros proibidos*, presente na obra *O século do vento*.

Pássaros proibidos

Os presos políticos uruguaios não podem falar sem licença, assoviar, sorrir, cantar, caminhar rápido nem cumprimentar outro preso. Tampouco podem desenhar nem receber desenhos de mulheres grávidas, casais, borboletas, estrelas ou pássaros. Didaskó Pérez, professor, torturado e preso por ter ideias ideológicas, recebe num domingo a visita de sua filha Milay, de cinco anos. A filha traz para ele um desenho de pássaros. Os censores o rasgam na entrada da cadeia.

No domingo seguinte, Milay traz para o pai um desenho de árvores. As árvores não estão proibidas, e o desenho passa. Didaskó elogia a obra e pergunta à filha o que são os pequenos círculos coloridos que aparecem nas copas das árvores, muitos pequenos círculos entre a ramagem:

– São laranjas? Que frutas são?

A menina o faz calar:

– Shhhh.

E em tom de segredo explica:

– Bobo. Não está vendo que são olhos? Os olhos dos pássaros que eu trouxe escondidos para você (GALEANO, 1998, p. 302).

Galeano na narrativa de *Pássaros Proibidos* (1998), texto carregado de subjetividade e lirismo, representa a dramática realidade vivenciada por um prisioneiro, o professor Didaskó Pérez, da ditadura militar do Uruguai. No relato, o escritor salienta que o educador havia sido preso e torturado “por ter ideias ideológicas”, ou seja, por se opor as ideias e ao sistema instaurado por esse regime de governo e por ambicionar um novo regime político.

Por meio da gradação, figura de linguagem, o escritor vai compondo a total usurpação dos direitos humanos, pelo governo uruguaio, às vítimas detidas em cativeiro. Tais como: o direito a palavra, o direito de ir e vir, o direito de manifestar suas emoções e sentimentos. “Os presos políticos uruguaios não podem falar sem licença, assoviar, sorrir, cantar, caminhar rápido nem cumprimentar outro preso”.

O escritor acrescenta que “Tampouco podem desenhar nem receber desenhos de mulheres grávidas, casais, borboletas, estrelas ou pássaros”. As proibições impostas pelos militares aos prisioneiros tinha como objetivo o isolamento do sujeito, por meio de uma sentença sem julgamento ou condenação, a solidão, a falta de comunicação e interação com o mundo do lado de fora da clausura. A privação desses direitos tinha como objetivo a anulação da identidade, a negação da subjetividade e da alteridade do sujeito, com vistas a fazê-lo desistir de seus sonhos e ideais de libertação, da luta e enfrentamento ao poder militar ou, ainda, levá-lo à loucura ou à morte.

Como maneira de impedir que as regras impostas fossem transgredidas pelos presos e familiares que os visitavam, o cárcere era guardado por censores que detectavam as menores tentativas de romper as barreiras internas e exteriores a ele. Entretanto, em um domingo de visitas, Didaskó foi surpreendido por Milay, sua filha de cinco anos, que barrada pelos censores na visita anterior, havia lhe trazido um novo desenho de presente. Como ele não conseguiu compreender a simbologia da gravura almejada pela menina, “a filha em tom de segredo explica: Bobo. Não está vendo que são olhos? Os olhos dos pássaros que eu trouxe escondidos para você”.

Aquela pequena garota, com sua simplicidade e inocência conseguiu burlar a metódica vigilância dos agentes repressivos, representando através de gesto simples e dos pássaros escondidos entre as ramagens da árvore idealizada, prontos a alçarem voo, a esperança que gerava a perseverança e a força da luta em busca da liberdade guardada além dos limites da prisão, ou seja, a pequena Milay não só suavizou a dor da ausência sentida pelo pai com sua presença, mas também conectou o coração dele com outros corações que acreditavam na força do ideal e da luta impressa em suas almas.

Esse processo de hibridização da linguagem na composição dos textos de Galeano (jornalística e literária), com base nas considerações realizadas ao longo desta pesquisa, é decorrente, primeiramente, de um processo de transformação interior do autor-pessoa¹ (o escritor), fruto dos inúmeros momentos de lutas, perdas, dores, silêncios, ausências,

¹ Conceito criado por Mikhail Bakhtin. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

perseguições e do exílio. Por consequência, essa fase da vida do autor assinala uma abrupta ruptura e uma conseqüente mudança de concepção do próprio ser e do outro, reverberando na composição literária do escritor.

Crises de identidade, a angústia do desenraizamento, fantasmas que atormentam, que acusam: o exílio levanta dúvidas e problemas que não são necessariamente conhecidos por aqueles que vivem longe por opção. Os exilados não podem retornar ao seu próprio país ou ao país escolhido como seu. Quando alguém é jogado em uma terra estrangeira, sua alma é deixada em aberto e se perdem os habituais marcos de referência e amparo. A distância cresce quando é inevitável (GALEANO, 1979, não paginado).

Segundo Said (2003), o exílio é uma chaga aberta no peito do exilado, que é forçado, pela intolerância dos homens, a se distanciar de tudo aquilo que é precioso e sagrado a ele. Logo, deixa no coração do sujeito um infinito vazio e estranhamento com a nova situação que é obrigado a experimentar e, alimentado pelas recordações e pela necessidade de exteriorização desse estado, transforma em matéria literária a sua incompletude, a qual reconhece não ser só sua, mas de todos que como ele compartilham essa premente ausência.

Galeano viveu a ditadura militar no Uruguai e na Argentina, seu segundo exílio. Nesses espaços, foi atravessado pelo discurso ditatorial e seus reflexos na própria vida e na de outros. Ao ter que fugir para a Espanha, perseguido pelos grupos de extermínio, o escritor vivenciou o trauma da separação da terra natal, dos familiares, amigos e companheiros de luta.

A vivência exotópica², de Eduardo Galeano, do contexto ditatorial influencia sua produção escrita, isso porque, ao experienciar o dentro (vítima da perseguição ditatorial) e o fora (o exílio na Espanha) dos acontecimentos decorrentes da ditadura militar, ele nos remete às angústias dos personagens históricos que compõem sua narrativa e à criticidade apurada de quem acompanha os desdobramentos do período.

² “Exotopia e extralocalidade são categorias filosóficas de base sobre as quais Bakhtin desenvolverá as discussões sobre Ética e Estética e, principalmente, suas considerações sobre as relações dialógicas entre o Autor e o Herói, possibilitando o desenvolvimento da idéia de excedente de visão. Bakhtin diz que “em todas as formas estéticas, a força organizadora é a categoria axiológico de outro, é a relação com o outro enriquecida pelo excedente axiológico da visão para o acabamento transgrediente”. Diante do outro, estou fora dele. Não posso viver a vida dele. Da mesma forma que ele não pode viver a minha vida. Mesmo para compreender o outro, vou até ele, mas volto ao meu lugar. Apenas do meu lugar, único, singular, ocupado apenas por mim, é que posso compreender o outro e estabelecer com ele uma inter-ação. A extralocalização é que põe meu compromisso ético na roda. Se outro vivesse minha vida, se pudesse ver o mundo como apenas eu vejo, se tivesse os mesmos pontos de vista que eu, então eu não precisaria pensar, e expressar meu olhar único sobre as coisas e a vida. A exotopia é minha possibilidade de responder. E também é minha obrigação de assumir minha responsabilidade. Ser responsivo e responsável são decorrências de minha extra-localização em relação ao Outro”. Disponível em: Glossário de Termos de Bakhtin, p. 9: <file:///C:/Users/eli_p/Downloads/Glossario_de_Termos_chave_de_Mikhail_Bak.pdf>. acesso em: 17 out. 2021.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 46).

Dessa forma, Galeano reproduz, na escrita, por meio do texto histórico-literário, o exercício de recomposição dos pedaços esfacelados da própria vida e da vida do outro, provocados pela inclemência de governos tirânicos. Emerge, assim, pela composição ficcional, um artesão da palavra que, de fio em fio, vai tecendo nas páginas da história e na percepção do leitor as lições de coragem, desprendimento e solidariedade de sujeitos e acontecimentos postos no anonimato pela história oficial, como no caso das Mães da Praça de Maio.

As Mães da Praça de Maio, mulheres paridas por seus filhos, são o coro grego desta tragédia. Segurando as fotos de seus desaparecidos, dão voltas e voltas na pirâmide, em frente à rosada casa de governo, com a mesma obstinação com a qual peregrinaram por quartéis e delegacias e sacristias, secas de tanto chorar, desesperadas de tanto esperar os que estavam e já não estão, ou talvez, continuem estando, quem sabe? – Acordo e sinto que está vivo! – diz uma, dizem todas. – Vou-me esvaziando enquanto avança a manhã. Morre ao meio-dia. Ressuscita de tarde. Então torno a acreditar que chegará e de noite caio dormindo sem esperança. Acordo e sinto que está vivo... (GALEANO, 1998, p. 311-312).

Galeano inicia a narrativa empregando a metáfora “mulheres paridas por seus filhos”. Na afirmativa do autor, compreende-se que as Mães da Praça de Maio nasceram da dor e do sofrimento causados pela trágica perda de seus amados filhos. Mulheres, a maior parte delas, que, do dia para à noite, tiveram que abandonar o refúgio familiar, a rotina de mãe, esposa, dona de casa, funções a que haviam sido preparadas para adentrar a vida pública e política de seu país.

Ao afirmar que essas mulheres “são o coro grego desta tragédia”, Galeano tece uma analogia entre este e a tragédia vivida pelas mães argentinas, em virtude do desaparecimento de seus filhos e netos, heróis e heroínas, que guiados pela força de um sonho, de um ideal, tiveram suas vidas ceifadas pelo regime ditatorial.

O coro da tragédia grega, peça teatral da Grécia antiga, era composto por dançarinos e cantores que mascarados representavam os dramas vividos pelos heróis gregos. Na encenação o coro era uma personagem coletivas cuja função era cantar as partes significativas do drama representado. No drama argentino, as mães e avós eram as protagonistas do infortúnio, que “Segurando as fotos de seus desaparecidos, dão voltas e voltas na pirâmide, em frente à rosada

casa de governo”. Ao realizarem as mobilizações em torno da Pirâmide, a cada quinta-feira, elas representavam todas as mães e avós, dos países latino-americanos, que como elas choravam e se lamentavam pela perda de seus familiares sequestrados pelos grupos militares.

O gesto das mães e avós de trazerem consigo as fotos de seus amados, tudo que lhes restavam de cada um de seus entes queridos, simbolizava a lembrança de pessoas amadas, dos sorrisos, dos abraços e beijos, das palavras de carinho, da convivência familiar e de tempos felizes, que foram assolados, interrompidos pela arrogância e soberba da camada burguesa da sociedade. Memória que necessitava ser partilhada, guardada e perpetuada no coração do povo argentino, a fim que jamais olvidassem os “que estavam e já não estão, ou talvez, continuem estando, quem sabe?”. Sujeitos condenados ao desterro e à morte por sonharem com um mundo melhor e mais justo para todos.

O ritual experienciado por essas mulheres se repetia a cada dia e a dor e sofrimento ocasionados pelas buscas infrutíferas foram reforçados, por Galeano, por meio do paradoxo mulheres “secas de tanto chorar”. No testemunho de uma das mães ficou impresso a agonia vivenciada pelas mães com a sumiço de seus rebentos: “Acordo e sinto que está vivo! – diz uma, dizem todas. – Vou-me esvaziando enquanto avança a manhã. Morre ao meio-dia. Ressuscita de tarde. Então torno a acreditar que chegará e de noite caio dormindo sem esperança. Acordo e sinto que está vivo...”. Todas essas ações simbolizavam um ciclo de morte e esperança no coração de cada mães, cada avó, que não desistia de acreditar na possibilidade de reencontrarem seus filhos e netos com vida.

Na afirmativa do autor, “mulheres paridas por seus filhos”, compreende-se que as Mães da Praça de Maio nasceram do doloroso tormento causado pela trágica perda de seus filhos amados. Mulheres, a maior parte delas, que, do dia para à noite, tiveram que abandonar o refúgio familiar, a rotina de mãe, esposa, dona de casa, funções a que haviam sido preparadas para adentrar a vida pública e política de seu país.

Seus filhos, homens e mulheres, insatisfeitos com o destino dado ao povo e à sociedade argentina, pelo regime militar, organizaram-se, mobilizaram-se e confrontaram o poder desse governo na busca pela construção de uma nação onde todos tivessem seus direitos e deveres assegurados pelo Estado de forma justa e igualitária.

O nascimento dessas mulheres para uma nova vida e uma nova história foi cruel e doloroso, mas, ao nascer, cada uma delas trouxe em sua gênese a semente da luta contra os despautérios dos insanos líderes ditatoriais. Semente essa que frutificou, criou raízes e produziu os frutos pelos quais seus filhos perderam a vida.

A relação intrínseca dos fatores anteriormente citados geraram dúvidas quanto ao foco narrativo/ponto de vista adotado pela voz enunciativa, 1.^a ou 3.^a pessoa, assim como a ânsia em investigar a composição do narrador, elemento primordial da narrativa. Sendo assim, procurou-se compreender como se deram esse processo e as escolhas feitas por Galeano para a sua criação.

Ligia Chiappini Moraes Leite (1985) explica que o narrador do romance, diferentemente da epopeia, relata questões corriqueiras do cotidiano de pessoas comuns, que, em qualquer espaço de tempo (passado, presente ou futuro), refletem os dramas existenciais vividos pelo ser humano. Esse posicionamento estreita os laços entre aquele que conta e aquele que ouve/lê a história contada, provocando, por vezes, no leitor, a sensação de estar frente a frente com o enunciador, ou, mesmo, confundindo o autor-pessoa com o autor-criador (função estético-formal/narrador)³. Contudo, Leite (1985) adverte acerca da necessidade de se ter claro que tanto o enredo quanto seu enunciador são decorrentes do entrelaçamento da técnica narrativa.

Essa proximidade pode nos dar a ilusão de que estamos diante de uma pessoa nos expondo diretamente seus pensamentos, quando, na verdade, tanto o NARRADOR como o leitor ao qual ele se dirige são seres ficcionais que se relacionam com os reais, através das convenções narrativas: da técnica, dos caracteres, do ambiente, do tempo, da linguagem (LEITE, 1985, p. 12, grifo da autora).

Bakhtin, na obra *Estética da criação verbal* (2011), discute a problemática do narrador, exposta anteriormente. O filósofo tece a seguinte afirmação sobre o tema: “[...] o autor cria, mas não vê sua criação em nenhum outro lugar a não ser no objeto ao qual deu uma forma; em outras palavras, ele só vê o produto em devir de seu ato criador e não o processo psicológico interno que preside a esse ato” (BAKHTIN, 2011, p. 27). Faraco, no círculo de Bakhtin, complementa a visão do mestre sobre o tema: “O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida, mas a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente” (FARACO, 2018, p. 39).

A posição axiológica, assim como a exotopia, são conceitos explorados por Bakhtin em seus estudos, e ambos estão intimamente relacionados ao dialogismo criado pelo filósofo. “Etimologicamente, a palavra "axiologia" significa "teoria do valor", sendo formada a partir

³ Conceito criado por Mikhail Bakhtin. *Estética da criação verbal* (2011).

dos termos gregos "axios" (valor) + "logos" (estudo, teoria - grifo do autor)⁴. O estudioso define e explica seu significado e aplicação nas relações discursivas da seguinte forma:

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. [...] Definição do sujeito nas relações entre sujeitos: concretude, integridade, responsividade, inesgotabilidade, inconclusibilidade, abertura (BAKHTIN, 2011[1979], p. 373-374).

A formação axiológica de Eduardo Galeano está fortemente calcada no uso da liberdade de expressão para entendimento e transformação do mundo. Com efeito, é essa força revolucionária da palavra, como instrumento das mudanças da vida, o filtro dos posicionamentos axiológicos dele e dos personagens que ocupam as situações narradas que ele retrata, em forma de denúncia/protesto, em *Memórias do Fogo: o século do vento*.

Neste sentido, Bakhtin aponta que

A dimensão axiológica é, portanto, parte inalienável da palavra viva [...] a criação estética como um complexo processo de posicionamentos axiológicos em diferentes planos [...] todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto (FARACO, 2009, p. 24-25, grifo do autor).

Na obra, há relatos autobiográficos, como os testemunhos de Domitila Barrios de Chungara e Mauricio Rosencof, vozes que dividem o ato enunciativo com o narrador principal, agentes históricos, protagonistas, os quais, dotados de uma enorme carga discursiva, representam a si mesmos. Isso resulta na fixação de seres e vozes individualizados que, lado a lado, com o autor-criador constroem o enredo da feitura narrativa.

Bezerra (2018) esclarece como esse processo se dá na composição da obra:

Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos. A consciência da personagem é a consciência do outro, não se objetifica, não se torna objeto da consciência do autor, não se fecha, está sempre aberta à interação com a minha e com outras consciências e só nessa interação revela e mantém sua individualidade. [...] é como se essas vozes soassem ao lado da palavra do autor, combinando-se com ela e com as vozes de outras personagens (BEZERRA, 2018, p. 195).

⁴ Disponível em: <https://www.significados.com.br/axiologia/>. Acesso em: 17 out. 2021. Usaria um dicionário mais conhecido

A assertiva do estudioso pode ser verificada nos episódios em que o enunciador concede a agentes históricos a palavra, momentos em que eles testemunham as barbáries cometidas pelos grupos de repressão, bem representados no testemunho de Mauricio Rosencof, preso político do Uruguai.

... É a luta do homem que resiste a ser transformado em vaca. Porque nos meteram numa vaquificadora, nos exigiam que em lugar de falar, mugíssemos. E esse é o ponto: como um preso é capaz de resistir, numa situação assim, à sua animalização? É um combate pela dignidade... Houve um companheiro que conseguiu um pedacinho de bambu, trabalhou à unha um furinho e criou uma flauta. E esse som torto e elementar é um balbucio de música... (GALEANO, 1998, p. 301).

Ao testemunhar os horrores sofridos na prisão, Mauricio Rosencof não revela apenas métodos de tortura aplicados a ele, individualmente, mas sim o que cada preso político do Uruguai e de todos os países vitimados pela ditadura militar experienciaram nas prisões clandestinas. Assim, o que ele faz é dar voz a outras vozes (um coro) que, ao contrário dele, não tiveram a oportunidade, ou não sobreviveram para testemunhar o vivido naqueles dias nebulosos, como a descrição inicial feita no texto *As Mães da Praça de Maio*, “[...] mulheres paridas por seus filhos, são o coro grego desta tragédia” (GALEANO, 1998, p. 311).

Todavia, mesmo diante da impossibilidade de identificar o narrador, é indubitável sua presença, seu conhecimento e discernimento dos acontecimentos relatados, o qual passo a passo, ora narrando, ora silenciando, vai envolvendo o leitor e transportando-o às realidades e cenas representadas. Ademais, isso produz no leitor um misto de repulsa para com aqueles que, em nome do poder e pelo poder, foram impiedosos e cruéis com seus semelhantes e compaixão para com aqueles que tiveram suas vidas caçadas, torturadas, violentadas por um sistema repressivo e castrador de ideais e ideologias adversas às apregoadas pelo sistema governamental vigente. Tal evidência pode ser apreendida no fragmento abaixo:

Nesta guerra santa, as vítimas *desaparecem*. Quem não é engolido pela terra, é devorado pelos peixes do fundo do rio ou do mar. Muitos não cometeram outro delito além de figurar numa caderneta de endereços. Caminham rumo ao nada, rumo à bruma, rumo à morte, após o suplício nos quartéis. Não há *inocentes*, diz monsenhor Plaza, bispo de La Plata, e o general Camps acha que é justo liquidar cem suspeitos mesmo que apenas cinco desses cem sejam culpados. Culpados de terrorismo: *Terroristas*, explica o general Videla, *não são apenas os que põem bombas, mas também os que atacam com ideias contrárias à nossa civilização ocidental e cristã* (GALEANO, 1998, p. 305, grifo do autor).

Galeano inicia o fragmento marcado por um paradoxo que enfatiza o seu tom irônico acerca dos métodos empregados pelos ditadores na eliminação das suas vítimas ao afirmar: “Nesta guerra santa, as vítimas desaparecem”. Sobressai na narrativa a incredulidade do escritor

ante o cenário de terror apresentado, por ser inconcebível que credos religiosos, seus líderes e praticantes, “monsenhor Plaza, bispo de La Plata”, que pregavam o amor incondicional ao próximo, fossem capazes de contribuir com a carnificina protagonizada pelo governo ditatorial.

O escritor vai além ao expor a metodologia de desaparecimento dos corpos, pelos militares, com a finalidade de anular qualquer possibilidade de incriminação pela morte dos presos políticos durante o período em que vigorou a ditadura militar. “Quem não é engolido pela terra, é devorado pelos peixes do fundo do rio ou do mar”. As vítimas desse sistema incremental e cruel, segundo o autor, eram julgadas e condenadas sem nenhuma apuração dos fatos ou do direito à defesa concedido àqueles que eram acusados de algum delito, pois, em muitos casos o condenado pelos grupos repressores “não cometeram outro delito além de figurar numa caderneta de endereços”.

Na leitura do texto, compreende-se que todas as ações e artifícios usados pelo governo ditatorial tinha como único objetivo exterminar toda e qualquer ideia revolucionária contra os ditames do regime militar, que ameaçasse o domínio militar e da Igreja Católica sobre o povo argentino, como bem explanado pelo bispo de La Plata e o general Camps: “é justo liquidar cem suspeitos mesmo que apenas cinco desses cem sejam culpados”. Videla, líder do regime ditatorial na Argentina, foi mais incisivo nas suas palavras: “Culpados de terrorismo: terroristas, explica o general Videla, não são apenas os que põem bombas, mas também os que ativam com ideias contrárias à nossa civilização ocidental e cristã”.

Na analogia feita por Videla entre bombas e ideias, evidencia-se o pensamento ditatorial, isto é, assim como a bomba ao cair sobre determinado local, destrói tudo a sua volta e dissemina a morte por um raio incalculável, as ideias contrárias à manipulação da população por lideranças autoritárias e injustas, a busca pela liberdade de expressão e da igualdade de direitos a todos os habitantes do território, ameaçava e colocava em risco o domínio exercido sobre esse povo até então, fato que os militares não admitiam, não hesitando sobre as estratégias a serem empregadas na contenção da difusão dessas ideologias por homens e mulheres que desafiavam esse poder.

Ainda, na obra, há episódios que causam estranhamento ao leitor, conhecedor da biografia de Galeano, tamanha proximidade da voz enunciativa com as experiências vividas pelo escritor, tal como o ponto de vista crítico que sobrevém na narrativa, levando o leitor desavisado a atribuir a diegese ao autor-pessoa:

Dedicados à proibição da realidade e à queima da memória, os militares uruguaios bateram o recorde mundial de fechamento de publicações. O semanário *Marcha*, de longa vida, já não existe. Um de seus redatores, Julio Castro, foi morto na tortura.

Depois, morto sem cadáver, foi desaparecido. Os demais redatores foram condenados à prisão, ao desterro ou ao silêncio (GALEANO, 1998, p. 304).

Na leitura dos textos, dificilmente o leitor não se sensibilizará com os tormentos a que foram sujeitos os agentes históricos, ainda não raro a associar o escritor aos dramas narrados, deixando no leitor a seguinte indagação: como proceder na diferenciação entre o narrador, a linguagem que imprime e expressa os acontecimentos narrados e o autor, aquele que engendra a trama?

O escritor brasileiro, Cristovão Tezza, de forma clara e objetiva, pontua aspectos a serem considerados nessa distinção:

[...] o narrador é sempre um objeto; o autor é um sujeito. Isto é, o objeto estético jamais se confunde com o evento da vida; ele é parte desse evento, do ponto de vista do leitor, mas não se confunde com ele. O evento vai adiante, ininterrupto, enquanto o objeto se fixa como eixo de referência (TEZZA, 2012, p. 216).

Com base na afirmação de Tezza, o autor-pessoa é uma pessoa comum, que vive em uma sociedade e nela desempenha seu papel social, com registro físico, família, sonhos, projetos, ambições, decepções. É ele o escritor, o artista que compõe a urdidura da produção literária e a lança na mão de um leitor anônimo, que a ela significará e dará vida. Já o autor-criador é um elemento constitutivo do gênero narrativo. Segundo Faraco, “[...] um constituinte do objeto estético (um elemento imanente ao todo artístico) – mais precisamente, aquele constituinte que dá forma ao objeto estético, o pivô que sustenta a unidade do todo esteticamente consumado” (FARACO, 2018, p. 37).

Roland Barthes, em *A morte do autor*, faz observações que contribuem para a compreensão e distinção entre o autor-pessoa e o autor-criador. Também acrescenta uma reflexão pertinente com relação ao receptor da obra literária, assegurando ser ele e para ele a razão do fazer literário do escritor, e é este o ponto de intersecção entre um e outro:

[...] o leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito (BARTHES, 2004, p. 64).

Com base em tais assertivas, pode-se afirmar a impossibilidade de o autor-pessoa e o autor-criador serem o mesmo sujeito na produção ficcional, pois, como afirma Faraco, a partir do momento em que o autor-pessoa confia sua criação a um autor-criador, este é “[...]”

materializado como uma certa posição axiológica frente a uma certa realidade vivida e valorada – que realiza essa transposição de um plano de valores para outro plano de valores, organizando um novo mundo (por assim dizer) e sustentando essa nova unidade” (FARACO, 2018. p. 39).

Dessa forma, com base nos estudos de Bakhtin, Faraco afirma: “O autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida” (FARACO, 2018. p. 39).

À posição ocupada pelo autor-criador, proposto por Bakhtin, podemos ainda acrescentar a posição exotópica ocupada por Galeano, ao narrar a trilogia *Memória do fogo*, ora personagem (Galeano no Uruguai), ora observador (Galeano na Espanha, Galeano pesquisando), a partir do posicionamento de quem vivencia o contexto narrado e de quem narra do exílio, a partir do que circula nos canais de informação.

Distante da terra natal, em um lugar estranho a ele, em *Calella de la Costa*, na Espanha, Galeano busca se manter informado das ações do regime militar na América Latina, obtendo essas informações pelo prisma de terceiros (posição axiológica). De posse desse conhecimento, o escritor reflete os fatos pelo filtro axiológico e os refrata nas obras produzidas nesse período de exílio, a trilogia *Memória do Fogo*.

Leite (1985), na obra *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*, com base nas discussões de Norman Friedman sobre a tipologia do narrador, propõe uma classificação que poderia descrever com exatidão o autor-criador da obra em análise, sendo ele, com base na definição apresentada pela autora:

[...] um narrador onisciente intruso, um *eu* que tudo segue, tudo sabe e tudo comenta, analisa e critica, sem nenhuma neutralidade. Provavelmente, com uma visão de cima, dominando tudo e todos, até mesmo puxando com pleno domínio as nossas reações de leitores e driblando-nos o tempo todo (LEITE, 1985, p. 29, grifo da autora).

Os textos abaixo demonstram, claramente, a onisciência e a intrusão do autor-criador, uma vez que ele apresenta conhecimento profundo da trama, das emoções desencadeadas na personagem ante o terror vivenciado, bem como a crueza dos eventos narrados. Ainda sobressai no discurso do autor-criador seu ponto de vista e o tom valorativo sobre os fatos narrados, evidenciando sua imparcialidade diante da cena:

Agachada sobre suas ruínas, uma mulher procura alguma coisa que não tenha sido destruída. As forças da ordem arrasaram a casa de Maria Isabel de Mariani e ela cavuca os restos em vão. O que não roubaram pulverizaram. Somente um disco, o Réquiem de Verdi, está intacto. Maria Isabel

quisera encontrar no redemoinho alguma lembrança de seus filhos e de sua neta, alguma foto ou brinquedo, livro ou cinzeiro ou o que fosse. Seus filhos, suspeitos de terem uma imprensa clandestina, foram assassinados a tiros de canhão. Sua neta de três meses, butim de guerra, foi dada ou vendida pelos oficiais. É verão, e o cheiro da pólvora se mistura com o aroma das tílias que florescem. (O aroma das tílias será para sempre e sempre insuportável.) Maria Isabel não tem quem a acompanhe. Ela é mãe de subversivos. Os amigos atravessam a rua ou desviam o olhar. O telefone está mudo. Ninguém lhe diz nada, nem ao menos mentiras. Sem ajuda de ninguém, vai enfiando em caixas os cacos de sua casa aniquilada. Tarde da noite, põe as caixas na calçada. De manhã, bem cedinho, os lixeiros apanham as caixas, uma por uma, suavemente, sem batê-las. Os lixeiros tratam as caixas com muito cuidado, como se soubessem que estão cheias de pedacinhos de vida quebrada. Oculta atrás da persiana, em silêncio, Maria Isabel agradece a eles esta carícia, que é a única que recebeu desde que começou a dor (GALEANO, 1998, p. 306-307).

A presença do narrador onisciente intruso está bem marcada no trecho, visto que, como pode ser verificado, ele não somente conta o drama vivido por Maria Isabel Mariani, na Argentina, mas descreve, critica e solidariamente, não só os atos de violência praticados pelos militares contra os familiares da sobrevivente: “Seus filhos, suspeitos de terem uma imprensa clandestina, foram assassinados a tiros de canhão”. Assim como a dor e os sofrimentos dessa mãe/avó que é surpreendida pela morte do filho e da nora de maneira brutal e pelo sequestro de sua única neta: “Sua neta de três meses, ’butim de guerra’, foi dada ou vendida pelos oficiais (grifo nosso)”. Além do mais, o autor-criador relata o tratamento recebido pela mulher, por parte de seus amigos e vizinhos, que, diante do trágico acontecimento, movidos pelo discurso apregoadado pelo governo ditatorial e pelo medo, abandonam-na à própria sorte: “Maria Isabel não tem quem a acompanhe. Ela é mãe de subversivos. Os amigos atravessam a rua ou desviam o olhar”. Nem mesmo as sensações olfativas passam despercebidas ao olhar atento e sagaz do narrador: “É verão, e o cheiro da pólvora se mistura com o aroma das tílias que florescem. (O aroma das tílias será para sempre e sempre insuportável)”.

O autor-criador termina a narrativa de forma dramática, ao revelar a tristeza e o pesar contidos no coração de Maria Isabel, quando os lixeiros passam à porta da sua casa e levam o que restou dos anos de amor, alegria e convívio familiar: “Os lixeiros tratam as caixas com muito cuidado, como se soubessem que estão cheias de *pedacinhos de vida quebrada*. Oculta atrás da persiana, *em silêncio*, Maria Isabel agradece a eles esta carícia, que é a única que recebeu desde que começou a dor” (grifo nosso).

Em outro texto, o autor-criador, por meio de ironia cortante narra os desmandos cometidos pelo general Barrientos, ditador boliviano, no período compreendido entre 1963 e 1967:

Nos ombros de Nenê, seu gigante guarda-costas, o general René Barrientos atravessa a cidade de La Paz. Do alto de Nenê, vai cumprimentando os que o aplaudem. Entra no palácio de governo. Sentado em sua escrivaninha, com Nenê atrás, assina decretos que vendem a preço de banana o céu, o solo e o subsolo da Bolívia. Há dez anos, Barrientos estava passando uma temporada num manicômio de Washington, D. C., quando lhe veio à cabeça a ideia de ser presidente da Bolívia. Fez carreira pela via do atletismo. Disfarçado de aviador norte-americano, assaltou o poder; e o exerce metralhando operários e arrasando bibliotecas e salários. [...] Nenhum boliviano voou tanto, discursou tanto nem roubou tanto (GALEANO, 1998, p. 260).

O autor-criador, já na primeira linha do texto, ironiza a coragem do carrasco Barrientos que prendeu, torturou, exiliou, fez desaparecer e matou a tantos bolivianos, em ações contínuas e sanguinárias, porém vivia à sombra de um guarda-costas, ironicamente denominado Nenê (que faz alusão a criança, fragilidade), que o protegia e garantia sua segurança, diariamente, contra seus fantasmas forjados pela consciência. O narrador também critica/denuncia a assinatura de decretos, pelo governante, por meio dos quais vendia a preço irrisório as riquezas do “[...] céu, o solo e o subsolo da Bolívia”, empobrecendo a nação e o povo boliviano, enquanto acumulava riquezas para si mesmo e seus aliados estrangeiros.

No mesmo tom irônico inicial, o narrador afirma que Barrientos tinha problemas mentais, era ‘louco’, e que havia passado uma temporada num manicômio de Washington, antes de decidir assumir a presidência do país, por meio de um golpe de Estado. As consequências de tal governo, segundo o narrador, foram a perseguição implacável a operários e a destruição de bibliotecas, berço da memória de um povo, durante toda sua gestão.

O texto evidencia o posicionamento do autor-criador, que, em um misto de ironia e indignação, compõe a trama narrativa, não se detendo no fato histórico, mas com base nele e servindo-se da onisciência, característica do texto ficcional, emite seu juízo de valor sobre o ditador boliviano, a política de enriquecimento ilícita adotada pelo governo e seus métodos ditatoriais.

Outro aspecto sobre a atuação do autor-criador em *O século do vento* e em toda a obra galeana, que corrobora sua classificação como narrador onisciente intruso, é que esse autor-criador narra diferentes eventos em uma mesma sequência temporal, ou seja, o enredo não se desenvolve em um espaço geográfico específico da América Latina, mas em todos os países onde vigorou o processo ditatorial.

Tal fato pode ser verificado na vinheta “*A reconquista do Brasil*” (GALEANO, 1998, p. 247-248), quando, por meio de um golpe de Estado, no ano de 1964, contra o então presidente João Goulart, as forças militares brasileiras tomam o poder e implantam no país um longo período de rigorosa ditadura militar. Nessa mesma sequência temporal, 1964, o autor-criador, na vinheta “*Sem pena nem gloria*”, relata a queda do governo boliviano, Victor Paz Estenssoro,

que, de forma semelhante a João Goulart, no Brasil, é deposto do cargo e enviado ao exílio, assumindo a presidência da Bolívia, o general René Barrientos.

Nas duas narrativas, o autor-criador, demonstra propriedade no conhecimento dos fatos, descrevendo, de forma irônica e valorativa, desde o engendramento das ações de tomada de poder, nos dois países, as alianças entre eles e os Estados Unidos, até os sentimentos e sensações experimentadas pelos governantes sabotados pela união das Forças Armadas de suas respectivas nações.

Assim, pode ser depreendido que a voz enunciativa em *Memória do Fogo: o século do vento* (1998) pertence a um narrador onisciente intruso, que, detentor do conhecimento sobre a saga histórica dos povos latino-americanos, no período ditatorial, posiciona-se criticamente a ela, promovendo, dessa forma, a interação do leitor com o texto lido, ao mesmo tempo em que provoca sua reflexão. Outrossim, Galeano utiliza-se dos recursos literários, inerentes à arte da palavra, para fazer conhecido esse contexto histórico, assim como acolher e avultar as vozes daqueles que foram calados por tal regime, ou caíram no esquecimento pela ausência de memória da sociedade.

2.5 A História ao revés: O dialogismo entre História, Literatura e Memória no texto galeano

Eduardo Galeano, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), propõe-se a (re)contar a história de poder e dominação exercida pelos regimes governamentais instalados em países da América Latina. Todavia, ao narrar os fatos, o escritor subverte o discurso oficial, ao fazer despontar, na trama narrativa, os outros protagonistas dos eventos, agentes históricos que, com heroísmo, confrontaram as forças dominantes, resistindo aos objetivos de controle traçados por essas autoridades.

Pollak (1989) esclarece que, ao privilegiar o estudo e a análise da história oral dos menos favorecidos, classe que sofre os maiores impactos nos momentos de crise social, o pesquisador traz à tona:

[...] a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltando a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional, [...] de caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva (POLLAK, 1989, p. 04, grifo nosso).

Nesse viés, o escritor parte da versão historiográfica dos acontecimentos, contida nos documentos oficiais e, pela memória individual e/ou coletiva desses povos, colhida de relatos orais, testemunhos e outras fontes, ressignifica o percurso histórico dos países/nações latino-americanos. Ao proceder assim, objetiva preencher as lacunas/silêncios deixados pelo tratamento científico dos fatos.

Ainda, na composição da (re)leitura histórica dos fatos, Galeano utiliza, como ferramenta, a linguagem literária, por compreender que “[...] a literatura transmite conhecimentos, age sobre a linguagem e a conduta de quem a recebe, e nos ajuda a nos conhecermos melhor, para nos salvarmos juntos” (GALEANO, 1990b, p. 120).

Dessa forma, a urdidura narrativa está composta pela História, como ciência, pela Literatura, como a arte da palavra e pela memória, elemento catalizador das ações e vínculos sociais das mulheres e homens, em um espaço e tempo determinados. Esta estrutura discursiva está permeada pelas relações dialógicas, conceito cunhado por Mikhail Bakhtin, que confere ao tecido composicional a unidade e, conseqüentemente, o encadeamento entre as proposições citadas. Fiorin, citando o filósofo russo, contribuiu para a compreensão do termo e sua aplicabilidade nas relações discursivas:

[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que *o enunciador*, para constituir um discurso, *leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu*. Por isso, *todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio* (FIORIN, 2008, p. 19, grifo nosso).

Outro aspecto que salta aos olhos na obra é o anseio do escritor uruguaio em construir ou robustecer a memória dos povos da América Latina, em relação ao passado de dor, sofrimento e enfrentamento às lideranças políticas, que buscaram e buscam impor o domínio econômico, político e social sobre as classes menos favorecidas. Tal preocupação se justifica dada à ameaça de apagamento/esquecimento, natural ou provocado, pela ausência de memória das realidades negligenciadas pelos regimes políticos de cada nação.

Diante do exposto, objetivou-se compreender como se dá o dialogismo entre História, Literatura, memória e esquecimento, na tecitura composicional e seus desdobramentos na obra em análise.

2.5.1 A teoria bakhtiniana e a composição da obra *Memória do Fogo - o século do vento*

Eduardo Galeano foi um sobrevivente do conturbado e penoso período ditatorial ocorrido em países da América Latina, entre os anos de 1964 e 1984. Desde muito jovem se sensibilizou e se posicionou contrário às políticas de governo que privilegiavam os abastados e negligenciavam e excluíam os menos favorecidos da sociedade, acentuando, dia após dia, o fosso existente entre as classes sociais.

Os anos de militância como jornalista, as perseguições, a violência, as opressões, o cerceamento da liberdade de expressão e o duplo exílio, decorrentes do engajamento social de Eduardo Galeano, imprimiram na alma e no coração do autor-pessoa chagas profundas, mas também a maturidade, a sensibilidade, a solidariedade com a causa das demais vítimas do Terrorismo de Estado em países latino-americanos. Esse novo sujeito, moldado no sofrimento, vê-se impulsionado a unir sua dor e sua voz às de outros que, como ele, padeceram do mesmo mal, para juntos, denunciarem ao mundo a *verdade escondida a sete chaves* (grifo nosso), dentro de gavetas, gabinetes, igrejas, prisões clandestinas e atrás de muros.

O escritor encontrou na literatura o instrumento de poder capaz de revelar ao mundo essas realidades ocultas: as dores, as ausências, as carências, os silêncios, o estranhamento, as machucaduras provocadas por um sistema que não cumpria com o papel a ele confiado, mas excluía e oprimia. Por meio da arte da palavra, o uruguaio deu vazão aos monstros que, apesar de aprisionados, atormentavam os dissidentes, oprimindo-lhes o espírito e, no texto histórico-literário, encontrou uma maneira de narrar os eventos, tais como eles ocorreram, sob o prisma daqueles que viveram na pele e no espírito os horrores das perseguições, torturas ou perda de um ente querido sequestrado e/ou desaparecido pelos grupos de repressão ditatorial.

A veia literária em Galeano pode ser observada após o exílio do seu país de origem e, posteriormente, da Argentina, lugar escolhido pelo autor para se refugiar das ameaças sofridas contra sua vida pela ditadura militar uruguaia. É na produção posterior a esse período que constatamos a transição do estilo jornalístico do escritor, composto por uma linguagem referencial, objetiva, clara e direta em textos investigativos e de denúncia contra os despautérios praticados pelos detentores do poder, em países da América do Sul, para uma linguagem subjetiva, permeada por recursos linguísticos e literários, que conferem maior expressividade e beleza aos seus textos. Textos esses breves e com uma grande carga semântica, variados gêneros literários e de difícil classificação, uma vez que para ele a literatura vai além de fórmulas ditadas e impostas pelo cânone literário:

A compartimentação da atividade criadora tem ideólogos especializados em levantar muralhas e cavar fossos. "Até aqui", nos dizem, chega o gênero romance; "este" é o limite do ensaio; "ali" começa a poesia. E, sobretudo, não se deve confundir, eis aí a

fronteira que separa a literatura do subúrbio, dos gêneros menores, como o jornalismo, a canção, os roteiros do cinema, televisão ou rádio. A literatura abrange, em todo caso, o conjunto das mensagens escritas que integram uma determinada cultura, à margem do julgamento de valor que possam merecer por sua qualidade (GALEANO, 1990b, não paginado).

O autor, após toda a experiência vivida e as realidades testemunhadas sob o jugo de lideranças políticas, sociais, autoritárias e dominadoras, encontra na literatura um meio de revelar ao outro, seu semelhante, as realidades negligenciadas. Por conseguinte, promoveu, por intermédio da arte literária, a sensibilização e a necessidade de reflexão sobre tais situações, pois acreditava que,

Ao interpretar a realidade, ao redescobri-la, a literatura pode ajudar a conhecê-la. E conhecê-la é o primeiro passo necessário para começar a mudá-la: não existe experiência de mudança social e política que não se desenvolva a partir de um aprofundamento da consciência da realidade (GALEANO, 1990b, não paginado).

Segundo Galeano, o poder na literatura e sua ação no imaginário e consciência do sujeito em relação a outrem são incalculáveis, pois a partir do momento que se reconhece a figura do outro há, conseqüentemente, o reconhecimento do próprio eu:

A literatura, que se dirige às consciências, atua sobre elas, e quando é acompanhada pela intenção, o talento e a sorte, dispara nessas consciências os gatilhos da imaginação e a vontade de transformação. Na estrutura social da mentira, revelar a realidade significa denunciá-la; e chega-se mais longe ainda quando o leitor muda um pouquinho através da leitura. Um livro não muda o mundo, fala-se, e é verdade. Mas, o que o muda? Um processo, acelerado ou lento, segundo o caso; sempre incessante e de mil dimensões simultâneas: a palavra escrita é uma delas, e não uma mera roda auxiliar (GALEANO, 1990b, não paginado).

Para o escritor, a narrativa histórico-literária propicia ao leitor uma viagem a espaços temporais/atemporais e a contextos políticos, econômicos e sociais da história, que não se presenciaram, não se vivenciaram por estarem guardados em um passado não muito distante, mas cujos reflexos estão presentes na vida da sociedade contemporânea e que necessitam ser (re)conhecidos, (re)lembrados, preservados e cultivados na memória coletiva, a fim de evitar que se repitam. Segundo seu ponto de vista, a literatura é esse recurso, visto fomentar a imaginação, promovendo um olhar diferenciado e uma real compreensão sobre a realidade e os discursos impregnados na sociedade de cada época.

A historiadora Sandra Pesavento defende que o texto literário permite ao leitor a apropriação de realidades intocadas pelo homem, em virtude da sua capacidade de adentrar espaços privados, restritos ao mundo simbólico, ao imaginário, à fantasia, à sensibilidade

daquele que com ele se propõe a conhecer o real, por meio do texto ficcional. Segundo Pesavento:

A narrativa literária fala das verdades do simbólico, ou seja, da realidade do imaginário de um determinado tempo, deste real construído pela percepção dos homens, e que toma o lugar do real concreto. Neste mundo verdadeiro das coisas de mentira, a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível, do apenas entrevisto na realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade sensível, enunciando conceitos e valores. A Literatura é o domínio da metáfora da escrita, da forma alegórica da narrativa que diz sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além (PESAVENTO, 2003, p.40).

Todo o processo desencadeado por essa expressão artística resulta na sociabilização do sujeito, na consciência do outro, isto é, “[...] o texto literário me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio eu me identifico com os outros e sou afetado por seu destino; suas felicidades e seus sofrimentos são momentaneamente os meus” (COMPAGNON, 2009, p. 49). Ou, como nos ensina Marcel Proust: “Somente pela arte podemos sair de nós mesmos, saber o que enxerga outra pessoa desse universo que não é igual ao nosso, e cujas paisagens permaneceriam tão ignoradas de nós como as por acaso existentes na lua” (PROUST, 2002, p. 245).

Diante do exposto, o escritor uruguaio, em *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), serve-se da narrativa histórico-literária, do real e do ficcional, para narrar os acontecimentos ocorridos no período ditatorial na América Latina. Promove, assim, a releitura e a ressignificação desses momentos traumáticos vivenciados por seus povos. Visa escrever nos espaços em branco, nas lacunas deixadas pela história oficial, seja pelo desconhecimento, seja pela omissão, a participação de agentes que transformaram o rumo histórico de tais sociedades.

É possível identificar um elemento fundamental na composição da narrativa e na efetivação da linguagem, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), o qual contribui para a compreensão e a validade do texto galeano, o dialogismo, conceito criado por Mikhail Bakhtin.

Antes do aprofundamento acerca do dialogismo, destaca-se que o vocábulo diálogo, comumente conhecido nas relações sociais, e diálogo/dialogismo, termo adotado por Bakhtin, não são palavras sinônimas, como pode parecer em um primeiro contato com os termos.

Diálogo, em linguagem corrente, caracteriza-se como elemento essencial na construção das relações interpessoais, sendo responsável pela interação social, empatia, criação e fortalecimento dos laços afetivos, assim como instrumento basilar na solução de embates e conflitos. Já na concepção bakhtiniana, “A palavra diálogo, ao contrário, é bem entendida, como

reação do eu ao outro, como ‘reação da palavra a palavra de outrem’, como *ponto de tensão entre o eu e o outro*, entre círculos de valores (posições axiológicas), entre forças sociais” (MARCHEZAN, 2006, p. 123, grifo nosso). As relações dialógicas, dialogismo, são assim definidas por Bakhtin:

[...] para o prosador, à sua volta abre-se um multidiscurso social, uma torre de Babel que se manifesta ao redor de qualquer objeto; a dialética do objeto entrelaça-se com o diálogo social circunstante. O objeto é para o prosador a concentração de vozes multidiscursivas, dentre as quais deve ressoar a sua voz; essas vozes criam o fundo necessário para a sua voz, fora do qual são imperceptíveis, "não ressoam" os seus matizes de prosa artística (BAKHTIN, 1990, p. 88, grifo do autor).

Assim, é patente o dialogismo entre a narrativa galeana e os fatos históricos ocorridos no período da ditadura militar na América-Latina, uma vez que não pode ser detectada em seu texto a negação quanto aos registros históricos existentes, mas, sim, o relato de acontecimentos, a inserção de personagens, que preencheram os espaços vazios, as lacunas deixadas pela narrativa histórica, assim como uma visão distinta do desenrolar dos acontecimentos, cujo centro se desloca da visão do opressor para a do oprimido. O exercício do (re)contar, a partir de outro ponto de vista, as narrativas da história, tem em si uma grande carga dialógica, uma vez que esse recontar sempre acontece, a partir da refração de acontecimentos reais processada pelo sujeito enunciador. Bakhtin (1990), explica que:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social (BAKHTIN, 1990, p. 86).

Na narrativa galeana, a história de vida do autor tece uma estreita relação dialógica com a das demais vítimas desse fatídico momento histórico, ao passo que, ao relatá-las, o autor vai se revelando, reconhecendo-se como partícipe da ação de homens e mulheres que não se sujeitaram ao autoritarismo de forças políticas, interferindo com sua luta no rumo histórico dos países latino-americanos.

Ainda, ao relatar o sofrimento, a violência e a coerção vividos por agentes históricas femininas, que não só foram alvos da repressão militar, no período, mas atuaram com força e determinação na mudança do curso desse processo, Galeano contribui, significativamente, na reordenação dos eventos passados pelo dialogismo. Ao proceder assim, atribuiu a essas mulheres de lutas seu papel e seu lugar de direito no curso das transformações históricas presenciadas, em decorrência de seus atos.

Dessa forma, o escritor traz à luz, por meio do discurso literário, fatos e sujeitos outrora esquecidos pela história oficial, corroborando a afirmação feita por Bakhtin (1990), acerca do discurso literário e de sua função dialógica presente nos diferentes enunciados linguísticos do contexto ditatorial. “[...] A representação literária, a ‘imagem’ do objeto, pode penetrar neste jogo dialógico de intenções verbais que se encontram e se encadeiam nele; ela pode não abafá-las, mas, ao contrário, ativá-las e organizá-las. [...]” (BAKHTIN, 1990, p. 87, grifo do autor).

Na escrita galeana, esse jogo dialógico é produzido pelo testemunho de agentes históricos, como Domitila, mineira boliviana, ou as Mães e Avós da Praça de Maio, na Argentina. Essas mulheres representam todas as outras que, em diferentes países latino-americanos, também experienciaram o terror praticado pelo governo militar da época e trazem no peito as feridas abertas dos traumas vividos.

Bakhtin (1990) atesta que a efetivação do processo dialógico se dá na interação com o outro, com os discursos de outrem:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 1990, p. 88).

A narrativa empreendida em *Memória do fogo* por Galeano é a concretização dessa interação proposta por Bakhtin, pois se constitui como ação prática do encontro do discurso do autor com o discurso de outrem, das personagens reais da história das ditaduras da América Latina. Além desse encontro com outrem, que é dialogicamente narrado na obra, o autor realiza uma ação dialógica, por refratar essa história colhida a partir de seu filtro axiológico.

Além do dialogismo entre História e Literatura, há outras relações dialógicas que permeiam o discurso narrativo na obra: o diálogo entre Literatura, memória, esquecimento, visto ser da memória que Galeano extrai os relatos orais e testemunhos dos sobreviventes, para a composição do texto literário, visando fornecer a ela a substância necessária contra um mal latente do século XXI, o esquecimento.

Bakhtin (2011) salienta que

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento

do diálogo, sem seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (BAKHTIN, 2011, p. 410).

Outro aspecto salientado é o interlocutor que compõe, juntamente, com o narrador a obra literária, pois ele relata os fatos para um leitor ativo, situado em um espaço atemporal, que caminha lado a lado com ele, ao longo da narrativa, inteirando-se da real versão dos fatos apresentados a cada novo capítulo pelo autor, “[...] o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica” (BAKHTIN, 1990, p. 88-89). Por intermédio dessa relação, o leitor vai tecendo entre o passado histórico e o atual as relações dialógicas que dinamizam sua compreensão e apreensão dos fatos apresentados.

Na organização da trama, o narrador, ao mesmo tempo em que conta os acontecimentos ao leitor, também vai apresentando a ele o contexto político e social em que se desenvolve cada evento, os atos de enfrentamento e resistência vivenciados pelas personagens, bem como os valores e crenças impressos na relação eu-outro na urdidura da trama. Ainda, narra a ideologia e práticas da classe dominante, objetivando oportunizar ao leitor, ao término dos relatos, a reflexão sobre o que lhe foi relatado no decorrer da obra, corroborando a seguinte assertiva: “Em outras palavras, o homem precisa de outro homem para que possa tomar consciência de si: tudo que me diz respeito veio do mundo exterior por meio das palavras do outro” (PIRES; KNOLL; CABRAL, 2016, p. 120).

Assim, evidencia-se o dialogismo que o autor estabelece com o contexto histórico ditatorial, com a memória dos agentes históricos da época, com seus interlocutores e com as gerações de ontem, hoje e amanhã, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998). Isso propicia ao leitor o (re)visitar, o (re)apropriar-se de uma fase da história da humanidade que urge ser conhecida e apreendida neste início do século XXI, visando promover a análise crítica dos fatos e das lutas travadas por nossos semelhantes, na busca pela democracia, bem como o papel e a função social de cada um, a fim de impedir que tais barbáries se repitam.

2.5.2 O ontem e o agora como pilares na construção do amanhã

A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo. Febre de meus adentros: as cidades e as gentes, soltas da memória, navegam para mim: terra onde nasci, filhos que fiz, homens e mulheres que me aumentaram a alma (GALEANO, 2011, p. 10).

A construção dos tempos presente e futuro está diretamente agregada à memória e à história dos antepassados, os quais transmitiam às gerações futuras suas vivências, conhecimentos e descobertas realizadas no espaço temporal vivenciado. Essas fontes, de ordem prática ou moral, direcionavam e orientavam os seres humanos em relação aos erros a serem evitados e aos acertos a serem preservados no percurso seguinte. Isto posto, pode-se dizer que não existe História sem memória, nem memória sem História, e, apesar de cada uma possuir características específicas que as diferenciam, uma é objeto de estudo da outra e ambas são a garantia da perpetuação da história da humanidade.

A História desempenha papel fundamental na construção da memória individual e coletiva. Ela, como ciência do conhecimento humano, nasceu no início do século XIX, assinalando um recorte temporal na história da humanidade, bem como a necessidade do homem de registrar e perpetuar na memória humana, pela escrita, os avanços e conquistas por ele realizados na nova era.

A nova ciência se propunha a escrever o passado das sociedades, no presente, por meio de fontes documentais que comprovassem a veracidade dos fatos. O delimitar do objeto de estudo excluía os relatos orais e as narrativas ficcionais que traziam em seu bojo a história contada por aqueles que a viveram, testemunharam, ou seja, a memória histórica de um povo/nação. O trabalho do historiador estava centrado na fonte documental, no arquivo existente, que era escasso e tendencioso.

Esse procedimento, a seleção dos eventos históricos a serem transmitidos a outras gerações, resultou no apagamento completo ou parcial de eventos históricos, de aspectos culturais, como crenças, costumes, valores, tal como as relações de poder que constituíam e distinguiam uma sociedade da outra, negligenciando e descaracterizando a construção histórica. Assim, o passado escrito e narrado pelo historiador, no tempo presente, não refletia a realidade, a verdade, os dois lados da história: a do dominador e a do dominado no espaço temporal por ele descrito. Certeau (1982) tece importantes considerações sobre a nova área do conhecimento e a metodologia adotada por ela:

[...] a escrita conquistadora. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental (CERTEAU, 1982, p. 09, grifo do autor).

Com base nas palavras do historiador, é possível deduzir que a escrita histórica desse início do século XIX, apesar de ser intitulada por seus adeptos como objetiva e pautada na

análise dos fatos reais, não buscou no passado uma forma de compreender o presente e projetar o futuro, mas, sim, construir uma outra história em que fatos e realidades eram privilegiados em detrimento de outros. Le Goff (1990) explicita que, baseado em tal método, “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 535).

Tal saber era definido por seus adeptos como objetivo e representativo do mundo real de determinada época e sociedade. Acerca desse ramo do conhecimento e da concepção por ele apregoado, Certeau faz a seguinte afirmação: “Ela tem valor de modelo científico. Não se interessa por uma ‘verdade’ escondida [...]; ela constituiu símbolo pela própria relação entre um espaço novo, recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica ‘cenários’ susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível” (CERTEAU, 1982, p.09, grifo do autor).

A nova concepção da História gerou a tensão com outras áreas do conhecimento, também, entre historiadores que não concordavam com o paradigma moderno, agregando opositores à concepção científica adotada por ela, dentre os quais, Michel de Certeau, que, na obra *A Escrita da História*, discorre sobre as contradições estruturais contidas na base desse ramo científico, tal como a escolha do termo que a nominaria, os métodos adotados e o discurso postulado por seus representantes. Segundo Certeau: “A historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse.” (CERTEAU, 1982, p. 10).

Le Goff pontua que a escolha dos eventos históricos realizada pelos estudiosos gerou o questionamento de outros intelectuais acerca da objetividade/ veracidade dos fatos narrados, acarretando “A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” (LE GOFF, 1990, p. 12). O historiador elucida que

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a

viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, 547-548).

Diante das incongruências detectadas entre as propostas de análise desse saber e sua prática, Certeau assegura ser essa uma ciência ambígua, cujos objetivos não eram bem delimitados nem tão pouco objetivos

O perecível é seu dado; o progresso, sua afirmação. Um é a experiência que o outro condena e combate. A historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado: estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte (CERTEAU, 1982, p. 16).

Le Goff também atesta que a ambiguidade da história consistia no anseio da ciência e de seus representantes de serem imparciais na seleção e análise dos fatos. Todavia o historiador, sujeito inserido no contexto social, formado por valores morais e éticos particulares, narra os acontecimentos de forma subjetiva, transparecendo no relato seu ponto de vista acerca do que é relatado:

A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. [...] Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados (LE GOFF, 1990, p. 21).

Le Goff pondera sobre a validade do documento e sua importância para a análise e compreensão do contexto histórico e social descrito pelo historiador, pois só assim é possível compor o quadro real dos relatos históricos de certo período da história da humanidade. Por isso, segundo o historiador, “[...] cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (LE GOFF, 1990, p. 547).

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 1990, p. 110).

Ainda, segundo Le Goff, o historiador deve se valer de diferentes fontes históricas, ao compor a História, dentre elas, “[...] o documento literário e o artístico como documentos

históricos de pleno direito, sob a condição de respeitar sua especificidade; história das condutas, das práticas, dos rituais, que remete a uma realidade oculta, subjacente, ou história do *simbólico*” (LE GOFF, 1990, p. 12, grifo do autor). O mesmo autor ainda afirma que

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Sandra Pesavento contribui para a elucidação do impasse, ao afirmar que: “[...] historiadores fazem ficção, pois não recolhem simplesmente o passado dos arquivos. Eles constroem uma experiência do vivido, reconstituem uma temporalidade que só pode existir pelo esforço da imaginação, e transpõem esta representação do passado para uma narrativa” (PESAVENTO, 2003, p. 37).

Essa discussão/tensão prevaleceu por mais de um século, sendo atenuada a partir da criação da chamada Escola dos Annales (1929), que trouxe uma luz para a resolução da crise na escrita da história: “Os Annales renovam, portanto, radicalmente o discurso histórico. Em primeiro lugar, como o título da revista deixa entrever, privilegiam os fenômenos econômicos e sociais até ali abandonados. [...] O abandono da história política beneficia, portanto, o estudo da história econômica e social” (DOSSE, 1994, p. 7).

A Nova História ou História Cultural volta-se para as fontes primitivas, relatos orais e ficcionais, por entender que “[...] à concepção de que a História, tal como a Literatura, é uma narrativa que constrói um enredo e desvenda uma trama. A História é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo” (PESAVENTO, 2003, p. 33).

O distanciamento entre História e memória, ocorrido com o surgimento da História como ciência, no século XIX, foi suplantado pela nova visão do fazer histórico, a partir de 1929, tal como o posicionamento desses historiadores ante o objeto de estudo da disciplina desde então: “os Annales e novos marxismos acionarão um processo de expansão de fontes e objetos de estudo que mais tarde permitirá um resgate maior das relações entre História e relatos produzidos pela Memória” (BARROS, 2009, p. 61).

O historiador brasileiro (2009) explana que

[...] a Historiografia moderna vale-se da Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico. [...] É assim que Memória e Historiografia parecem querer uma

englobar a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades, porém são instâncias bem distintas entre si. Estão em permanente interação, contudo não se confundem (BARROS, 2009, p. 38).

A memória, por sua vez, é o elemento catalizador das experiências humanas vividas por um grupo/nação na construção dos mecanismos balizadores e de sustentação da vida em comunidade e disseminados, no decorrer dos anos, às gerações futuras. Rossi (2010), citando o conceito criado por Aristóteles, afirma que

A memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal. A reevocação não é algo passivo, mas a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada (ROSSI, 2010, p. 15-16).

Le Goff, historiador francês, contribui com a conceituação feita pelo filósofo grego, ao explicitar que “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

Com base nas afirmações anteriores, deduzimos que a memória e a história são valiosos constructos na construção econômica, política e social das relações que sustentam uma sociedade. Devem, assim, ser protegidas e preservadas de toda e qualquer violação e/ou apagamento. Na sequência, será abordada a memória coletiva, suas características, composição e importância na constituição da vida social do indivíduo.

Maurice Halbwachs discute “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990 p. 07), segundo a qual somente a partir da análise do contexto social e histórico, em que o indivíduo está inserido, é possível investigar o fenômeno de composição e recordação das lembranças. Do mesmo modo, destaca-se sua relevância no processo de reconstrução da memória, uma vez que a construção do sujeito não se dá na individualidade, em virtude da sua natureza como ser social e, como tal, suas memórias são frutos da vivência comunitária, lugar fecundo para o ressoar de suas lembranças.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Segundo Halbwachs (1990), a memória individual é formada, desde os primeiros anos de vida do sujeito, pelo registro de fatos e realidades vivenciadas, que, de alguma forma, imprimiram marcas significativas em sua consciência, sejam elas na família, com os amigos, com os vizinhos, na escola, na comunidade e/ou em tantos outros grupos dos quais o indivíduo participa no decorrer de sua existência. Contudo, essa memória não é constituída do nada e nem de um ato solitário, mas, sim, dos laços afetivos e sociais que vão se entrelaçando com outros grupos e realidades. Ao longo desse percurso, entretanto, só encontra completude no meio onde as relações se concretizam, isto é, no ambiente das interações sociais, na coletividade, "[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios" (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Com base nos estudos empreendidos, constata-se que a memória é um produto da interação social que se efetiva no ato discursivo de interação coletiva. No entanto, de acordo com Silva (2016), Halbwachs “[...] não descarta a memória individual, que pode ser pensada como ‘memória ressignificada’, ou seja, a interferência da subjetividade do indivíduo no processo de rememoração. Não desconsiderando, então a atuação do sujeito” (SILVA, 2016, p. 252-253, grifo do autor).

Michael Pollak, estudioso da temática, salienta que “[...] a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Logo, à medida que o indivíduo vai vivendo novas experiências e participando de outros grupos sociais, essa memória passará por mutações que, gradativamente, irá solidificando a identidade do “eu-sujeito”.

De acordo com Pollak (1992), a memória é um fator preponderante na constituição e reconhecimento do sujeito como pessoa e membro de uma coletividade, visto que:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Para o sociólogo, a construção da identidade é um processo que se dá na troca com o outro, pois, à medida que o indivíduo vivencia e compartilha com seus pares o conhecimento adquirido, no decorrer dos anos vividos, ele vai se constituindo como parte de um todo, processo que resulta no sentimento de pertencimento a um grupo, comunidade ou nação. Assim, segundo Pollak, “[...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros,

em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 204).

A partir do exposto, resta-nos a seguinte indagação: como a memória coletiva é transmitida de geração a geração?

Desde o início da história da humanidade, o ser humano teve a necessidade de transmitir seus sonhos, recordações, projetos e realizações, encontrando no ato de contar histórias, seja de forma oral, ou escrita, um modo de concretizar esse anseio. Resulta desse ato de partilha a continuidade da sua história de vida e a de seu povo.

Em *O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Walter Benjamin expõe que “[...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

A memória é gestada e reproduzida por meio desses relatos orais, sendo ela um “fenômeno construído”, (POLLAK, 1992, p. 204), e transmitido às novas gerações por seus antepassados acerca de seus valores, crenças, costumes, tradições culturais, ou de um dado contexto histórico e social vivido. “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 204), por isso, necessita ser transmitida e cultivada no meio onde as relações são efetivadas.

Dessa forma, de narrativa em narrativa, o ser social vai rememorando e compartilhando as práticas vividas, deixando impresso naqueles que estão a sua volta o seu ponto de vista sobre os fatos narrados. Ademais, é marcado pelas histórias e testemunhos daqueles com quem comunga as mesmas crenças e valores, ressignificando, assim, o tempo presente e projetando o futuro, num processo contínuo e recíproco de construção coletiva e perpetuação histórica.

Essa percepção da memória como produto social é endossada por Bakhtin (2002) em seus estudos sobre a teoria da linguagem.

As tradições culturais e literárias (inclusive as mais antigas) se conservam e vivem não na memória individual e subjetiva de um homem isolado ou em algum “psiquismo” coletivo, mas nas formas objetivas da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e verbais), e nesse sentido elas são intersubjetivas e interindividuais (consequentemente, também sociais); daí elas chegam às obras literárias, às vezes quase passando por cima da memória individual subjetiva dos autores (BAKHTIN, 2002, p. 354).

Eduardo Galeano, ao compor a memória feminina no livro *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), referente ao período de ditadura militar nos países da América Latina, vale-se de diferentes fontes históricas para compor sua obra. Contudo, é nos relatos orais, nas histórias de vida contadas de boca em boca, nos testemunhos pessoais, principalmente, que sua narrativa literária se constrói.

Galeano, um contador de histórias vividas, a fim de validar os relatos que compõem o texto, organiza os acontecimentos em ordem cronológica, nomeando a cada agente histórico, bem como os feitos por ele realizados. Essa estratégia discursiva revela, pelo discurso ficcional, a voz enunciativa das personagens arroladas na trama, visto serem elas próprias a testemunharem a verdade dos dramas aos quais foram sentenciadas pela crueldade e desejo de dominação das forças armadas de cada país/nação de origem.

No discurso produzido, à medida que vai contando a saga desses povos, o literato revela também valores, costumes, tradições culturais, compondo, assim, um quadro rico em detalhes da vida real de uma gente, que viveu e morreu em defesa do outro e da pátria. “Os detalhes lutam pela presentificação do passado para tornar presentes os valores que, nesse passado, foram atacados por uns e defendidos por outros” (SARLO, 2016, p. 42). A citação a seguir dá uma mostra dessa abordagem na tessitura do enredo:

Festa de São João

Os mineiros bolivianos são filhos da Virgem e sobrinhos do Diabo, [...]

[...] Ao sair do socavão, os mineiros buscam a festa. Enquanto dure a breve vida e queiram as pernas mover-se, é preciso comer guiso apimentado e beber bebida forte, e cantar e dançar à luz das fogueiras que esquentam a planície deserta. Nesta noite de São João, enquanto acontece a melhor das festas, o exército se esconde nas montanhas (GALEANO, 1998, p. 255).

Essa riqueza de detalhes contribui, no ato da leitura, para que as informações penetrem no intelecto do sujeito, transportando-o às cenas representadas e a seus desdobramentos. O leitor sensível, crítico, parte em busca de um maior aprofundamento das questões suscitadas, ressignificando o texto. Toda essa atividade produz nele uma memória, que, certamente, será reproduzida a outro, e a outros, sucessivamente. Sarlo (2016) assegura que, nesse processo, o autor fornece subsídios para a formação e a manutenção da memória.

A relação entre memória e esquecimento pode-se objetivar num discurso, mas, para que a relação exista, deve também existir o documento capaz de dar à memória pelo menos a mesma força do esquecimento: o documento que se imponha como pilar da memória e que a memória tende, inevitavelmente, a rejeitar (SARLO, 2016, p. 41).

Ao abordar esses temas e realidades, o escritor vivifica as memórias, individuais e coletivas, adormecidas pelo tempo, assim como fornece dados para a criação de novas memórias nas gerações contemporânea e futura, estratégia fundamental para que elas se perpetuem no imaginário das civilizações.

2.5.3 Lembrar para jamais esquecer

Assim como a história e a memória estão intrinsecamente ligadas uma à outra, entre a memória e o esquecimento dá-se a mesma relação, pois a manutenção e a sobrevivência de um estão intimamente relacionadas às do outro.

No caso da memória e do esquecimento, essas regras se sustentam ao passo que “[...] a memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve” (SELIGMANN, 2003, p. 53). A antítese, em um primeiro momento, causa certa estranheza, mas, à medida que se compreende seu significado e funcionamento, aclara-se o entendimento, ou seja, o esquecimento é o preço pago pelo corpo, quando a memória não é nutrida, não recebe os devidos cuidados.

Nora (1993), no texto *Entre Memória e História, a problemática dos lugares*, apresenta elementos que, seguramente, indicam evidências do apagamento da memória, assim como as atrofia decorrentes desse processo.

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção de que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p. 07).

Segundo Nora, dois fatores são responsáveis pela crise da memória em nossos tempos: o primeiro deles é a modernização mundial, que trouxe consigo a urbanização das cidades, provocando a evasão do campo rumo aos grandes centros e a destituição das pequenas comunidades, onde a memória era construída e transmitida de uma geração à outra; a industrialização, a globalização, o aumento da oferta dos bens e serviços, os avanços tecnológicos que facilitam a comunicação encurtaram as distâncias e promoveram a interação interpessoal em tempo real.

Por consequência, esses fatores alteraram o curso da existência humana e da história em sociedade. O homem, para acompanhar todo esse progresso, que não espera por ninguém e exclui aquele que a ele não se adequa, é lançado em um ritmo de vida alucinante. Não há mais tempo para a família, religião, amigos, lazer, troca de experiências. Os valores morais e éticos, os costumes, as crenças e as tradições que têm sua origem no passado, que sustentam o presente e constroem o futuro foram relegados a um segundo plano.

Ao eliminar esses aspectos da vida em sociedade, a humanidade nega sua origem, a base, o alicerce de sustentação da própria existência, pois “[...] (a) memória – assim como a linguagem, com seus atos falhos, torneios de estilo, silêncios etc. – não existe sem a sua resistência” (SELIGMANN, 2003, p. 52).

Walter Benjamin (1987), sensível a essas mudanças reflete sobre elas e seus efeitos no agora e no amanhã do ser humano, visto ser a memória a bússola de navegação em que os olhos devem permanecer fixos no tempo passado, o qual nos ensina e orienta o caminho a ser seguido no presente, com vistas à construção de um futuro seguro e tranquilo.

Somente quem soubesse considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si. Pois aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro (BENJAMIN, 1987, p. 41-42).

Para Benjamin e Nora, não existe memória sem história, assim como não há história sem memória. O fim de uma é a sentença de morte da outra. A memória se alimenta na coletividade, na partilha eu-outro, no estreitamento das relações sociais, no cultivo das crenças e valores dos antepassados, uma vez que a memória só se lembra do que viveu, compartilhou, marcou de alguma forma a vivência humana. James Fentress (2007) coaduna a visão dos filósofos, ao afirmar

A memória não é um receptáculo passivo – a memória é ativa. Só podemos nos lembrar das coisas que significam algo para nós. Assim, organizamos nossas memórias de um jeito que elas façam sentido antes que nos lembremos das coisas. Memórias sem sentido são não-memórias, coisas de que não podemos nos lembrar. Mas ‘significado’ não é simplesmente uma categoria subjetiva [...] Não nos lembramos das memórias que não têm significado para nós (FENTRESS, 2007, p. 36).

O segundo fator responsável pela crise da memória em tempos contemporâneos, apontado por Nora, é a construção da memória nacional pelas lideranças políticas que, após a

primeira Guerra Mundial, deram-se conta de que, controlando e manipulando a memória coletiva, não existiria mais a resistência humana aos mecanismos de dominação. Obviamente, esse processo seria camuflado pela aceleração do tempo, pela facilidade de comunicação, pelo livre acesso aos bens de consumo e o bombardeamento de informações, produzindo no ser humano a sensação de ser ele o senhor da sua história.

A esse processo de forjar a memória, visando formá-la e conduzi-la a um curso pré-determinado da história e atendendo a interesses políticos escusos, Pollak (1989) denominou de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 09-10).

O sociólogo australiano enfatiza que esse trabalho de enquadramento da memória tem por finalidade inculcar no indivíduo inverdades, antivalores, percepções e concepções errôneas da realidade presentificada. Nele há um meticuloso trabalho de apagamento da memória, que produz, inevitavelmente, o esquecimento ordenado de um passado e história que sustentavam os homens e certificavam os laços das relações sociais. Assim, Rossi (2010) sinaliza que

[...] há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de reverter, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teoria mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade (ROSSI, 2010, p.32).

As estratégias adotadas pelas autoridades governamentais contra a memória individual e a coletiva visam romper os vínculos que mantêm o sujeito ligado às instituições sociais que, junto com ele, compõem os fios que tecem os parâmetros e a manutenção da memória coletiva, banalizando os valores, as heranças culturais e as influências de seus predecessores. “As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente no trabalho de configuração: evitamento, evasão, fuga” (RICOEUR, 2003, p.07).

A ausência de raízes e laços de afetividade, que mantém o indivíduo ligado às crenças e valores do grupo a que pertence, deixam o indivíduo desprendido das organizações sociais, facilitando a alienação do sujeito: “[...] as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente

um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade” (POLLAK, 1989, p. 11).

Galeano, cômico da realidade apresentada e preocupado com a preservação e disseminação da memória coletiva da América Latina, por intermédio do ofício da escrita, coloca-se a serviço dessa missão, por compreender que só há uma arma contra o esquecimento: dar a conhecer a matéria da qual a memória necessita para lembrar, rememorar.

Em *O século do vento*, o autor inicia um dos textos com a seguinte afirmação sobre o tema: “Contra o esquecimento, que é a única morte que mata de verdade, Carlos Quijano escreveu tudo o que escreveu” (GALEANO, 1998, p. 353). Conforme afirma Pollak (1989): “O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas [...] possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 09).

Galeano, visando confirmar ao leitor cético essa realidade concreta vivenciada pelo sujeito contemporâneo, descreve um incidente que ilustra bem a ausência de memória da população latino-americana:

Desandanças da memória coletiva na América Latina

O contador público João David dos Santos deu um pulo de alegria quando conseguiu receber seus muitos salários atrasados. Não foi em dinheiro, mas conseguiu receber. Na falta de dinheiro, um centro de investigação em ciências sociais pagou-lhe com uma biblioteca completa, de nove mil livros e mais de cinco mil jornais e folhetos. A biblioteca era dedicada à história contemporânea do Brasil. Continha materiais muito valiosos sobre as ligas camponesas do Nordeste, os governos de Getúlio Vargas e muitos outros temas. Então o contador Santos pôs a biblioteca à venda. Ofereceu-a aos organismos culturais, aos institutos de história, aos diversos ministérios. Nenhum tinha fundos. Tentou as universidades, oficiais e privadas, uma após outra. Não adiantou nada. Numa universidade deixou a biblioteca emprestada, por alguns meses, até que lhe exigiram que começasse a pagar aluguel. Depois tentou os particulares. Ninguém mostrou o menor interesse: a história nacional é enigma ou mentira ou bocejo. O infeliz contador Santos sente um grande alívio quando finalmente consegue vender sua biblioteca à Fábrica de Papel Tijuca, que transforma todos esses livros e jornais e folhetos em papel higiênico colorido (GALEANO, 1998, p. 352-353).

No texto, Galeano relata o destino dado à História/memória documentada de importantes fatos históricos, contemporâneos do Brasil, em um episódio com um contador público. Perplexo e/ou revoltado com o desenrolar dos acontecimentos, ele comenta com acentuada criticidade e ironia o descaso ou desconhecimento com o passado histórico do país pelo contador e entidades educacionais.

No decorrer do relato, o escritor vai enumerando as instituições responsáveis pela formação intelectual, histórica e cultural da população brasileira, que se negaram a adquirir, a negociar com o contador público a aquisição do acervo histórico, primorosos registros sobre as

lutas e conquistas na construção da nação. Registros esses que deveriam ser preservados pelos órgãos públicos e disponibilizados às crianças e jovens para o conhecimento, discussão e reflexão crítica do contexto histórico em que se passaram os fatos, bem como a participação dos envolvidos nos eventos, “Ninguém mostrou o menor interesse: a história nacional é enigma ou mentira ou bocejo”.

O escritor conclui a narrativa, consternado com o posicionamento das instituições em relação a problemática apresentada, às quais revelam o desinteresse, o desdém com a formação e manutenção da história e memória coletiva do sujeito. Aspectos essenciais na formação da identidade pessoal e na edificação de sólidos pilares para um futuro melhor para a nação e o povo brasileiro. Também, com a atitude de João David de Sousa, que por ignorância ou falta de consciência, do valoroso patrimônio cultural impresso naqueles livros, entrega-os à fábrica de papel, que numa ação em cadeia os transforma em papel higiênico colorido.

Diante das evidências, mais uma vez, como legítimo guardião da memória latino-americana, o escritor se coloca na linha de frente, até o fim de seus dias, como porta-voz das memórias coletivas dessa população, pela participação em debates internacionais, palestras, reportagens e um sem-número de entrevistas e publicações nos meios de comunicação de massa sobre o tema ditadura militar nos países latino-americanos.

O escritor uruguaio era sabedor de que o conhecimento é fruto do aprendizado, da reflexão, da partilha e da troca com o outro, necessitando, assim, de sujeitos que se comprometam, efetivamente, com o trabalho de sementeira das memórias e da história dessa gente, sob pena de silenciamento e conseqüente esquecimento dos crimes praticados nesses territórios. Bosi destaca a importância de se cultivar a memória e transmiti-la às novas gerações: “A imagem amada, a temida, tende a perpetuar-se: vira ídolo ou tabu” (BOSI, 1977, p. 12).

“Graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por muito doloroso que seja” (RICOEUR, 2003, p. 07). Galeano deixou uma herança que precisa ter continuidade. Não podemos deixar cair no abismo do esquecimento as vidas esfaceladas, silenciadas por governos injustos e arbitrários, sob pena de sermos suas próximas vítimas, pois o futuro é um tempo que nasce no agora.

As mães e avós da Praça de Maio, na Argentina, que viveram a agonia e o luto, em virtude da separação de seus filhos e netos, extirpados do seio familiar pelo regime militar, fizeram do sofrimento uma bandeira de luta contra o governo ditatorial. Ademais, defenderam a preservação dessa memória dolorosa, de modo que os povos de todas as nações conhecessem e jamais se esquecessem dos fatos ocorridos nesse período, evitando, assim, que eles voltassem

a ocorrer em qualquer parte do globo terrestre. Assim, no próximo capítulo, discorreremos sobre esses movimentos e o protagonismo dessas agentes históricas que os compõem.

3 AS VOZES E OS ECOS DA PRAÇA DE MAIO NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE DOS RELATOS NA OBRA DE EDUARDO GALEANO

Dão medo as Mães e as Avós da Praça de Maio. Porque, o que aconteceria ali se se fartassem de dar voltas na frente da Casa Rosada e começassem a assinar decretos de governo? E se os mendigos da escadaria da Cathedral arrancassem do arcebispo a túnica e o barrete e se pusessem a lançar homilias do púlpito? E se os honestos palhaços dos circos se pusessem a dar ordens nos quartéis e aulas nas universidades? E se se pusessem? E se?

Eduardo Galeano

Os livros de História estão repletos de narrativas que contam as batalhas travadas entre os homens pelos mais diversos motivos: a disputa e a conquista do espaço territorial, o domínio econômico, público, religioso, cultural etc. Nesses conflitos, o vitorioso era sempre aquele que possuía o maior e o melhor aparato de guerra e contingente humano, recebendo da sociedade que representava, ao final da luta empreendida, as honras como herói e defensor dos interesses de uma parcela da sociedade. Já aos derrotados, restavam-lhes a humilhação e a aceitação do domínio que lhes era imposto.

Durante vários séculos, os feitos desses homens foram exaltados e seus nomes impressos em livros como seres superiores e merecedores de aplausos. Quanto às mulheres, elas não participavam dessas lutas? Certamente, sim. Contudo, devido a aspectos culturais e sociais, que restringiam seu espaço de atuação e posição a ser desempenhada no contexto social de cada época, elas viviam à sombra do gênero masculino, completamente destituídas de identidade, sem direito à voz e à vez.

Eduardo Galeano, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), por meio da representação da memória feminina, traz à luz do discurso literário as histórias de mulheres que transgrediram o espaço delimitado a elas pela sociedade. Mulheres que, destemidamente, participaram ou protagonizaram transformações sociais e culturais que beneficiaram toda uma nação, porém foram negligenciadas pelos registros históricos oficiais.

Dentre as várias histórias relatadas pelo escritor, há *As Mães e Avós da Praça de Maio*, mães e avós argentinas que confrontaram o poder da última ditadura militar, entre os anos de 1976 e 1983, na busca por seus filhos e netos sequestrados e desaparecidos em operações policiais e/ou de grupos de extermínio do país. Mulheres, na grande maioria, acima de quarenta anos e donas de casa, cujas funções, até então, eram restritas ao ambiente doméstico, sem formação acadêmica, ou participação na vida pública e política da sociedade argentina.

Essas corajosas mulheres, movidas pelo desespero e dor com o sumiço de seus amados, ante o descaso do governo ditatorial, saem do aconchego e segurança de seus lares, vão para as

ruas da capital argentina e para a Praça de Maio, símbolo do poder instituído, numa atitude de enfrentamento e resistência à violência, sequestros, prisões, torturas e desaparecimento de seus familiares pelo aparelho repressor liderado por militares argentinos.

Na tessitura do relato, emergem diferentes vozes, discursos, (o discurso ditatorial, a Praça de Maio, como representação simbólica de luta para o povo argentino, as Mães e Avós da Praça de Maio, as quais pelo silêncio confrontaram a ditadura militar e contribuíram significativamente para sua extinção no país). Essas diferentes vozes produzem no leitor a necessidade de compreender o engendramento do processo de criação na composição galeana, assim como os diferentes atores e princípios que o regem (o discurso ditatorial, a Praça de Maio, as Mães e Avós da Praça de Maio).

3.1 A ditadura militar na Argentina

Nas décadas de 1970 e 1980, a nação argentina vivenciou a última e mais violenta ditadura militar imposta ao país, por meio de um golpe de estado comandado pelas três forças armadas nacionais, assim representadas: Jorge Rafael Videla (Exército), almirante Emilio Eduardo Massera (Marinha), e o brigadeiro general Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica). Sob o comando do general Jorge Rafael Videla, a presidente da República María Estela Martínez de Perón (REATO, 2012, p. 13) é deposta do cargo, assumindo a liderança do país o general Videla.

A junta militar implantou o denominado Processo de Reorganização Nacional, deflagrando um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta de civis oriundos das elites da nação e, no terrorismo de estado, medidas hediondas e violentas de controle e disciplina foram imputadas à população civil.

As principais medidas adotadas pelas forças armadas foram o sequestro-tortura-desaparecimento das vítimas previamente selecionadas com os qualificativos: subversivos, “marxismo-leninismo, “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos” (SÁBATO, 1984, p. 03). As operações iniciavam-se “[...] mediante procedimentos ostensivos das Forças de Segurança, que impunham ‘zona livre’ às respectivas Delegacias de Polícia” (SÁBATO, 1984, p. 02, grifo do autor). Nessas ações militares, os grupos ostentavam seu poder repressivo por meio da quantidade de homens, veículos e poder de fogo envolvidos na cena:

[...] Comandos armados cercavam o quartirão e entravam à força, aterrorizavam pais e crianças, frequentemente amordaçando-os e obrigando-os a assistir aos fatos; prendiam a pessoa procurada, espancavam-na brutalmente, encapuzavam-na para finalmente arrastá-la nos carros ou caminhões, enquanto o resto do Comando, na maioria das vezes, destruía ou roubava tudo quanto era transportável. De lá partiam rumo ao antro em cuja porta bem poderiam estar escritas as mesmas palavras que Dante leu nos portais do inferno: “Vós, que entraís, abandonai toda esperança” (SÁBATO, 1984, p. 02, grifo do autor).

O objetivo desses atos atrozes era intimidar e minar a resistência dos reféns, dos familiares e da vizinhança, impondo-lhes o medo e paralisando-os ante o caos instalado, bem como fazer com que não oferecessem relutância, ou atitude contrária àquelas determinadas pelos agentes do terror. “Assim, em muitos casos, interrompeu-se o trânsito, cortou-se o fornecimento elétrico, utilizaram-se megafones, refletores, bombas, granadas, em desproporção com as necessidades da operação” (SÁBATO, 1984, p. 09).

Quanto aos capturados, o destino lhes reservava as penas do martírio. Sem direito à palavra, ou a serem ouvidos, ou à defesa de seus atos, eram sentenciados por seus algozes a inimagináveis tormentos, dores e à morte. Sábato discorre sobre a sorte deles:

A partir do momento do sequestro, a vítima perdia todos os direitos; privada de qualquer comunicação com o mundo exterior, confinada em locais desconhecidos, submetida a suplícios infernais, ignorando o seu destino mediato ou imediato, sujeita a ser atirada ao rio ou ao mar, amarrada a blocos de cimento, ou transformada em cinzas; seres que não eram “coisas” e sim pessoas na plenitude dos atributos humanos: sensibilidade frente ao tormento, a memória da mãe, do filho ou da esposa, a infinita vergonha da violação em público; seres não somente possuídos por essa infinita angústia e esse medo superior, e sim, talvez por isso mesmo, conservando em algum recanto da sua alma uma esperança aloucada (SÁBATO, 1984, p. 09, grifo do autor).

A política adotada pelos generais que governavam o país, no período, era contrária à própria Constituição argentina, da qual deveriam ser defensores e protetores, a qual prevê em seus artigos: “[...] o direito à vida, o direito à integridade pessoal; o direito a ser processado; o direito a não sofrer inumanas condições de detenção; o direito à justiça e à não execução sumária” (SÁBATO, 1984, p. 02). Essa política era fundamentada em um controle rigoroso e sistemático de toda e qualquer atividade contrária aos projetos e determinações dos comandantes da nação. Esses homens traçaram com precisão os rumos políticos, econômicos e sociais do país, sob seu comando e direção, ao longo dos anos de dominação.

Para acobertar suas práticas ilícitas e selvagens, os militares criaram inúmeros Centros Clandestinos de Detenção (CCD), espalhados em todo o território argentino, onde prendiam os opositores políticos capturados. Nessas prisões, os reféns eram submetidos a longas seções de torturas, físicas e psicológicas, a fim de denunciarem companheiros de luta e líderes dos

movimentos de resistência aos atos de contravenção do regime ditatorial. “O objetivo estratégico buscado foi o isolamento do movimento de oposição, qualquer que fosse seu matiz, através das ações políticas e militares deslegitimadoras” (MOLINA THEISSEN. 1998, p. 121).

As técnicas de torturas aplicadas nos interrogatórios foram previamente transmitidas aos militares e grupos de extermínio por instrutores norte-americanos, muitos desses métodos desenvolvidos e praticados pelos nazistas contra os judeus na Alemanha (MOLINA THEISSEN. 1998, p. 65). Esses maestros do terror tinham a incumbência de treinar as equipes de repressão com modernas técnicas de flagelação, as quais visavam não deixar marcas visíveis nos corpos das vítimas, dificultando com isso a comprovação da violência, em casos de denúncias ou recuperação do prisioneiro. Molina Theissen explica que

Os interrogatórios, acompanhados de torturas físicas e psicológicas, são realizados por profissionais da área assessorados por psicólogos, psiquiatras e médicos, todos protegidos sob pseudônimos e máscaras. Nesta fase, a função da tortura não é eliminar fisicamente a vítima, mas sim a de viabilizar a obtenção de informação (MOLINA THEISSEN. 1998, p. 75).

Galeano, no capítulo intitulado *Retrato de um professor de torturadores*, relata como esses cursos eram ministrados, bem como a concepção do ato terrorista pelo professor/torturador inglês.

[...] Dan Anthony Mitrione, um dos instrutores norte-americanos, [...] dava seus cursos para oficiais num porão à prova de som. Para as lições práticas utilizava mendigos e prostitutas caçados na rua. Assim mostrava a seus alunos o efeito dos diversos níveis de voltagem nas zonas mais sensíveis do corpo humano, e ensinava a eles como aplicar de maneira eficaz vomitivos e outras substâncias químicas. Nos últimos meses, três homens e uma mulher morreram durante estas aulas de Técnica de Interrogatório. Mitrione detestava a desordem e a sujeira. Uma câmara de torturas devia ter a assepsia de uma sala de cirurgias. E detestava a linguagem incorreta: – Bolas não, delegado. Testículos. Também detestava o gasto inútil, o movimento não necessário, o dano que pode ser evitado: – É uma arte, mais que uma técnica – dizia: – a dor exata, no lugar exato, na medida exata (GALEANO, 1998, p. 274, grifo do autor).

O escritor narra a metodologia de formação militar concedida pelos instrutores norte-americanos a equipes de repressão de presos políticos do Uruguai. Ele ressalta que, para a preparação dos rituais macabros, os soldados sequestravam nas ruas da cidade mendigos e prostitutas, sujeitos abandonados à própria sorte pelos órgãos governamentais, e os usavam como cobaias para ensinar a aplicação de métodos e substâncias de tortura nas vítimas.

Galeano destaca com aguda ironia, o perverso discurso e a dissimulada hipocrisia do formador estrangeiro, o qual exigia aos participantes de suas aulas, que mantivessem o local da

carnificina bem higienizado; chamava de arte as práticas cruéis e aviltantes que ministrava em pessoas inocentes e, ainda, impunha a eles o emprego de um vocabulário formal ante cenas deploráveis de terror.

O escritor, sobrevivente das ditaduras uruguaia e argentina, enfatiza a visão opressora e cruel do dominador sobre os desvalidos, bem como “[...] a violação dos direitos humanos de forma orgânica e oficial pela repressão das Forças Armadas” (SÁBATO, 1984, p. 02), nos países latino-americanos em que vigorou a ditadura militar.

Nos Centros Clandestinos de Detenção, os ensinamentos do maestro macabro eram executados, os presos eram submetidos a várias seções de torturas, alguns não resistiam aos inclementes métodos, vindo a óbito em decorrência deles. Para as mulheres, a pena eram as mesmas, acrescentando a elas a violência sexual, o sequestro e a doação dos filhos, nascidos em cativeiro, a membros das equipes responsáveis pelo suplício vivenciado, ou a famílias por eles selecionadas. Galeano narra um desses brutais episódios: “Para uma prisioneira, grávida, dão a opção de escolher entre a violação e os choques elétricos. Ela escolhe os choques, mas após uma hora já não aguenta a dor. Então, é violada por todos. Enquanto a violam, cantam a Marcha Nupcial” (GALEANO, 1998, p. 306).

Todo esse processo pavoroso era orquestrado e realizado com implacável perícia, tendo como máxima aniquilar os oponentes ao sistema, sendo ele bem explanado na fala de um dos chefes do regime, o general Saint-Jean: “– Primeiro mataremos os subversivos. Depois mataremos os colaboradores. Depois, os simpatizantes. Depois, os indecisos. E finalmente, mataremos os indiferentes” (GALEANO, 1998, p. 304).

Dessa forma, a ditadura disseminou o medo e o terror em todo o país, por meio das mais variadas estratégias de repressão e sumiço das vítimas, como os chamados “*voos da morte*”, em que o preso político era drogado com soníferos e lançado ao mar (VERBITSKY, 1995, p. 14-30), numa viagem sem volta. Ainda, os corpos das vítimas eram cremados, destruindo qualquer possibilidade de localização e reconhecimento e, conseqüentemente, impedindo a condenação dos responsáveis por toda ignomínia imputada às vítimas (grifo nosso). Tal afirmação é elucidada por Ana Lucrecia Molina Theissen: “Quando os militares latino-americanos começaram a usar a prática do desaparecimento forçado como método de repressão, acreditavam ter descoberto o crime perfeito: dentro de sua lógica desumana, não há vítimas, portanto, não há perpetradores e não há crime” (MOLINA THEISSEN. 1998, p. 65).

Galeano, na obra em análise, narra o extermínio dos presos políticos, por meio da cremação de seus corpos, em localidades afastadas das cidades e dos olhos da comunidade civil:

La Perla

A terceira guerra mundial

Do alto de uma colina, montado em seu alazão, um gaúcho argentino olha. José Julián Solanille vê chegar uma longa caravana militar. Reconhece o general Menéndez, que viaja num Ford Falcon. Dos caminhões saem empurrados a golpes de fuzil muitos homens e mulheres. Estão encapuzados e têm as mãos amarradas nas costas. O gaúcho vê que um dos encapuzados se põe a correr. Escuta os tiros. O fugitivo cai e se levanta e várias vezes se levanta antes de cair de uma vez. Quando começa o fuzilamento geral, e homens e mulheres despençam como bonequinhas, o gaúcho esporeia seu cavalo e vai-se embora. Às suas costas cresce uma fumaça negra. Este vale, entre as primeiras ondulações da serra de Córdoba, é um dos muitos depósitos de cadáveres. Quando chove ergue-se a fumaça dos poços, por causa da cal que jogam sobre os corpos (GALEANO, 1998, p. 305).

Nesse cenário estarrecedor, surgem as mães da Praça de Maio, mulheres que, em um ato extremo de amor, coragem, angústia e desespero, vão a essa praça cobrar do general Videla o destino dado a seus parentes e encarcerados pela polícia e grupos ditatoriais. Esse movimento, inicialmente, causou estranheza à sociedade, visto o grupo ser composto por donas de casa, em sua maioria acima dos 40 anos de idade, sem nenhuma experiência com a vida pública.

A intrepidez dessas mulheres diante do poder ditatorial causou assombro e admiração àqueles que presenciaram, ou tomaram conhecimento de seus atos sublimes de amor e bravura. A persistência e a determinação delas, com o passar dos meses, foi atraindo a atenção e a solidariedade de diferentes povos e nações, fortalecendo e consolidando o movimento que, a cada dia/semana/mês, aumentava o número de membros e apoiadores à causa.

Todavia, os desafios e obstáculos enfrentados por essas mulheres foram inúmeros e das mais variadas dimensões. Conseqüentemente, fizeram-se necessários o estudo e a análise do contexto histórico-social vivenciado por elas, a ditadura militar, a fim de compreender os empecilhos que tiveram que superar para a obtenção de êxito na causa empreendida: a busca por seus filhos e netos, a luta pela punição daqueles que os vitimaram.

3.2 As vozes da Praça de Maio

A Praça de Maio, situada no centro da capital Argentina, Buenos Aires, no bairro de Monserrat, é a praça pública mais importante e mais antiga da cidade. Ao redor dela, estão localizados edifícios históricos e representativos do poder constituído no país, como o Cabildo (sede da administração colonial), a Casa Rosada, ou Casa de Governo (sede do Governo Nacional), o Palácio do Governo da Cidade de Buenos Aires, a Catedral Metropolitana (sede símbolo da dominância da igreja católica de uma região), bancos e ministérios. No centro da praça, está a Pirâmide de Mayo, monumento construído em 1811 para celebrar o centenário da

Revolução, e entre esta e a Casa do Governo está localizado o Monumento equestre em homenagem ao General Manuel Belgrano, criador da bandeira nacional.

O nome da Praça de Maio teve origem na Revolução de Maio, luta organizada pelo povo argentino, tendo como culminância o dia 25 de maio de 1810, nessa mesma praça, quando grupos patriotas realizaram um golpe contra a coroa Espanhola, que governava o país até então. Os patriotas, apoiados por crioulos, comerciantes e fazendeiros, descontentes com a política econômica adotada pelo sistema colonial, aproveitaram-se da crise vivida pela Espanha, diante das invasões napoleônicas, e expulsaram das terras argentinas o vice-rei espanhol, assumindo a condução da nação e iniciando o processo de independência da Argentina, que se concretizou no ano de 1816.

No decorrer das décadas, a Praça de Maio foi cenário de importantes acontecimentos que mudaram o rumo da história do país, os quais marcaram profundamente a vida do povo argentino e fizeram do local um símbolo de combate, conquistas, protestos e celebrações. Dentre eles: as festas de comemoração do Centenário da Revolução de Maio; em 14 de outubro de 1945, mais de 1 milhão de pessoas se reuniram na praça, para exigir a libertação do então Ministro do Trabalho, Juan Domingo Perón, preso pelas forças militares. Perón foi presidente da Argentina por três mandatos e essa data é celebrada até os dias atuais, como o Dia da Lealdade Peronista; em 16 de junho de 1955, o povo estava mobilizado na praça em apoio a Perón, quando um bombardeio da Marinha e da Força Aérea Argentina matou 308 pessoas, além de deixar um número indeterminado de feridos.

A partir de abril de 1977, mais uma vez, a Praça de Maio se tornou palco de denúncia quando as mães de presos políticos ressignificaram, com suas reivindicações e protestos, a história do espaço e consagraram aquele solo, definitivamente, como lugar de enfrentamento contra as injustiças políticas e sociais vivenciadas pelos cidadãos argentinos. Isso fez com que os olhos do mundo se voltassem para a praça e mulheres com suas bandeiras de luta. No próximo tópico, esse tema será mais bem explorado.

Na voz da Praça de Maio, percebe-se uma pluralidade de vozes e significados: lugar de lazer e diversão do povo argentino; cartão postal e ponto turístico portenho, lugar representativo do poder e da dominação de governos autoritários e regimes arbitrários, durante décadas; os ecos das lutas e reivindicações de diferentes grupos sociais pelo direito a viverem em uma sociedade democrática e, finalmente, o espaço onde as mães e avós de presos políticos da ditadura de 1976 a 1983 se mobilizavam para protestar e clamar a restituição da vida de seus filhos e netos desaparecidos pelo regime militar. Esse movimento foi consagrado como *As Mães da Praça de Maio*, sendo amplamente difundido em outros países, resultando em grande

notoriedade às mães, que, por um sentimento puro e grandioso, confrontaram as forças do poder ditatorial, e à praça, lugar onde elas se reuniam e, ainda hoje (2022), reúnem-se para, juntas, numa batalha incansável, buscarem pela verdade e justiça.

3.3 O Silêncio como voz de poder e resistência

E se o mundo sobreviver, os professores de história explicarão o século XX através dos seus símbolos: mostrarão aos seus alunos a garrafa de Coca-Cola, o futebol, a televisão, o computador, a bomba de neutrões. E para explicar a dignidade, mostrarão o lenço branco das rondas da Plaza de Mayo.

Eduardo Galeano

Imagem 1 - A marcha da Madres na Praça de Mayo em 1981.



Fonte: Carlos Villoldo / NOTICIAC. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-argentina-maes-praca-maio/>>. Acesso em: 07 abril 2021.

O autor Eduardo Galeano, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), no capítulo intitulado *La Perla, A terceira guerra mundial*, retrata os horrores promovidos pelo regime ditatorial na Argentina. No texto, é evidente a concepção dos militares, representados por seu líder, general Jorge Rafael Videla, acerca dos opositores ao regime de governo implantado no país: “Terroristas, não são apenas os que põem bombas, mas também os que ativam com ideias contrárias à nossa civilização ocidental e cristã” (GALEANO, 1998, p. 305).

Tais palavras foram proferidas pelo militar como justificativa às atrocidades praticadas contra civis: homens, mulheres, crianças, estudantes, intelectuais, políticos, membros de

sindicatos, assim como a todo e qualquer cidadão que não se submetesse aos preceitos ditatoriais, após a implantação da última ditadura militar na Argentina, no ano de 1976.

Esse regime de governo, a partir do momento em que entrou em vigor, instaurou o medo, o terror e a total ausência de justiça em todo o território argentino. Cidadãos foram arrancados por grupos de extermínio do aconchego de seus lares e familiares, sequestrados e desaparecidos, sem nenhuma explicação ou vestígio.

Os pais dos presos políticos, desesperados com o sumiço de seus filhos, em muitos casos, sem um motivo justificável, saíram em busca de notícias, revirando a cidade, praças, avenidas, hospitais, delegacias, necrotérios, sacristias de igreja e qualquer outro lugar em que houvesse a possibilidade de encontrar seus entes queridos. Nada! Nenhuma notícia ou informação sobre o paradeiro deles.

Com o passar dos dias, os homens tiveram que retomar o trabalho, pois dependiam dele para garantir o sustento da família. Então, as mães com o coração dilacerado pela dor e sofrimento, tendo como inimigo primeiro, séculos e séculos de submissão, silêncio e distanciamento social, nos quais foram gestadas e educadas, decidiram se desvencilhar das amarras que as prendiam e arrastavam ao longo da história. Essas mulheres, diante da fatalidade em que eram colocadas, emergiram do anonimato, da invisibilidade, dos limites de suas casas e atividades domésticas, para, unidas a outras mães que experienciavam a mesma tragédia, clamarem pela restituição da vida de seus rebentos, pela justiça abandonada.

Assim, no dia 30 de abril de 1977, cansadas da busca e da espera por notícias de seus filhos, catorze mães, em sua maioria donas de casa, lideradas por Azucena Villaflor de Vincenti, decidiram reunir-se na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, para cobrar de Jorge Videla um posicionamento sobre o destino dado a seus familiares, que até aquele momento acreditavam estar encarcerados (IRAMAIN, 2017, p. 11-12).

Devido ao regime ditatorial, todo o país encontrava-se em estado de sítio, sendo vedado à população o agrupamento de três ou mais pessoas no espaço público. A fim de evitar a aglomeração de mães na praça, a polícia determinou que elas circulassem, não falassem umas com as outras e que não ficassem ali paradas em grupos. Elas obedeceram à determinação e, em duplas, de braços dados, começaram a caminhar em círculo em torno do monumento, a Pirâmide de Mayo, localizada no centro da praça, no mais absoluto silêncio.

As Mães, realmente, fizeram do silêncio sua marca, uma arma de luta e resistência contra o regime militar, silêncio esse carregado de lamento de agonia, repleto de significação, cujo eco ressoou em toda a terra argentina e além-mar, fortalecendo dia a dia o movimento e

agregando em torno dele o apoio e a solidariedade de diferentes segmentos da sociedade portenha e de outros lugares do globo.

Um silenciamento determinado, imposto, porém dotado de significação e representação. Segundo Orlandi, “[...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; [...]” (ORLANDI, 2007, p.14, grifo da autora).

Com o passar dos meses, foi-se somando um número cada vez maior de mães, que, conjuntamente, decidiram adotar o *pañuelo* (lenço) em suas cabeças, feitos com as fraldas usadas por recém-nascidos, simbolizando os filhos e netos perdidos, eternas crianças no coração materno. Ainda, os lenços representavam a resistência daquelas progenitoras à violência e autoritarismo ditados pelos violadores da liberdade e da justiça de toda uma nação.

As Mães enfrentaram inúmeras adversidades e superaram seus próprios limites no confronto com os atos do governo, como ponderado por Gorini:

Não foi fácil para estas mulheres, algumas já de idade avançada, levar adiante a iniciativa. A caminhada foi por si só extenuante, mas, além disso, se tornou mais desgastante ainda pela pressão da polícia, pelo clima hostil – em algum momento começou uma intensa chuva sobre os manifestantes – e pela intimidação que sofreram durante a noite, quando apagaram as luzes da Plaza para tentar assustá-las. Ao ver tudo que acontecia. Um jornalista francês, Jacques Deprés, disse às Madres algo que lhes pareceu dar um sentido a todo o terrível esforço que estavam fazendo: “Se vocês permanecem toda a noite, nunca mais poderão tirá-las da Plaza (GORINI, 2017, p. 416)5.

De fato, aquela profecia do jornalista francês se cumpriu. O amor de mãe falou mais alto e mais forte que todas as intempéries que foram surgindo, no decorrer do percurso de luta pela verdade e justiça, no desvelamento dos crimes praticados a seus diletos filhos e netos, alimentado pela esperança e pelo anseio do reencontro e de trazer junto ao peito, num intenso abraço, seus amados. Nenhum obstáculo foi capaz de deter tais mulheres: os séculos de submissão ao gênero masculino, as normas culturais que delimitavam seu espaço de atuação, a baixa escolaridade, a classe social inferior etc.

Como forma de enfrentamento às autoridades governamentais, elas passaram a se reunir todas as quintas-feiras, às 15h30min, para, unidas em um coro de vozes, dar voltas e voltas em torno da Pirâmide, no intuito de sensibilizar o povo argentino e o resto do mundo da urgência da busca empreendida e da necessidade de responsabilização dos responsáveis pelo desaparecimento de seus filhos e netos.

⁵ Tradução de: Maria Fernanda Garbello de Aragão Ponzio.

Imagem 2 Represión a las Madres de Plaza de Mayo, 1982



Fonte: Archivo Fotográfico Eduardo Longoni. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482016000200215>. Acesso em: 07 abril 2021.

As mobilizações não se restringiram somente à Praça de Maio; as Mães se reuniam em outros espaços, participavam de grandes eventos, como a peregrinação à Basílica de Luján, celebração católica na província de Buenos Aires, onde se reuniu para o evento um milhão de jovens. Elas cercavam as autoridades por todos os lados, não permitindo que se esquecessem das mães “paridas de seus filhos” (GALEANO, 1998, p. 311). Por meio de sua presença contínua no cenário social, as Mães não permitiam que os ditadores se esquecessem da dívida moral e ética que tinham com cada uma delas e com toda as famílias argentinas. Galeano, no texto *As intrusas perturbam uma tranquila digestão do corpo de Deus*, relata um desse episódios:

Numa grande igreja de Madri, com missa especial se celebra o aniversário da independência argentina. Diplomatas, empresários e militares foram convidados pelo general Leandro Anaya, embaixador da ditadura que lá longe está trabalhando para garantir a herança da pátria, da fé e das demais propriedades. [...] Chega o momento da comunhão. Rodeado de guarda-costas, o embaixador argentino se aproxima do altar. Ajoelha-se, fecha os olhos, abre a boca. Mas já se desdobram os lenços brancos, já os lenços brancos estão cobrindo as cabeças das mulheres que avançam pela nave central e pelas naves laterais: as Mães da Praça de Mayo caminham suavemente, algodoado tumor, até rodear os guarda-costas que rodeiam o embaixador. Então olham fixamente para ele. Simplesmente, olham com olhar fixo para ele. O embaixador abre os olhos, olha aquelas mulheres todas que estão olhando para ele sem piscar e engole saliva, enquanto se paralisa no ar a mão do sacerdote com a hóstia entre os dedos. A igreja inteira está cheia delas. De repente no templo já não há santos nem mercadores, não há nada além de uma multidão de mulheres não convidadas, negras vestes, brancos lenços, todas caladas, todas de pé (GALEANO, 1998, p. 319-320).

Devido à coragem, ao engajamento e à persistência dessas mulheres, da promoção de ações contínuas de confronto às lideranças políticas, como a descrita anteriormente, e do rápido aumento do número de mães, a cada quinta-feira, na Praça de Maio, as autoridades ditatoriais começaram a chamá-las de “loucas”, como forma de desacreditar o movimento e induzir sua extinção. Tal ideia foi difundida também pelo povo argentino, que as discriminava e as apontava como loucas, subversivas e mães de revolucionários.

Já se passaram 44 anos desde o início da ferrenha e incansável batalha contra o furor ditatorial. Algumas mães se perderam pelo caminho, mortas pelo regime militar, numa tentativa frustrada de destruir o movimento, outras se foram pelo ciclo natural a que o ser humano é submetido. Entretanto, as barreiras que lhes foram impostas não puderam contê-las, mas, sim, serviram de trampolim para irem adiante e sempre, não só pelos seus, individualmente, mas agora como mães de todos aqueles que a intolerância arrancou vidas inocentes, ou promoveu cicatrizes profundas na alma dos sobreviventes, cujo único crime foi sonhar com uma pátria em que todos tivessem o direito à voz, à liberdade e à igualdade de direitos.

Essas mulheres singulares, muito à frente do seu tempo, vêm deixando pelas estradas da vida um valoroso testemunho e exemplo aos povos das décadas que se seguiram após o início da trágica ditadura, em 1976, e àqueles que virão. O maior deles, provavelmente, é a força do amor/doação de mães que, com a morte/desaparecimento dos seus filhos/filhas/netos/e demais familiares, renasceram para uma nova vida, para um novo tempo, dando continuidade aos sonhos e ideais daqueles que lhes foram tirados sem nenhuma piedade, passando de vítimas fragilizadas a protagonistas de profundas transformações políticas e sociais. Donas de casa, que, pelo padecimento, adentraram à atividade pública e, por meio da união e da busca por mudanças, reescreveram a história de toda uma nação.

Outro feito que ampliou as diretivas da atuação das mães na vida pública foi a proposta de “Socialização da maternidade” em 1988 (IRAMAIN, 2017, p. 43), constituindo-se, a partir de então, em uma plataforma de reivindicação dos direitos humanos e na abertura para a adesão de novos protagonistas abandonados à própria sorte pelos detentores do poder governista.

Ainda, a Associação fundou a Universidade Popular, em 2000, visando à formação de jovens pelo “[...] intercâmbio de saberes, a valorização do testemunho e da experiência, o pensamento crítico, a sensibilidade social, a manutenção da memória e a transformação das condições inevitáveis e injustas na sociedade” (CUCHIVAGUE, 2012, p. 175), a fim de que eles deem continuidade às lutas sociais por elas protagonizadas.

A ditadura argentina teve fim em 1983 com a eleição de Raúl Ricardo Alfonsín Foulkes, entretanto, As Mães da Praça de Maio, os dois segmentos, e as avós não se deram por

satisfeitas, e iniciaram uma nova etapa nos confrontos: a identificação, o julgamento e a punição, pela justiça comum, dos carrascos de um número ainda impreciso de vítimas.

Desse combate, a Associação As Mães da Praça de Maio, As Mães da Praça de Maio – linha fundadora e a Organização As Avós da Praça de Maio, obtiveram o seguinte resultado: “Entre 2006 e 2018, 3.010 militares foram acusados por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura. Destes, 862 foram condenados, 530 faleceram e 715 ainda estão sendo julgados, segundo dados da Procuradoria do país” (MANÇANO, 2019).

Dessa forma, é inegável que as vozes das Madres de Plaza de Mayo ressoaram e ressoam em toda a extensão da América Latina e em outras terras distantes. Vozes que ecoaram no silêncio da dor, do sofrimento e do desespero com a perda do fruto de suas entranhas, arrancado delas por seres bestiais e sanguinários. Todavia, o tormento vivido fez com que essas mulheres “paridas por seus filhos” (GALEANO, 1998, p. 311), encontrassem, na aliança fraterna com outras mães, que partilhavam as mesmas aflições, bem como no enfrentamento ao governo ditatorial e sua pedagogia aterrorizadora, o encorajamento necessário para se manterem de pé e ingressarem na luta em defesa do amor, da vida, da justiça e da dignidade humana.

Essas vozes, ao cruzarem as fronteiras argentinas, serviram de inspiração a mulheres em outros países, que experienciavam violações iguais ou semelhantes, aprendendo com os exemplos de coragem e liderança daquelas o poder da força popular coletiva, da organização política do grupo em prol de interesses comuns, em dissonância aos ditames governamentais, em momentos de crise e opressão.

O papel e a atuação política/social dessa associação feminina no embate ao regime militar e a difusão além-fronteiras dos crimes por eles praticados foram fundamentais na conscientização das nações sobre o drama vivenciado pelo povo argentino. Isso atraiu para o país o apoio de lideranças de renome ao redor do mundo, órgãos e entidades de direitos humanos, que, em parceria com essas extraordinárias mulheres, promoveram o exercício efetivo da Constituição Federal na responsabilização dos idealizadores e executores do projeto de sequestro-desaparecimento-morte de centenas de cidadãos, tal como no fim de um sistema de governo arbitrário e cruel.

Eduardo Galeano, em *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), ao narrar as lutas e a resistência das Mães da Praça de Maio na Argentina, universalizou, por intermédio do relato literário, as vozes silenciadas pelo governo ditatorial. Silêncio esse que não sinalizou o conformismo dessas mulheres ante a ideologia, métodos de repressão, eliminação e terrorismo aplicados a seus filhos, netos e a elas mesmas, mas, sim, o enfrentamento ao regime, a

inabalável decisão de reclamar pela vida dos seus e trazer à tona a verdade dos fatos e a punição dos algozes de seus entes queridos.

3.4 A voz das mães das “loucas”: a busca pelos netos desaparecidos

"Quando algumas pessoas dizem que temos que esquecer, que temos que perdoar, que tudo isso acabou, todas essas palavras vazias, a minha reação é pedir o impossível. Eu não tenho nada a perdoar, é Laura quem tem que perdoar. Que a tragam, que a escutem. Esquecer, jamais".

Estela de Carlotto
Presidenta da A Avós da Praça de Maio – Argentina

Imagem 3 Protesto contra a Guerra Suja.



Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/maes-e-avos-da-praca-de-maio-as-vitimas-da-ditadura-militar-na-argentina.phtml>>. Acesso em: 07 abril 2021.

A luta das *Mães da Praça de Maio* continuava. À medida que elas pressionavam as autoridades com as buscas dos filhos desaparecidos, intensificavam-se a repressão, as perseguições, os sequestros-desaparecimentos, as prisões em massa e das mães que se aglomeravam todas as quintas-feiras na praça em frente à Casa Rosada, sede do governo federal.

As Mães persistiam em seus propósitos, não se amedrontavam ante a pressão e o cerco militar, resistiam destemidamente à coerção, respondendo a ela com o silêncio determinado de quem pretendia seguir adiante e sempre, até que obtivessem notícias, informações do paradeiro de seus amados filhos.

Em um desses momentos de mobilização das mães na praça, no ano de 1977, um fato inusitado marcou a história dessas mulheres. Uma mãe se afastou do grande grupo e questionou algumas das integrantes do movimento *As Mães da Praça de Maio*: "Quem está à procura do seu neto, ou tem uma filha ou nora grávida?" (ABUELAS, 2007, p. 19). As mães se entreolharam e sem terem o que responder, pois não haviam analisado esse aspecto da tragédia, foram saindo, uma a uma, cabisbaixas e em silêncio. Porém, compreenderam naquele momento, a necessidade de se organizarem e formarem um grupo para unidas, empreenderem também a busca por seus netos desaparecidos juntos com os pais.

Assim, doze mães/avós, lideradas por Raquel Radío de Marizcurrena, no sábado daquela mesma semana, reuniram-se e deram início ao movimento por elas nomeado de "Avós argentinas com netos desaparecidos" (ABUELAS, 2007, p. 19). Algum tempo depois, "[...] adotaram o nome pelo qual o jornalismo internacional as chamava: Avós da Praça de Maio" (ABUELAS, 2007, p. 19). Como símbolo da luta a ser travada contra os terroristas de Estado, adotaram o lenço branco, como as Mães, e continuaram participando dos encontros e mobilizações organizadas por elas na Praça de Maio.

Cientes do número de crianças desaparecidas com seus pais, inclusive daquelas que ainda não haviam nascido, na ocasião dos sequestros, as *Avós* começaram uma busca sem tréguas aos "500 netos" (ABUELAS, 2007, p. 113), espoliados pela ditadura militar. Essas mulheres, em meio à dor da separação, ao sofrimento provocado pela falta de notícias, pelo silêncio e menosprezo das lideranças governamentais e da sociedade, começaram um trabalho de investigação, que lhes conferiu o título de "*As avós detetives*", como mencionado por Eduardo Galeano (1998) na obra em análise:

[...] as Avós da Praça de Mayo andam em busca dos netos perdidos. Esses bebês, aprisionados com seus pais ou nascidos em campos de concentração, foram repartidos como butim de guerra; e vários têm como pais os assassinos de seus pais. As avós investigam a partir do que houver, fotos, dados soltos, uma marca de nascimento, alguém que viu alguma coisa, e assim, abrindo passo a golpes de sagacidade e de guarda-chuva, já recuperaram alguns (GALEANO, 1998, p. 343).

Galeano enfatiza, no fragmento, a inteligência e a perspicácia dessas mulheres, que, dotadas de criatividade e sagacidade, passaram a se reunir periodicamente. Para desviar a atenção da polícia e equipes de repressão, encontravam-se em igrejas, cafés e lugares públicos. Nessas ocasiões, simulavam encontros de entretenimento entre amigas, que se reuniam para comemorar um aniversário, um bate-papo informal ou, simplesmente, crochetares e tricotarem juntas.

Ao se comunicarem por telefone, criavam códigos, que impediam as redes de inteligência de compreenderem o teor de suas conversas: "o homem branco" era o Papa; "filhotes", "cadernos" e "flores" eram as crianças; as "meninas" ou as "jovens" eram as Mães, e as "velhas" ou as "tias velhas" eram elas mesmas"

(ABUELAS, 2007, p. 23, grifo do autor). Elas sempre encontravam uma maneira de burlar o controle exercido pelas autoridades e, dia a dia, avançavam no rastreio das pistas levadas a elas por pessoas simpatizantes do movimento.

Entretanto, assim como as Mães, as Avós enfrentaram muitas dificuldades e oposições na procura por seus netos desaparecidos, inclusive de autoridades jurídicas, como bem salientado nas palavras da juíza Delia Pons, de Lomas de Zamora, do Tribunal de Menores Nº 1:

Estou convencida de que seus filhos eram terroristas, e terrorista é sinônimo de assassino. Não pretendo devolver as crianças aos assassinos porque não seria justo fazê-lo. Eles não têm o direito de criá-los. Tampouco vou me pronunciar a favor da devolução das crianças às senhoras. É ilógico perturbar essas criaturas que estão nas mãos de famílias decentes que saberão educá-las, como as senhoras não souberam fazê-lo com seus filhos. Somente por cima do meu cadáver vão obter a custódia desses meninos (ABUELAS, 2007, p. 26).

Diante dessas palavras, que representavam não só o posicionamento da juíza, mas também de outros ramos da sociedade, como membros da Igreja Católica, empresários, políticos aliados ao governo e, até mesmo, da comunidade argentina, as Avós *não* se intimidaram, mas buscaram apoio dentro e fora do país à causa pleiteada.

Logo os resultados do enfrentamento ao regime militar e das investigações começaram a surgir. Netos começaram a ser encontrados em terras argentinas e fora delas, como o caso narrado por Eduardo Galeano, no livro *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), no qual o autor relata o drama vivenciado pela boliviana Rosa Mary Riveros Telleira e sua filha Tamara Ana María Arze, separadas pela perversidade do governo ditatorial argentino: “Rosa foi torturada, sob o controle de um médico que mandava parar, e violentada, e fuzilada com balas de festim. Passou oito anos presa, sem processo nem explicações, até que no ano passado a expulsaram da Argentina” (GALEANO, 1998, p. 344).

Com a prisão de Rosa, Tamara foi lançada à própria sorte, pois não tinha familiares na Argentina e vivia com a mãe e uma amiga, que também foi capturada e detida. A indefesa menina “[...] desapareceu com um ano e meio de idade, não foi parar em mãos militares. Está numa aldeia suburbana, na casa da boa gente que a recolheu quando foi jogada por aí” (GALEANO, 1998, p. 343-344).

A mãe, nos anos detida em cativeiro, inconformada com o afastamento forçado da filha, buscava constantemente informações sobre o destino reservado a ela, mas ninguém lhe dizia nada para aliviar a angústia e a preocupação. Assim, antes de se exilar em Genebra, pediu às Avós que encontrassem a garota.

Apesar das poucas informações recebidas sobre o desaparecimento da menina, atendendo o “[...] pedido da mãe, as avós empreendem a busca. Contavam com poucas pistas” (GALEANO, 1998, p. 344). “Em 12 de junho de 1983, as avós Mirta Baravalle e Rosa Roisinblit localizaram Tamara, na cidade de Guernica, em Buenos Aires. A menina, na época, tinha nove anos de idade” (ABUELAS, 2007, p. 50)

Na cidade onde vivia com a família que a havia acolhido na sua meninice, a “[...] cada manhã, Tamara vende querosene num carro puxado por um cavalo, mas não se queixa da sorte; e a princípio não quer nem ouvir falar de sua mãe verdadeira” (GALEANO, 1998, p. 344), pois acreditava ter sido abandonada por ela, apesar da pouca idade que tinha quando tudo ocorreu.

Quando Rosa desapareceu, Tamara era criança, não trazendo consigo a lembrança do amor primeiro. A recordação que tinha era daqueles que a haviam acolhido e ofertado a ela um lar, mesmo que simples e desprovido de riquezas materiais. A mãe, o pai e irmãos conhecidos eram aquela humilde família.

Assim, a primeira reação dela, ao saber da existência da mãe biológica, foi de rejeição, pois não compreendia como ela pôde deixá-la tão pequena e por tantos anos. Ainda, ela tinha apego à família que a criou e conheceu, gerando um imenso conflito interior na menina. As avós intervieram, mediando a reaproximação das duas e “[...] muito aos pouquinhos as avós vão lhe explicando que ela é filha de Rosa, uma operária boliviana que jamais a abandonou” (GALEANO, 1998, p. 344).

O carinho, a paciência e a sabedoria empregados por essas mulheres foram aos poucos derrubando as barreiras, vencendo a resistência de Tamara e dos pais adotivos, que não concordavam em devolvê-la a sua progenitora. Após um longo período de diálogo, Tamara cede aos impulsos do coração e à força dos laços sanguíneos, e os responsáveis pela garota concordam com sua partida.

Estela Carlotto e María Isabel de Mariani (Chicha) levaram Tamara a Lima, no Peru, onde Rosa Mary a estava aguardando. Galeano narra esse momento ímpar na vida dessas sobreviventes do tenebroso regime militar: Em Lima, Rosa e Tamara se descobrem. Olham-se no espelho, juntas, e são idênticas: os mesmos olhos, a mesma boca, as mesmas pintas nos mesmos lugares. Quando chega a noite, Rosa banha a filha. Ao deitá-la, sente um cheiro leitoso, adocicado; e torna a banhá-la. E outra vez. E por mais que esfregue o sabonete, não há maneira de tirar-lhe esse cheiro. É um cheiro raro... e de repente, Rosa recorda. *Este é o cheiro dos bebês quando acabam*

de mamar: Tamara tem dez anos e nesta noite tem cheiro de recém-nascida (GALEANO, 1998, p. 344, grifo nosso).

No fragmento, o escritor com extremo lirismo compôs a cena do reencontro de Rosa e Tamara. Ele argumenta que no instante em que mãe e filha se encontraram, se redescobriram “Em Lima, Rosa e Tamara se descobrem”. O olhar síncrono, das duas, ao espelho permitiu que uma se reconhecesse na outra “Olham-se no espelho, juntas, e são idênticas: os mesmos olhos, a mesma boca, as mesmas pintas nos mesmos lugares.”

A ideia de semelhança/identidade é reforçada pela repetição do adjetivo mesmo (a), de forma gradativa, que acentua a identificação de ambas, constatada pela parença dos traços físicos “Olham-se no espelho, juntas, e são idênticas: os mesmos olhos, a mesma boca, as mesmas pintas nos mesmos lugares”. Tal paridade entre Rosa e Tamara pode ser interpretada como a representação de um forte elo de ligação, que nem mesmo os anos de separação forçada foram capazes de destruir.

A redescoberta uma da outra, não cessam por aí. No relato de Galeano, “Quando chega à noite, Rosa banha a filha. Ao deitá-la, sente um cheiro leitoso, adocicado; e torna a banhá-la. E outra vez. E por mais que esfregue o sabonete, não há maneira de tirar-lhe esse cheiro”. A sinestesia desencadeada pelo banho dado na filha, delineia a partir do contato físico (tato) a reminiscência do cheiro do leite (olfato) que remete Rosa aos primeiros anos de vida da menina, aos espaços de tempo da convivência, que ela não desfrutou com a filha, roubados pelo regime militar. Na tecitura narrativa, Galeano busca preencher as lacunas dolorosas provocadas pela separação violenta entre Rosa e Tamara.

Rosa insistiu em retirar o odor do corpo, da pele da garota até que se dá conta que aquele “É um cheiro raro... e de repente, Rosa recorda. Este é o cheiro dos bebês quando acabam de mamar: Tamara tem dez anos e nesta noite tem cheiro de recém-nascida”. Mais uma vez os elementos sinestésicos estimulam a memória de Rosa a um tempo não vivenciado a partir desta mescla de odores e toques. Assim, Rosa compreendeu que o cheiro impregnado na pele de Tamara não era incomum, ele marcava o recomeço, o renascer de uma nova vida para ela e sua filha, não mais distantes uma da outra, mas juntas, unidas nessa nova fase de suas vidas, que se descortinava ante seus olhos.

A restituição de Tamara a sua família biológica foi realmente o renascimento da garota que, ao ter a sua identidade e a sua história de vida reconstituídas, renasce para uma nova vida, para um novo ciclo. Para Rosa, ela foi o ressignificar da própria existência. Um tempo, no qual o passado será uma cicatriz que fortalecerá os laços familiares e o amor, a felicidade e a

esperança de dias melhores, a luz que ilumina o horizonte rumo a um futuro a ser construído juntas.

O narrador, ao relatar o reencontro entre Rosa e Tamara, evidencia toda sua indignação com o sequestro, prisão, tortura e exílio da mãe pelos promotores do regime militar e com os traumas vividos pela filha oriundos dos anos de separação e privação da presença materna. Também manifesta, por meio do texto literário, a valoração e o reconhecimento da magnitude da intervenção e precisão das ações dessas senhoras na efetivação do encontro entre mãe e filha.

Nem todas as crianças sequestradas, ou nascidas em cárceres, no período da ditadura militar, tiveram a mesma sorte de Tamara. Algumas foram identificadas pelo atestado de óbito, outras assassinadas no ventre de suas mães, outras desapareceram com seus pais, e ainda há aquelas que, mesmo com dúvida, ou certeza de não pertencerem à família a que estão legalmente unidas, por amor ou gratidão àqueles que as criaram, optaram por não remexer no passado, preferindo negligenciar seus parentes, sua identidade e sua história de vida.

Tamara não foi a primeira neta a ser encontrada com vida e restituída a seus entes queridos. Até o ano de 2019, já se somavam 130 netos localizados e entregues aos familiares. Crianças, jovens e adultos que puderam conhecer sua real identidade e juntos com os seus iniciarem um novo capítulo em suas histórias de vida.

O legado deixado pelas *(As) Avós da Praça de Maio* às crianças e jovens das gerações contemporâneas e futuras, às famílias e à sociedade argentina, é imensurável. Dentre essa herança, destaca-se: o *Índice de Abuelidad* (ABUELAS, 2007, p. 16) que, por meio de testes sanguíneos, precedeu métodos mais avançados de identificação e comprovação de vínculos biológicos; a batalha pela criação do Banco Nacional de Dados Genéticos, em 1987, pela Lei 23.511 (ABUELAS, 2007, p. 82-83); participação ativa na incorporação dos artigos 7, 8 e 11 à Convenção sobre os Direitos das Crianças, assegurando a todas as crianças do mundo o Direito à Identidade (ABUELAS, 2007, p. 16); a criação da Comissão Nacional pelo Direito à Identidade - CONADI (ABUELAS, 2007, p.105); a formação do Arquivo biográfico familiar das Avós da Praça de Maio (ABUELAS, 2007, p.128); a composição da Equipe Argentina de Antropologia Forense (ABUELAS, 2007, p. 60).

Muitas das Avós já seguiram o ciclo natural da vida, partiram desse mundo sem viverem a alegria do reencontro, da partilha, do convívio, do abraço apertado e do carinho de seus descendentes. Aquelas que ainda vivem continuam na luta para que prevaleça a verdade dos fatos transcorridos, lutando pela justiça e punição dos criminosos, assim como na busca por aqueles que continuam desaparecidos, na esperança de que estejam em algum lugar a esperá-las, desejosos, assim como elas, do retorno ao lar do qual foram brutalmente arrastados.

Com base no exposto, fica evidenciado que as vozes e o protagonismo dessas mulheres diante da ditadura militar da Argentina são incontestáveis e seus testemunhos de amor e perseverança se constituem em símbolo de resistência e vitória ante os perversos generais do Terrorismo de Estado. As *Avós*, mulheres submissas historicamente, transformaram um momento de perda, dor, sofrimento, abandono e silêncio dos poderes constituídos e da sociedade, em oportunidade para ressignificar sua existência. Elas fizeram da morte/desaparecimento dos filhos e netos um tempo de renascimento e reconhecimento do seu papel como agentes transformadores dos rumos políticos, sociais e históricos de toda a nação argentina.

3.5 A voz em um regime que cala

O governo ditatorial indignado com a coragem daquelas mulheres, que ousavam desafiar o poder por ele exercido, bem debaixo de seus olhos e ouvidos, utilizou de várias estratégias com o objetivo de conter o avanço vertiginoso do movimento. O primeiro deles foi nomeá-las de *as loucas* e *subversivas* (grifo nosso), tentando convencer a opinião pública de que não reconheciam o objeto de suas reivindicações, assim como não tinham conhecimento do paradeiro de seus familiares.

A sociedade argentina, nos primeiros meses, induzida por esse discurso, posicionou-se contrária às mobilizações promovidas pelas mães e avós, discriminando-as e apoiando o mandatário do regime militar. Entretanto, elas não recuaram em seus propósitos e seguiram com as buscas e protestos semanais na Praça de Maio.

Diante da insistência e determinação dessas mulheres na elucidação dos acontecimentos e do paradeiro dos seus, o governo ditatorial decide infiltrar no interior do movimento o tenente da Marinha argentina Alfredo Astiz, que se apresentou a elas como um desesperançado parente de vítima desaparecida. As mães o acolhem e o denominam

[...] O anjo, por causa de sua loura cara de bebê. Estava há alguns meses trabalhando com as mães, sempre sorridente, sempre disposto a dar uma mão, quando uma tarde, na saída de uma reunião, os soldados agarraram várias das militantes mais ativas do movimento. Essas mães desapareceram, como seus filhos, e nunca mais se soube (GALEANO, 1998, p. 337-338).

Esse militar ganhou a simpatia, a confiança e o carinho das mães, passando a participar dos encontros em que elas, conjuntamente, discutiam e planejavam novas intervenções públicas, com o propósito de avançar nas buscas e reencontro de seus amados. Assim, ele toma

conhecimento das mães que dão sustentação e as impulsionam a permanecerem firmes na causa, bem como de cada passo a ser dado por elas.

De posse das informações que almejava, o tenente executa seus ardilosos planos, identifica as líderes do grupo, Azucena Villaflor, Esther Careaga e Mary Ponce de Bianco, assim como a freira francesa Alice Domone e outras mulheres (ABUELAS, 2007, p. 22), as quais foram capturadas na saída de reuniões, sendo enclausuradas, torturadas e mortas, como forma de represália e implantação do medo e pavor no restante do grupo, acreditando, dessa forma, extinguir todo o movimento. “As mães sequestradas tinham sido apontadas pelo Anjo, ou seja, o tenente de fragata Alfredo Astiz, membro do Grupo de Tarefas 3.3.2 da Escola de Mecânica da Armada, de longa e destacada atuação nas câmaras de tormento” (GALEANO, 1998, p. 338).

Todavia, a ação surtiu um efeito contrário e não previsto pelos militares, pois a semeadura feita por Azucena Villaflor já havia produzido frutos no coração de suas companheiras. Assim, essas resolutas mulheres assumiram o compromisso de abraçar, acolher e lutar pela punição e justiça de cada vítima, como por seu próprio ente querido, e seus familiares. Elas encontraram na dor da perda de suas amigas/irmãs de ideais, motivação para continuarem o combate contra o sistema, agora, também em prol da punição dos malfeitores que ceifaram a vida de suas companheiras.

Com passar do tempo, a efervescência dos fatos e sua repercussão nos meios de comunicação e na sociedade argentina foram amenizados, denotando certa tranquilidade e retomada das questões econômicas, políticas e sociais, enquanto as mães perseveravam em seus objetivos, trazendo no peito a dor e o abatimento que não podiam ser calados. Os comandantes dos horrores e atrocidades continuaram suas operações com dissimulada indiferença ao drama vivenciado pelas famílias, assim descrito por Galeano: “Normalizada a situação, o dólar está barato e certa gente também. [...] Com toda a normalidade, o Ministro de Economia caça leões e girafas nas selvas africanas e os generais caçam trabalhadores nos subúrbios de Buenos Aires” (GALEANO, 1998, p. 312).

Com extrema ironia e criticidade, Galeano relata o posicionamento de membros da sociedade argentina, que por dinheiro aderem à política governamentista e seus métodos para calar e banir do meio social os opositores do regime ditatorial. Destaca-se ainda a indiferença do ministro da Economia que, enquanto centenas de cidadãos argentinos se encontravam presos, mortos ou desaparecidos, ou famílias que buscavam desesperadamente pelos seus entes queridos nos mais diferentes recônditos, ele se entretém com dinheiro dos cofres públicos nas selvas africanas.

Em 14 de dezembro de 1979, o general Videla participou de uma entrevista coletiva com a imprensa de diferentes meios de comunicação, em um dos salões da Casa Rosada, em Buenos Aires, sendo ela transmitida para todo o país. Quando o presidente da Argentina é questionado, por um dos repórteres, sobre o destino dado ao imenso número de desaparecidos políticos pelo regime, ele responde com toda frieza:

Vou lhes dizer que a pessoa desaparecida, como tal, é um desconhecido, uma incógnita. Se o homem aparecesse, teria um tratamento 'X'; se a aparição se transformasse em certeza de seu falecimento, teria um tratamento 'Z'; mas, enquanto for desaparecido, não pode ter um tratamento especial: é um desaparecido, não tem entidade, não está morto nem vivo, está desaparecido. Diante disso não podemos fazer nada, afirmou.⁶

Na fala do ditador, evidencia-se o engendramento das ações militares, as nuances do planejamento de cada ação no sequestro-tortura-desaparecimento das vítimas pelo regime. Elucida-se também o êxito desses genocidas em não deixar sinais, pistas, vestígios da passagem dos reféns pelos locais apontados como cárceres, assegurando a esses assassinos a impunidade e a certeza de saírem ilesos desse processo por eles desenvolvido e executado.

Após o estudo e a pesquisa sobre o tema, demonstrou-se que as vozes do regime militar propagadas pela ditadura militar em países latino-americanos entre os anos de 1964 e 1983, funestamente, também ressoaram em algumas camadas das sociedades em que vigoraram o regime e a filosofia por ele apregoados. Órgãos públicos e privados, líderes de doutrinas religiosas, empresários, assim como cidadãos comuns movidos pela intolerância político-partidária, social, ideológica e religiosa, acreditando estarem salvando, protegendo a pátria das ameaças de grupos de esquerda se organizaram e decidiram intervir a fim de eliminar tais concepções. Tal assertiva encontra-se expressa nas palavras do líder ditatorial, general Videla, pronunciadas no seu discurso ao assumir a presidência da república no dia 30 de março de 1976.

Pelo simples fato de pensar diferente dentro de nosso estilo de vida ninguém é privado de sua liberdade, mas consideramos que é um delito grave atentar contra o estilo de vida ocidental e cristão querendo mudá-lo por outro que nos é estranho, e neste tipo de luta não só é considerado como agressor o que agride através da bomba, do disparo ou do sequestro, mas também aquele que no plano das ideias queira mudar nosso

⁶ La Voz del Interior. *Videla en 1979: No está muerto ni vivo... está desaparecido*. Córdoba: 17 de mayo de 2013. Política. Disponível em: < <https://www.lavoz.com.ar/noticias/politica/videla-1979-no-esta-muerto-ni-vivo-esta-desaparecido/>> Acesso em: 29 abril 2021.

sistema de vida através de ideias que são justamente subversivas; ou seja, subvertem valores, mudam, alteram valores...⁷

Para esses *semideuses*, todos aqueles que pensavam e se posicionavam contrários à condução dada por eles ao destino da pátria eram inimigos/subversores do Estado, da ordem pública e da tranquilidade social. Assim, esses castradores de ideais que diferiam dos seus se uniram no propósito de banirem esses últimos do convívio social (grifo nosso):

[...] as Forças Armadas assumiram o governo da nação. Só o Estado, para o qual não aceitamos o papel de mero espectador do processo, terá de monopolizar o uso da força e consequentemente só as suas instituições cumprirão as funções ligadas à segurança interna. Utilizaremos essa força quantas vezes for necessária para assegurar a plena vigência da paz social. Com esse objetivo combateremos, sem trégua, a delinquência subversiva em qualquer de suas manifestações, até seu total aniquilamento⁸.

O governo ditatorial argentino e grupos repressivos sob sua coordenação deixaram um rastro de violência, crueldade e desaparecimento de cerca de 30 mil pessoas, de acordo com os órgãos de direitos humanos (REATO, 2012, p. 18). Também inúmeras vidas humanas foram ceifadas e outras impactadas pelos crimes praticados pelo regime, e as cicatrizes, ainda hoje, não foram curadas, pois, enquanto houver uma família à procura dos seus, vindo a encontrar, mesmo que sejam apenas os restos mortais para depositarem em um sepulcro por eles escolhido, a luta seguirá adiante e sua memória passará de geração em geração.

⁷ Declarações do Tenente-General Jorge R. Videla a jornalistas britânicos, publicado no jornal La Prensa em 8 de dezembro de 1977. Disponível em: <https://www.educ.ar/app/files/repositorio/html/01/57/a2ed79c9-d5f3-48fd-862b-b0c72e42ecd5/14393/data/61385c44-c852-11e0-81f8-e7f760fda940/anexo3.htm>. Acesso em: 29 abril 2021.

⁸ Discurso de Jorge Rafael Videla ao assumir a presidência da Argentina em 30 de março de 1976. Jornal La Nación, 31 de março de 1976. Disponível em: <https://www.educ.ar/app/files/repositorio/html/01/57/a2ed79c9-d5f3-48fd-862b-b0c72e42ecd5/14393/data/61385c44-c852-11e0-81f8-e7f760fda940/anexo3.htm>. Acesso em: 29 abril 2021.

4 DO ALTO DO MURO, UMA MULHER GRITA

Eduardo Galeano, nas narrativas *Domitila e O interrogatório de Domitila*, narra a história da mineira boliviana, Domitila Barrios de Chungara: mulher simples, humilde, com pouca instrução, mãe de onze filhos, dos quais três morreram em decorrência do confronto da agente histórica contra ditadura militar boliviana, esposa de mineiro e trabalhador da mina Século XX, em Llallagua, na Bolívia.

Nesses textos, o escritor ressalta o desprendimento, a consciência política, a força e a determinação da mineira, na defesa do seu povo, oprimido e massacrado pelo regime militar na segunda metade do século XX, assim como o sofrimento, a dor, as perdas e a humilhação vividas por essa protagonista, ao longo dos embates travados pela conquista do direito à liberdade e à igualdade social para todos os bolivianos.

Domitila, secretária geral do Comitê de Donas de Casa da mina Século XX, juntamente com outras mulheres, enfrentou o poder ditatorial na busca por melhores condições de vida, a saber: salários, moradia e alimentação para as famílias dos trabalhadores das minas de estanho e outros minerais da região de Potosí e demais localidades do país.

Essa líder comunitária, embasada em suas convicções político-sociais e orientada por líderes do Sindicato dos mineiros, fez da palavra e da força que dela emana uma arma no combate às injustiças, à opressão e à dominação exercidas pelo regime militar. Domitila não se deteve ante nenhum dos impedimentos, que foram se apresentando no caminho, na tentativa de atravancar esse processo, sempre ao lado daqueles que, como ela, acreditavam na força da união e da luta dos menos favorecidos pelas políticas governamentais.

Galeano conta a peleja de Domitila e dos mineiros de Llallagua, a partir da narrativa da *Festa de São João*, quando o exército adentrou o vilarejo na noite dessa festa cultural de grande representatividade para o povo e assassinou crianças, jovens, adultos e idosos. Isso ocorreu sob a alegação infundada de conspiração do sindicato da classe, que, em parceria com o líder revolucionário Guevara, estaria tramando contra o governo de René Barrientos Ortuño, general do exército e presidente do país.

Os textos já citados, mais o *Dia seguinte*, fazem parte da composição literária da obra *Memória do Fogo: o século do vento*, de Eduardo Galeano, e serão analisados na sequência. Foram escritos pelo autor, com base no testemunho de Domitila Barrios de Chungara, coletado pela brasileira Moema Viezzer e publicado em 1977, com o título de ‘*Si me permiten hablar...*’. *Testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia* e “*Se me deixam falar...*”, na tradução em língua portuguesa, 1978.

O gênero literário testemunho desempenhou um importante papel na América Latina contemporânea, visto que, por meio dele, aqueles que foram privados da palavra e/ou esquecidos pelos registros históricos tiveram a oportunidade de contar as histórias que vivenciaram. As vítimas do sistema de dominação protagonizam as narrativas acerca da violência e crueldade daqueles que detinham o controle econômico, político e social em suas mãos. Nesse gênero, os acontecimentos não são mais narrados sob a ótica do opressor, mas do vencido e testemunha ocular dos fatos.

Com o objetivo de organizar o estudo, este capítulo está disposto em duas partes: a primeira, intitulada “A narrativa combatente de Galeano: o estanho, a resistência e o sangue no massacre de São João, Bolívia”, discorre sobre o relato oral, como registro histórico e resistência do sujeito privado do direito à palavra, com vistas a conhecer a origem, as características e a importância do gênero literário testemunho na composição da história dos países latino-americanos; a ditadura militar boliviana; o cerceamento da liberdade, para apropriação do contexto histórico e ditatorial do período compreendido entre 1964 e 1982 e um furacão de balas: o derramamento de sangue inocente na festa de São João, com o objetivo de compreender os fatos e motivações que desencadearam a tragédia.

A segunda parte, denominada “O grito que ressoa na memória coletiva”, interpreta a história de vida da protagonista dos eventos apresentados, Domitila Barrios de Chungara, e busca inteirar-se das experiências vivenciadas por ela e que contribuíram para a formação do seu ativismo político. Por consequência, o objetivo foi entender a força e a resistência dessa mulher no enfrentamento ao regime ditatorial; “[...] eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo”, o discurso de Domitila à frente das lutas de seu povo.

4.1 A narrativa combatente de Galeano: o estanho, a resistência e o sangue no massacre de São João, Bolívia

Eduardo Galeano, nos relatos *A festa de São João* e *O dia seguinte*, extraídos da obra *Memória do Fogo: o século do vento*, narra os dilemas vivenciados pelos trabalhadores mineiros da mina Século XX, em Llallagua, na Bolívia. Na tessitura narrativa, o autor evidencia a constante luta dos mineiros contra as adversidades impostas pela exploração de estanho, nas minas subterrâneas da montanha de Llallagua, assim como o enfrentamento à ditadura militar boliviana e suas práticas opressoras.

A narrativa de Galeano retrata a valentia dos trabalhadores, que não sucumbiram ante a iminência da morte prematura causada pelo contato direto com os dejetos produzidos na

exploração de minério. Ademais, não cederam às privações e à miséria decorrentes da má distribuição de renda provocadas pela ambição desmedida dos poderosos e do controle rigoroso do governo ditatorial, que impunha baixos salários e condições precárias de trabalho.

Nesse contexto político-social, emerge a figura de Domitila, uma mulher do povo, líder popular que, confiante na força que emanava da união de sua gente, ergue sua voz em protesto contra a exploração, a violência e a degradação do trabalhador mineiro e de sua família por um sistema que visava à dominação do sujeito e à espoliação das riquezas naturais da pátria boliviana.

Na leitura da narrativa, surge a seguinte problemática: que fatores deflagraram o massacre de São João, na Bolívia, e qual a sua relação com o protagonismo de Domitila Barrios de Chungara?

Diante do exposto, foi realizado de um estudo analítico do período ditatorial boliviano, a fim de compreender o contexto que desencadeou o massacre de São João. Uma das fontes centrais para proceder a essa interpretação são os textos de Galeano (1998), *A festa de São João* e *O dia seguinte*, presentes na obra em análise.

Esses textos delineiam a força e a resistência dos trabalhadores da mina Século XX, em Llallagua, na luta contra a ditadura militar boliviana, que, de forma implacável, buscava dominar o povo e controlar a exploração de minério no país, como se evidenciará no decorrer da análise dos textos.

4.1.1 O relato oral como registro histórico e como resistência do sujeito privado do direito à voz

O gênero literário *testemunho* desenvolveu-se durante o desenrolar da Revolução Cubana, em Cuba, protagonizada por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, na década de 1950, contra a ditadura de Fulgêncio Batista e a intensa influência norte-americana no país. Já no poder, Fidel Castro implantou a política cultural e, através dela, incentivou os escritores cubanos a colherem da voz do povo as experiências e os dramas vivenciados ao longo dos anos de dominação estrangeira e, a partir desses relatos, a comporem uma história nacional.

O intelectual encarregado da execução do projeto foi o antropólogo Miguel Barnet, autor da obra inaugural do gênero em Cuba, *Biógrafia de un cimarrón* (1977), na qual o autor conta a história de vida do informante Esteban Montejo, ex-escravizado de origem africana, baseado em entrevistas com o ancião de 104 anos, sobre a escravidão e a Guerra da

Independência de Cuba (BARNET, 1977, p. 05). Barnet intitulou o novo gênero como “o romance-testemunho” (PICORNELL, 2011, p. 123).

O novo gênero foi institucionalizado em Cuba, no ano de 1970, quando o prêmio Casa das Américas, o prêmio literário mais importante da América Latina, criou a premiação para o novo gênero literário entre as outras categorias (conto, crônica, poesia, romance etc.). Por conseguinte, com isso o gênero ganhou visibilidade internacional (PICORNELL, 2011, p. 125).

O precursor do novo gênero, na obra *La fuente viva*, tece considerações que permitem a compreensão acerca do romance-testemunho:

As imagens e os personagens postos em jogo no gênero romance-testemunho pretendem mostrar os aspectos ontológicos da história, os processos sociais e suas dinâmicas internas; estudar os casos individuais em função dos padrões de conduta coletivos, e dar chaves eficazes e imparciais para a interpretação da história social e não para sua descrição grosseira, como tem sido usual nos manuais extraídos dos velhos e antigos arquivos comidos pelas traças e das tendenciosas cabeças dos etnólogos e historiadores do passado (BARNET, 1986, p. 49).

A fala de Barnet evidencia que o objetivo do gênero era apresentar a versão dos fatos históricos, sob a ótica do povo latino-americano, ou seja, daqueles que vivenciaram, testemunharam tais eventos, mas que foram excluídos pela escrita da história oficial. Com efeito, o novo gênero primava por acolher a voz dos sujeitos silenciados e colocados à margem pela sociedade, por meio de testemunhos recolhidos dos envolvidos diretos nos acontecimentos. Margaret Randall corrobora os apontamentos de Barnet ao afirmar

[...] a possibilidade de escrever uma história muito mais verdadeira: para começar, ela é escrita do ponto de vista do proletariado, do povo no poder. E não apenas "do ponto de vista", mas na medida em que o povo tenham acesso real à cultura e às ferramentas apropriadas, elas podem, pela primeira vez, escrever sua própria história (RANDALL, 2002, p. 36, grifo da autora).

A partir da década de 1960, com as ditaduras militares implantadas na América Latina, instalaram-se a violência e o terror em todo o território. Suas vítimas eram sequestradas, presas, torturadas, mortas ou desaparecidas. Às famílias restava a busca por notícias e/ou pelos corpos. A dor e o desespero se espalharam por todos os cantos e, com isso, brotou o grito por justiça, como bandeira de luta e forma de resistência às barbáries cometidas pelos governos ditatoriais.

Nesse contexto, a literatura de testemunho encontrou na América Latina solo propício para a consolidação e a disseminação do gênero, como forma de protesto e denúncia dos traumas nela vividos por sobreviventes ou familiares das vítimas das ditaduras.

Até o surgimento e a difusão da literatura de testemunho, a história da América Latina, antes e pós-capitalismo, era contada pela classe dominante, que fragmentou os fatos, invisibilizou o proletariado e escreveu, nas páginas históricas de cada país, um relato repleto de lacunas e silêncios. Randall pondera que, com o testemunho dos principais envolvidos nos dramas, tornou-se possível apropriar-se dos bastidores históricos e, por meio deles, ter uma nova dimensão dos eventos que compuseram o passado de cada nação latino-americana. "Temos diante de nós a oportunidade - repleta de privilégio e de responsabilidade- de escrever a verdadeira história do nosso tempo" (RANDALL, 2002, p. 36).

Segundo Randall a história da América Latina continuou a ser manipulada pelos poderosos ao longo dos anos. "Mas esta prática de distorcer a história em apoio aos interesses da classe dominante não cessou com a conquista, nem mesmo com a conquista da primeira independência de nossos países" (RANDALL, 2002, p. 35).

Após as considerações postas pela pesquisadora, compreende-se que as narrativas testemunhais sobre os relatos históricos permitem aos povos apropriar-se das crueldades e agruras vividas por aqueles que foram massacrados pelas classes dominantes nas batalhas sociais, bem como a atuação de outros atores/protagonistas, no processo de construção dos rumos dos países da América Latina.

A um leitor desavisado, tais afirmações poderiam ser compreendidas como a negação da história oficial, a produção/construção de uma outra história pelo declarante das realidades testemunhadas. Entretanto, não há negacionismo por parte daquele que testemunha os acontecimentos que marcaram a história de um povo, mas, sim, o (re)contar desses fatos, o outro lado da história, relatada pelo prisma e voz dos esquecidos/marginalizados/silenciados, por aqueles que detinham as amarras do poder.

De acordo com Rodriguez Corrales, "A voz testemunhal insere-se nas realidades e verdades do discurso ignoradas ou silenciadas pela *memória oficial*" (RODRÍGUEZ CORRALES, 2015, p. 58-59, grifo da autora). Ela ressalta, porém, que essa voz não é individual, não narra somente experiências próprias do processo de opressão sofrido, mas sim de um grupo/classe social: "[...] o testemunho se envolve em um diálogo com a história e as coletividades, e procura - a partir daí - reconciliar-se com o passado, aniquilar o medo e pôr fim ao esquecimento, convidando a lembrar e exorcizar os fantasmas" (RODRÍGUEZ CORRALES, 2015, p. 58-59, grifo da autora).

Elzbieta Sklodowska agrega ao tema em estudo, o gênero literário testemunho, que "[...] o princípio constitutivo do testemunho é expressar a problemática da coletividade no mundo moderno, sob a forma da experiência dos que *'não têm voz'*. Trata-se de dar voz àqueles

que participam da história sem participar de sua interpretação” (SKŁODOWSKA, 1986 p. 68, grifo da autora).

Corrales acrescenta: “Neste sentido, o testemunho, ao dar luz ao oculto, desconhecido e esquecido, ativa a memória e se converte em uma palavra perigosa e ameaçadora para umas partes; libertadora e reveladora para outras” (RODRÍGUEZ CORRALES, 2015, p. 62).

Assim, ao narrar a sua história de luta, dor e sofrimento e a do grupo/classe que representa, o narrador deseja exteriorizar, compartilhar com o outro, o leitor, o trauma experienciado por si mesmo e por outrem. “A situação do narrador no testemunho envolve sempre uma certa urgência ou necessidade de comunicação que surge de uma experiência vivida de repressão, pobreza, exploração, marginalização, crime, luta” (BEVERLEY, 1987, p. 9).

Beverley e Achúgar pontuam que o testemunho, na maioria dos casos, se configura como uma denúncia das inúmeras e inimagináveis realidades negligenciadas pelas autoridades de um determinado período. Contudo, carrega em si as cicatrizes e necessita ser contado a outrem, como forma de amenizar as lembranças dolorosas dos tormentos vividos e na esperança de que seu testemunho produza a reflexão crítica dos relatos.

O testemunho, na maioria das vezes, é também uma denúncia, precisamente por causa do que já dissemos anteriormente sobre sua atenção ao Outro e à história outra. Denúncia dos excessos de poder, denúncia da marginalização, denúncia do silêncio oficial, denúncia que vai de mãos dadas com o comportamento extraordinário de que dá conta o testemunho (BEVERLEY; ACHÚGAR, 2002, p. 2).

Diante das discussões apresentadas, até então, são importantes o conhecimento e a apreensão do conceito do gênero literário testemunho. Prada Oropeza assim o define:

o discurso-testemunho é uma mensagem verbal na primeira pessoa, perfeitamente escrita para a sua divulgação editorial mesmo que a sua origem primária e estrita seja oral, cuja intenção explícita é fornecer prova, justificação ou comprovação da certeza ou verdade de seu fato social, antes de um interlocutor, uma interpretação garantida pelo emissor do discurso ao declarar-se ator ou testemunha (mediador ou imediato) dos acontecimentos que narra (Prada Oropeza, 2001, p.13-14).

John Beverly agrega ao tema em estudo a seguinte afirmação: “[...] o testemunho é uma narração (...) contada na primeira pessoa gramatical, por um narrador que é ao mesmo tempo o protagonista (ou a testemunha) de seu próprio relato. Sua unidade narrativa costuma ser uma ‘vida’ ou uma vivência particularmente significativa” (BEVERLEY, 1987, p. 9).

Os conceitos propostos anteriormente por Prada Oropeza e Beverly podem ser facilmente identificados já nas primeiras páginas do testemunho de Domitila Barrios de

Chungara, na obra “Se me deixam falar...”, reproduzido pela educadora brasileira Moema Viezzer:

Não *quero* que interpretem, em nenhum momento, a história que *vou* relatar somente como um problema pessoal. Isto porque *penso* que *minha* vida está relacionada com *meu* povo. O que *me* aconteceu pode ter acontecido a centenas de pessoas no *meu* país. *Quero* esclarecer isto, porque *reconheço* que houve pessoas que fizeram muito mais que *eu* pelo povo, mas que morreram ou não tiveram a oportunidade de ser conhecidas. É por isso que não *quero* tão só relatar uma história pessoal. *Quero falar do meu povo*. Quero deixar um depoimento de toda a experiência adquirida através de tantos anos de luta na Bolívia, e aportar um grãozinho de areia com a esperança de que nossa experiência sirva de alguma forma para a nova geração, para a gente nova (VIEZZER, 1978, p. 13, grifo nosso).

Como pode ser observado, a voz narrativa é indicada pelas desinências verbais de número e pessoa, as quais indicam que a voz enunciativa, que se propõe a contar um período histórico da Bolívia, encontra-se na primeira pessoa do singular, ou seja, há um “eu” que assume o processo de enunciação. Essa marca linguística é reforçada pelo emprego dos pronomes possessivos: “minha – meu”, assim como do pronome pessoal do caso oblíquo “me”, que se referem à mesma pessoa verbal.

Todavia, essa mesma voz esclarece que não fala por si mesma, ou em seu próprio nome, mas representa vozes outras, a voz de seu povo, de sua classe social, dos mineiros de todo o país, da coletividade: “Não quero que interpretem, em nenhum momento, a história que vou relatar somente como um problema pessoal. [...] Quero falar do meu povo. [...] com a esperança de que *nossa* experiência sirva de alguma forma para a nova geração, para a gente nova” (VIEZZER, 1978, p. 13, grifo nosso).

Na sequência de seu depoimento, Domitila Chungara evidencia sua intencionalidade com o testemunho prestado, que, segundo ela, partiu da sua experiência e a da classe trabalhadora mineira no decorrer dos anos de enfrentamento contra a ditadura militar na nação boliviana. A mineira não deixa dúvida do compromisso social com sua gente, bem como do fato de não se reconhecer como sujeito social autônomo, mas como pertencente a um grupo e dele se coloca como porta-voz:

[...] quero esclarecer que este relato de minha experiência pessoal e da experiência de meu de meu povo, que está lutando pela sua liberação – no que eu me incluo -, quero que chegue aos mais pobres, às pessoas que não podem ter dinheiro, mas que necessitam de alguma orientação, de algum exemplo que lhes possa servir em sua vida futura. É para eles que aceito que se escreva o que vou relatar. Não importa o tipo de papel que se use: quero que sirva para a classe trabalhadora e não somente para intelectuais ou para pessoas que negociam com estas coisas (VIEZZER, 1978, p. 13-14, grifo nosso).

Os detalhes, as minúcias descritas por Domitila, oralmente, a Viezzer, resultam em uma imagem narrativizada do período ditatorial na Bolívia. Ela relata com propriedade as péssimas condições vividas pelos mineiros e suas famílias, a exploração da mão de obra, a prisão, a tortura, o exílio e o desaparecimento de líderes sindicais, estudantes e pessoas do povo ligadas à luta e à resistência ao regime militar.

O fato de Domitila ser a narradora e a protagonista dos fatos testemunhados pela narrativa oral, embasada na sua experiência de vida e a da classe trabalhadora a que pertence, confere ao testemunho o chamado “[...] *efeito de realidade*, ou *efeito documentar* de acordo com outros, ou como preferimos chamá-lo *efeito oralidade/verdade*” (BEVERLEY; ACHÚGAR, 2002, p. 76, grifo do autor), dotando o testemunho de autoridade, como explica o pesquisador norte-americano John Berveley:

a autoridade do testemunho deriva do fato de que o narrador é alguém que presenciou ou experimentou pessoalmente - ou indiretamente através da experiência de amigos, familiares, vizinhos, etc. - os acontecimentos que narra. O que dá forma e sentido a esses eventos - ou seja, o que os faz história - é a relação entre a sequência temporal dos acontecimentos e a sequência da vida do narrador ou narradores, corporificada na estrutura verbal do texto testemunhal (BEVERLEY; ACHÚGAR, 2002, p.10).

Com base no excerto, o *efeito de verdade* que produz a autoridade do testemunho de Domitila está apoiado no fato de que, ao narrar, os eventos não falam de vivências alheias a ela, mas daquilo que verdadeiramente experienciou na própria carne, juntamente com seus companheiros na batalha pela liberdade, melhores condições de vida e de trabalho para a classe na qual estava inserida.

Com base nas ponderações realizadas por Beverley (1987), pode-se verificar que, no discurso da mineira, há “[...] as marcas conversacionais do discurso direto, significa o desejo por parte do narrador de não ser silenciado, de impor-se a uma instituição do poder como é a literatura desde uma posição excluída ou marginal” (BEVERLEY, 1987, p.12), como pode ser comprovado no exemplo: “[...] não importa o tipo de papel que se use: quero que sirva para a classe trabalhadora e não somente para intelectuais ou para pessoas que negociam com estas coisas.” (VIEZZER, 1978, p. 13-14).

O narrador do discurso testemunhal, geralmente, é analfabeto, possui baixa escolaridade, ou não tem acesso ao mundo intelectual. Dessa forma, como esses relatos são orais, o narrador-testemunha necessita de um mediador, também chamado de “letrado solidário” (ACHUGAR, 2002, p. 68). O papel desse mediador é colher o registro oral, por meio de gravações, filmagens, ou por escrito, para, no final da coleta, transcrevê-lo, mantendo ao

máximo a fala original do testemunhante, com vistas a sua publicação em veículos editoriais. Valéria de Marco (2004), especialista em literatura espanhola, aclara a função do letrado solidário no processo de composição do gênero testemunho:

[...] o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido (DE MARCO, 2004, p.46).

Moema Viezzer (1978), antropóloga e mediadora/letrada solidária, que realizou o trabalho de ouvir, registrar e organizar a narrativa de Domitila Barrios de Chungara, no livro *Se me deixam falar...*, na seção ao leitor da referida obra, expõe a metodologia utilizada no processo de composição do testemunho, conferindo credibilidade ao relato:

[...] não é um monólogo de Domitila consigo mesma. É o resultado de numerosas entrevistas que tive com ela no México e na Bolívia, de suas intervenções na Tribuna, assim como exposições, palestras e diálogos que desenvolveu com grupos operários, estudantes e empregados universitários, habitantes de bairros populares, exilados latino-americanos residentes no México e representantes da imprensa, rádio e televisão. Todo esse material gravado, como também alguma correspondência escrita, foi ordenado e posteriormente revisado com Domitila, dando origem ao presente depoimento ((VIEZZER, 1978, p. 10).

Beverley e Achugar (2002) destaca a relevância da contribuição dada pelo letrado solidário na reconstrução histórica de uma nação e sua gente. De acordo com ele, o fato de o testemunho ser narrado por uma testemunha iletrada e organizado e transcrito por um letrado solidário, não diminui nem invalida o valor dos eventos relatados pela testemunha.

O próprio fato do ingresso desse Outro ou Outra que é o iletrado, marginalizado ou silenciado, não significa que o testemunho se reduza a ele ou ela ou que elimine outros sujeitos enunciadore. O letrado solidário desse Outro marginal ou silenciado que muitas vezes assumiu sua representação como porta-voz (na escrita ou na luta social ou política) também realiza seu próprio testemunho ou o de outros indivíduos de sua classe social. De fato, o letrado solidário sempre deu conta e continua dando conta, através da história, biografia, memória e até mesmo mediante do próprio romance, do Outro e de si mesmo ((BEVERLEY; ACHÚGAR, 2002, p. 68).

O pesquisador salienta que a presença do mediador, como porta-voz, oportunizou aos marginalizados trazerem à tona a participação de homens e mulheres que protagonizaram, no cenário das lutas históricas, enfrentamentos e conquistas que transformaram o percurso

histórico de seus países, mas que, por desconhecimento ou omissão daqueles que escrevem a história, não foram incluídos nos registros oficiais.

Quanto à conceituação e à caracterização do testemunho como gênero literário, não há consenso entre pesquisadores e críticos, o que resulta em diferentes proposições, como se verificará a seguir. Conforme explicita Silvia Nagy-Zekmi (2008): “O testemunho é pouco definível como um gênero, ou pelo menos deve ser considerado um gênero híbrido, já que compartilha traços com a etno-história, crônica, auto/biografia e a escrita memorialística. Além disso, a complexa relação entre a testemunha e o mediador” (NAGY-ZEKMI, 2008, p. 26-27).

De acordo com Alejandra Restrepo, “É um gênero híbrido, difuso, difícil de classificar porque, diante de toda teorização, as obras esticam os esquemas e rompem com a rigidez das definições teóricas” (RESTREPO, 2009, p. 104). Já para Chiappini e Bresciani: (RESTREPO, 2009, p. 104). Já para Chiappini e Bresciani:

[...] tais narrativas podem ser conceitualmente definidas como literatura de fronteira, “narrativas com pretensões à verdade”, que se situam nos limites entre a ficção e a realidade. Tratando-se, então, de “dimensões diversas, multifacetadas e complexas a analisar caso a caso, configuradas seja no esforço de historiadores e ficcionistas e artistas (CHIAPPINI e BRESCIANI, 2002, p. 104, grifo do autor).

O testemunho, como gênero literário, transgride os limites impostos pelo cânone para sua validação. Essa transgressão tem gerado posicionamentos favoráveis e desfavoráveis a ele pela academia e pelos intelectuais, os quais se dedicam ao estudo e à pesquisa sobre o tema, acarretando a criação de diferentes canais de debates e seus resultados em publicações no meio acadêmico.

Apesar dos embates entre estudiosos e críticos literários acerca da legitimação do testemunho como gênero literário, há um grande número de obras de cunho testemunhal publicadas em toda a América Latina, demonstrando o interesse de autores e a apreciação do público leitor por tais produções. Essa constatação ratifica as palavras de Galeano, mencionadas no primeiro capítulo deste estudo: “Por que a necessidade de saber tem de ser inimiga do prazer de ler? E por que a voz humana tem de ser classificada como se fosse um inseto?” (GALEANO, p. 32, 1990a).

Assim, o escritor fez do gênero literário testemunho a fonte para a composição da sua obra, primeiramente, para fazer emergir da invisibilidade a voz de sujeitos que atuaram heroicamente contra as injustiças sociais e regimes de governos arbitrários na América Latina. Depois, por vislumbrar na literatura o instrumento capaz de possibilitar a inserção do leitor no

contexto das relações sociais vivas de um dado período da história, promovendo através dessa interação a reflexão crítica sobre essas realidades.

Nos tópicos a seguir, como poderá ser verificado, através do testemunho de Domitila Barrios de Chungara, mineira das minas de Llallagua, na Bolívia, o escritor compôs os relatos que revelaram as reais condições de vida dos trabalhadores mineiros e as suas famílias nos acampamentos de extração mineral da Bolívia, bem como os embates entre eles e o governo ditatorial na luta pela justiça e igualdade para proletariado boliviano.

4.1.2 A ditadura militar boliviana: o cerceamento da liberdade

Países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Chile vivenciaram, entre 1964 e 1985, uma rigorosa ditadura militar, um tempo de controle sistemático de todas as atividades e ações civis contrárias à política ditatorial. Esses governos e suas práticas coercitivas imprimiram, na história e na vida da população desses países, as marcas da luta, da resistência e do sangue derramado nos confrontos contra os militares, assim como a dor, o sofrimento e a opressão impostos por seus líderes.

O regime ditatorial definido a esses países, visto ter sido idealizado e formalizado em conjunto pelas autoridades de cada um deles, possuía uma mesma doutrina e estratégias para alcançar os objetivos propostos: subjugar e dominar a qualquer preço os opositores ao novo governo. Contudo, cada nação, dadas suas especificidades políticas, econômicas e sociais, apresentou características próprias no decorrer do processo de execução de seus projetos de dominação.

A ditadura militar na Bolívia é um exemplo dessas particularidades, uma vez que foi composta por mais de um governo, cada um deles com projetos político-econômicos divergentes entre si. Foram três os governos ditatoriais no país: os dos generais René Barrientos Ortuño (1964-1969), Hugo Banzer Suárez (1971-1978) e Luis García Meza Tejada (1980-1981). O intento primordial desses chefes de Estado foi o da repressão e desarticulação das organizações de trabalhadores.

A administração da Bolívia pelo general René Barrientos, da Força Aérea, teve início no ano de 1964, por meio de um golpe militar ou autogolpe ao então presidente Victor Paz Estensoro, apoiado pelo general Alfredo Ovando, comandante do Exército. A denominação autogolpe foi conferida, em virtude do caráter de traição, uma vez que René Barrientos era apoiador da candidatura e vice-presidente na mesma chapa de Paz Estensoro. Como forma de

represália e objetivando neutralizar o oponente, o então presidente e sua família foram levados para o exílio em Lima, no Peru.

O golpe executado pelas forças armadas, apesar de se tratar de uma intervenção militar, obteve amplo apoio de outros partidos políticos, líderes sindicais e da sociedade civil, descontentes com a política adotada pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR)* e simpatizantes das políticas econômicas e sociais defendidas por Barrientos. Seu governo contava também com o apoio dos Estados Unidos, consolidado nas eleições de três de julho de 1966, quando, apoiado pela *Organização dos Estados Americanos: Democracia para a paz, segurança e desenvolvimento (OEA)*, legitima a ditadura militar na Bolívia.

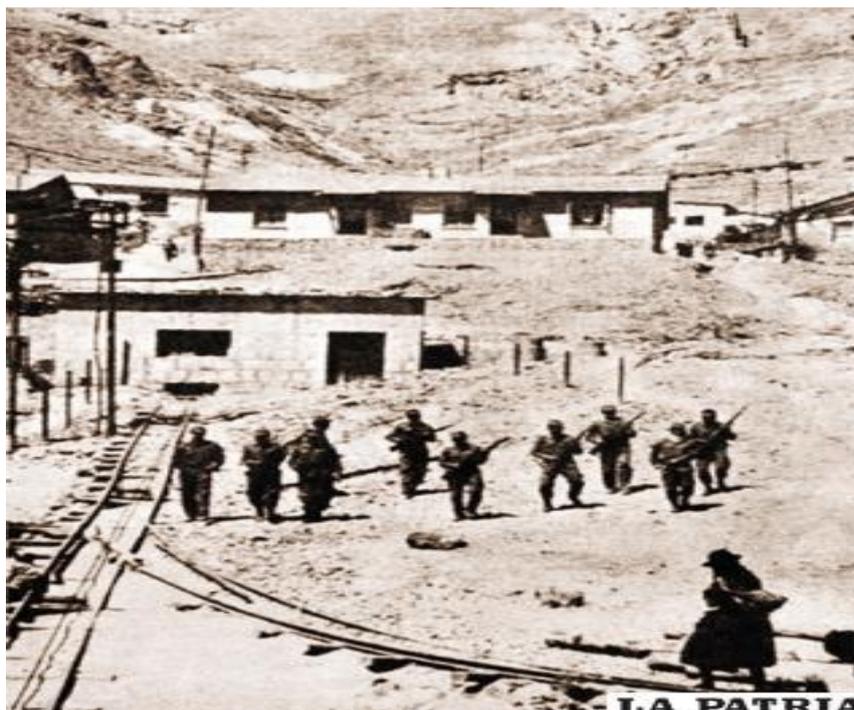
Os Estados Unidos da América constituíram-se em forte aliado político do governo boliviano. Com base na doutrina de segurança interna, investiram no treinamento militar e aquisição de equipamentos bélicos, com o propósito de revitalização e fortalecimento da força militar boliviana. O objetivo de tais ações era profissionalizar os militares, a fim de empregar medidas ostensivas contra os partidos de esquerda, trabalhadores, sindicatos das minas de extração mineral, bem como a civis considerados subversores, contrários à implantação do regime e aos interesses apregoados por seus representantes.

Assim que assumiu o controle do país, a nova administração colocou em vigor a Constituição de 1945, “[...] escrita sob o domínio das oligarquias do estanho” (ANDRADE, 2005, p. 138). Com efeito, iniciou-se um período de violência e repressão massiva contra os movimentos sociais organizados. Ainda, por meio de decretos publicados em maio de 1965, reduziu “[...] em 40% os salários dos mineiros e reorganizou a COMIBOL (Corporación Minera de Bolívia)”, (ANDRADE, 2005, p. 138).

Ao longo dos meses que se seguiram ao golpe militar e às medidas restritivas implantadas pelo governo, os movimentos sociais organizaram-se e surgiram vários grupos de enfrentamento e resistência aos abusos praticados pelas autoridades governamentais. O confronto físico violento entre civis e militares deixou pelo caminho um rastro de mortos e feridos.

O presidente e seus assessores não recuaram diante dos embates travados contra as lideranças políticas de esquerda e as demais organizações sociais. Logo, reagiram com autoritarismo e ações crescentes de cerceamento do direito de ir e vir, da liberdade da palavra e de qualquer forma de expressão.

Imagem 4 O exército na mina Século XX, Llallagua-Bo. 52 anos de la massacre de San Juan



Fonte. <<https://impresa.lapatria.bo/noticia/354174/a-52-anos-de-la-masacre-de-san-juan>>. Acesso em: 21 nov. 2021

Todavia, se, por um lado, o governo ditatorial persistia em intensos ataques a seus adversários, por outro, membros de partidos de esquerda, trabalhadores, sindicalistas e estudantes também se mantiveram firmes no propósito de resistência aos atos de repressão e intimidação ditatoriais. Partidos de esquerda se uniram e fundaram o *Consejo Democrático del Pueblo* (CODEP), lançando em 31 de dezembro de 1965, um manifesto para “[...] lutar contra a opressão militar e com o propósito de conseguir o exercício pleno da democracia” (ANDRADE, 2007, p. 139).

No ano seguinte, foi constituído um “Comitê de Defesa dos Trabalhadores”, com o objetivo de suprir a ausência da *Central Obrera Boliviana (COB)*, que estava impedida de atuar devido ao controle do governo sobre os sindicatos. Nas minas, foram organizados sindicatos clandestinos, que, sob intensa vigilância, buscaram meios de enfrentamento ao regime militar.

Nos anos que se seguiram, após o golpe militar, em 1964, a Bolívia passou a vivenciar um período de tirania e coerção por parte dos grupos de repressão. Vários crimes contra os direitos humanos foram praticados: “[...] desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura, falta de devido processo para presos políticos, execuções extrajudiciais, restrições indevidas à liberdade de circulação e de expressão. Centenas de pessoas tiveram que permanecer no exílio” (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2014, p. 05).

Eduardo Galeano, no texto *A festa de São João*, extraído da obra *Memória do Fogo: o século do vento*, destaca a dimensão da violência e da perseguição sofrida pelos mineiros e

praticada pelo regime ditatorial do período. O autor afirma: “[...] o general Barrientos acredita que cada mineiro é ninho de um obstinado terrorista” (GALEANO, 1998, p. 255). Essa visão dos líderes militares se devia ao fato de o minério constituir a base da economia boliviana, naquele contexto histórico, e os trabalhadores, responsáveis pela sua extração, por meio de sindicatos organizados, constituírem-se nos principais oponentes às políticas econômicas de expatriação das riquezas da nação para benefício próprio, ou de seus colaboradores internacionais.

No ano de 1967, já cansados da interminável batalha contra a política econômica e social ditada pelo governo, os mineiros das minas de estanho, liderados por seus sindicatos, reuniram-se e planejaram uma série de eventos para reivindicar a restituição dos seus direitos negados pelo Estado. Não obstante, esse processo resultou no trágico e fatídico Massacre de San Juan.

Em 1969, René Barrientos Ortuño foi vítima fatal de um acidente de helicóptero em Arque, na Bolívia. Entre os meses de abril desse ano e agosto de 1971, a Bolívia foi presidida por três governantes: Luís Adolfo Siles Salinas, Alfredo Ovando Candia e Juan José Torres Gonzáles. Este último foi deposto do cargo por meio de um golpe de Estado deflagrado pelo general Hugo Banzer Suárez, que assumiu o governo do país.

O último período ditatorial da Bolívia foi conduzido por Luis García Meza Tejada (1981-1982). Esse governo mantinha relações estreitas com o narcotráfico, sendo considerado o mais violento, corrupto e sanguinário líder ditatorial da história da Bolívia. Adotou métodos repressivos terroristas aplicados pelas ditaduras chilena e argentina, como o sequestro, a tortura, a morte/desaparecimento.

Ainda, o governo García Meza foi marcado pela violação de direitos fundamentais do cidadão, dentre eles, o direito à liberdade, à igualdade e à segurança. Disseminou, assim, o medo e a insegurança em todo o solo boliviano. Conforme relata Andrade (2007):

O general Garcia Meza desfechou um dos mais brutais golpes de Estado da América Latina. Em La Paz grupos paramilitares invadiram a sede da COB atirando. Os dirigentes mineiros Gualberto Vega e Carlos Flores e o dirigente e ex-ministro pelo Partido Socialista Marcelo Quiroga foram assassinados friamente na frente de seus companheiros. O objetivo era disseminar o terror entre os dirigentes e desarticular qualquer resistência (ANDRADE, 2007, p. 129).

A nação boliviana e sua população viveram entre os anos de 1964 e 1982 sob a impiedosa administração e controle das ditaduras militares e dos carrascos que as presidiram nesses períodos. Foram tempos sombrios em que a violência, a repressão, a morte e o exílio

buscaram silenciar as vozes que se levantavam contra os horrores e os abusos praticados pelo regime militar e seus líderes. Também houve a dilapidação dos recursos naturais e a exploração desmedida da classe trabalhadora.

Os traumas e cicatrizes deixados no coração e na história desse povo são irreparáveis e suas consequências na vida pública, uma crise política, social e econômica de grandes proporções. Todavia, essa gente não desistiu da luta nem deixou de acreditar na força da união com os pares, forma de enfrentamento às dificuldades apresentadas. Em outubro de 1982, Hernán Siles Zuazo assumiu a presidência do país, encerrando esse período nebuloso da história boliviana e com a proposta de novos tempos para a nação.

4.1.3 Um furacão de balas: o derramamento de sangue inocente na festa de San Juan

Desde o início da exploração, na Montanha de Llallagua, os trabalhadores foram subordinados a uma jornada de trabalho abusivo e a condições aviltantes. Cedo, compreenderam a necessidade da união da classe na luta contra as maquinações e a tirania de governos ditatoriais e suas políticas econômicas e sociais, as quais privilegiavam os magnatas bolivianos e os investidores estrangeiros, sendo os Estados Unidos o principal deles.

Imagem 5 Montanha e povoado de Llallagua.



Fonte: <<https://ptbr.facebook.com/TIERRAMINERATURISTICA/photos/a.166031197291756/322724478289093/?type=3&theater>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

No ano de 1944, em meio aos constantes confrontos entre o governo e os mineiros, durante o Congresso Mineiro em Huanuni, Oruro, foi fundada a Federação dos Mineiros da Bolívia (FSTMB), que passou a representar e defender as suas reivindicações. Após a

Revolução Boliviana (1952), Juan Lechín, ministro de Minas e Petróleo do Governo e membro do MNR, fundou a Central Operaria Boliviana (COB).

As minas de Llallagua logo se tornaram os centros revolucionários da Bolívia. Nelas se formaram os grandes líderes do movimento, representantes engajados que mantinham os mineiros em torno de si, na luta por propósitos comuns. Esses desbravadores, dada sua atuação junto à classe, acabaram se constituindo os alvos das perseguições dos ditadores bolivianos.

Como forma de facilitar a comunicação com as diferentes minas e povoados do entorno de Llallagua, foram criadas as rádios difusoras, que, gradativamente, tiveram sua capacidade de alcance ampliada e modernizada. Na *Siglo XX*, havia a emissora “La Voz del Minero, primeira emissora mineira” (LÓPEZ VIGIL, 1984, p. 07), coordenada pelos sindicatos mineiros e a Rádio Pio XII, dirigida pelos padres da Igreja Católica que tinham a missão de manter a região informada de todas as atividades políticas, econômicas e sociais da nação boliviana.

Nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, as lutas entre os sindicatos e o governo Barrientos se intensificaram. “Em maio de 1965, como um caso quase sem precedentes na história do trabalho moderno, o ditador decretou a redução dos salários dos trabalhadores mineiros da COMIBOL em 40%” (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 179). Esse fato intensificou o enfrentamento entre o governo e os mineiros, não havendo trégua de nenhum dos lados.

Em março de 1965, Ernesto Guevara, o lendário “*Che*”, e sua guerrilha chegaram à Bolívia, acirrando as batalhas já existentes no solo mineiro. O governo, assessorado pela Agência Central de Inteligência América (CIA), detectou a presença do líder revolucionário no território boliviano, inferindo haver uma aliança dele com os sindicatos de trabalhadores de estanho.

Certos da união entre os dois segmentos, as guerrilhas do Che e sindicatos mineiros, e cientes das implicações que resultariam dessa união, as forças armadas bolivianas e a CIA traçaram um plano estratégico para desestabilizar e destruir tais ligações. Isso ocorreu sob o pretexto de que esses grupos estariam se aliando para destituir o governo de Barrientos, erguido sob o voto e apoio popular. O governo tinha claro que

Os mineiros, particularmente os do eixo Huanuni-Catavi, eram, nessa época, o sector social mais combativo e um baluarte da oposição à política oficial, o único capaz de ser um obstáculo para o governo e, portanto, o único susceptível de se tornar um aliado significativo da guerrilha (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 15).

As primeiras medidas adotadas pelo governo foram a tomada das minas pelo exército e a decretação do Estado de Sítio em todos os centros mineiros de *Llallagua*. Medidas que imediatamente provocaram, como reação dos sindicatos, a organização de um Ampliado da Federação dos Mineiros, a realizar-se no distrito de Catavi/Siglo XX, no dia 24 de junho, tendo como pautas de reivindicação: “[...] reposição dos salários vigentes até maio de 1965, reincorporação dos dirigentes e trabalhadores da base retirados depois de maio de 1965 e apoio às ‘guerrilhas’ com alimentos e medicamentos” (LORA, 1980, p. 01).

As semanas, dias e horas que antecederam o Ampliado foram marcadas por uma série de acontecimentos que deflagrariam o massacre de San Juan: “[...] a greve dos mineiros foi intensificada em Oruro, Catavi, Século XX e Huanuni” (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 187); “[...] as minas de Huanuni foram declaradas ‘território livre’, enquanto nos outros distritos próximos, Catavi e Siglo XX, os trabalhadores declararam estado de emergência” (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 188); proibição de funcionamento das rádios mineiras pelo governo. “Nas cidades, estudantes universitários e escolas, declararam o ‘estado de emergência’, enquanto a polícia e outros órgãos repressivos do Estado exerceram repressão” (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 190).

Nesse clima hostil e de intensa tensão, ante o premente choque entre os mineiros e o exército, posicionado dentro do povoado em Llallagua, chega o dia marcado para a realização do Ampliado da Federação dos Mineiros, que coincidia com os festejos de San Juan, festa religiosa de grande tradição em toda a região mineira.

Enquanto a população preparava a festa da noite de San Juan, no dia que antecederia o Ampliado, membros representativos do movimento mineiro e de outras localidades, assim como de outros segmentos, chegaram ao povoado. O fluxo de pessoas era intenso e se misturava aos festejos.

A noite de São João “[...] é considerada a noite mais fria do ano e é celebrada com fogueiras ao ar livre; trata-se de uma festa na qual participam todos os membros da família, se explodem fogos de artifício” (TERÁN; CASTILLO; CÁRDENAS, 2016, p. 190). Ainda, nessa festa, havia um grande consumo de bebidas alcoólicas, dança e muita alegria, que atravessavam a noite.

Barrientos, conhecedor da tradição folclórica da Festa de São João e de suas práticas, juntamente com as forças armadas do país e a CIA planejaram o massacre ao povoado de Llallagua. O objetivo da ação era desarticular os movimentos sindicais contrários ao governo militar e a suposta ligação deles com as guerrilhas, bem como disseminar o medo e o terror no território ocupado pelas minas Século XX e A Salvadora.

Apesar de todos os conflitos vivenciados e o iminente confronto, os mineiros, os cidadãos de *Llallaga* e a maioria dos convidados para o Ampliado que aconteceria no dia seguinte, entregaram-se às festividades. Beberam, comeram, soltaram fogos, dançaram e se divertiram durante toda a noite. Porém, enquanto eles se divertiam, todas as tropas ditatoriais mais os *Rangers* aguardavam nos morros e entornos do lugarejo, o momento ideal para atacarem, ou seja, o final da festa, quando grande parte dos foliões já teria retornado às suas casas, restando nas ruas da cidade apenas os embriagados pelo excesso de álcool consumido durante a comemoração e, dessa forma, sem condição de reação ao ataque surpresa. Galeano relata os acontecimentos daquela noite do dia 24 de junho.

Nesta noite de São João, enquanto acontece a melhor das festas, o exército se esconde nas montanhas. Quase nada se sabe aqui dos guerrilheiros do distante rio Ñancahuazú, embora digam que dizem que lutam por uma revolução bela e jamais vista, como o mar; mas o general Barrientos acredita que cada mineiro é ninho de um obstinado terrorista. Antes do amanhecer, no fim da festa de São João, um furacão de balas arrasa o povoado de Llallagua (GALEANO, 1998, p. 255, grifo nosso).

Galeano, no livro *O caçador de Histórias*, no texto *Por que escrevo/1*, rememora a experiência vivida junto aos mineiros de Llallagua, por um espaço de tempo. Ele conta que, na noite anterior a sua partida, os operários fizeram uma festa de despedida como forma de comemoração pela sua breve estadia no meio deles e seu regresso ao seio familiar. Quando perceberam que as horas de convivência estavam chegando ao final, fizeram-lhe um apelo, que o deixou sem ação:

- Agora, conta pra gente como é o mar.
E eu fiquei meio atônito porque não me vinha nenhuma ideia. Os mineiros eram homens condenados à morte antecipada nas tripas da terra por causa do pó de sílica. [...] Eu sabia que eles jamais veriam o mar, que iam morrer muito antes de qualquer possibilidade de ver o mar, porque além do mais estavam condenados pela miséria a não sair daquele humildíssimo povoado de Llallagua (GALEANO, 2016, p. 238).

Esse relato do escritor acerca da noite anterior a sua partida de Llallagua, contribui para a compreensão da comparação feita por ele entre a revolução e o mar, no texto *A festa de São João*, “Quase nada se sabe aqui dos guerrilheiros do distante rio Ñancahuazú, embora digam que lutam por uma revolução bela e jamais vista, como o mar;” (GALEANO, 1998, p. 255).

Galeano é incisivo ao afirmar que contemplar o mar era um sonho impossível para aqueles miseráveis trabalhadores, dadas suas condições financeiras e geográficas, assim também se configurava o ideal de uma revolução que colocaria um fim à ditadura militar na Bolívia, libertando-os das mãos dos ditadores e de suas inclementes práticas terroristas. Isso

porque uma das estratégias militares era atuar na surdina, quando a vítima estava desprotegida e indefesa, alvo fácil para o inimigo.

Dadas as circunstâncias, quando o tiroteio começou, às 04h30min, o povoado não se deu conta de que se tratava de um atentado das forças armadas contra seus moradores. Nos primeiros momentos, pensaram se tratar de dinamites ou disparos de armas de fogo, costume habitual nesses eventos.

As tropas de Barrientos foram impiedosas, entraram na cidade atirando para todos os lados, matando à queima roupa homens, mulheres e crianças que encontravam pela frente. Os gritos de surpresa, desespero e dor ecoaram por todos os cantos do povoado. Nas ruas e mesmo dentro das casas, pessoas foram assassinadas sem tempo sequer para expressar algum tipo de reação.

Imagem 6 Aniversario. La masacre de San Juan.



Fonte: <<https://www.laizquierdadiario.com.bo/La-masacre-de-San-Juan>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Ao amanhecer do dia, o povo mineiro, já sacrificado e penalizado pela luta diária em busca da sobrevivência, experimentou a infinita tristeza e o desespero de contemplar parentes, amigos e companheiros de luta enfileirados e sem vida no solo da montanha sagrada. Momentos de angústia e consternação vivenciados pelos moradores das minas Século XX e A Salvadora narrados por Eduardo Galeano: “Parece fulgor de ossos a luz do novo dia. Depois o sol se esconde atrás das nuvens, enquanto os párias da terra contam seus mortos e os levam em

carretas. Os mineiros marcham por uma ruela de barro de Llallagua” (GALEANO, 1998, p. 255).

Apesar disso, os comandantes da matança não deram trégua. Quando o dia clareou, o exército invasor já havia tomado todo o complexo mineiro. Ambulâncias levavam os feridos para os hospitais, a população auxiliava nos cuidados com as vítimas e familiares, os mortos eram contados pela comunidade e preparados para o sepultamento. Quanto ao número de vítimas, López Vigil afirma

Morreram 26 mulheres, crianças, gente inocente. E feridos, cerca de cem. Esta foi a "façanha" do Major Pérez, que foi ordenado pelo Coronel Villalpando, que foi ordenado pelo General Prudencio, que foi ordenado por Barrientos. E atrás de Barrientos, os 26 assessores norte-americanos que dirigiam a COMIBOL. Por cada consultor, um cadáver (LÓPEZ VIGIL, 1984, p. 75, grifo do autor).

Na tarde daquele mesmo dia, “Os mineiros marcham por uma ruela de barro de Llallagua. A procissão atravessa o rio, leito de suja saliva entre pedras, e pelo vasto pampa chega ao campo-santo de Catavi” (GALEANO, 1998, p. 255-256). A planície, a montanha e toda a vegetação que as cobre se solidarizam com a imensa dor e o abatimento no coração dos mineiros. O rio, assim como os mineiros, suplica aos céus por misericórdia ante a degradação e as atrocidades sofridas.

O céu e a terra, como em forma de protesto, “Não tem sol o céu, imenso teto de estanho, nem à terra fogueira que a aqueçam. Jamais esteve esta estepe tão gelada e tão solitária” (GALEANO, 1998, p. 256). Homens e natureza se unem no último adeus a seus familiares e amigos. A escuridão na amplidão do firmamento refletia a angústia e o abandono presentes no espírito daquela multidão que, estarecida, acompanhava os seus até a sua morada definitiva.

Que desolação, que padecimento, que agonia, que revolta se apoderam de cada um, diante da inevitável separação e da injustiça vivenciada! “Há que cavar muitos poços. Corpos de todos os tamanhos jazem em fila, estendidos, esperando” (GALEANO, 1998, p. 256), e os algozes ali como vitoriosos, como um carrasco que não se condói da sua vítima. A ferida exposta na alma sangrou e eles foram privados da intimidade e da lágrima derradeiras.

Diante de tamanha fatalidade, num ato de desespero e indignação com a situação a que foi submetido o povo mineiro de Llallagua, “Do alto do muro do cemitério, uma mulher grita” (GALEANO, 1998, p. 256). Grita contra o infortúnio, a injustiça, a crueldade imposta pelos militares àquela gente trabalhadora e humilde.

Mas quem é essa figura feminina que ousa desafiar o regime ditatorial na presença de tão inclemente exército?

4.2 O grito que ressoa na memória coletiva

O inimigo principal, qual é? A ditadura militar?
A burguesia boliviana? O imperialismo?
Não, companheiros.
Eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo.
Temos medo por dentro.

Domitila Barrios de Chungara

Imagem 7 La memoria revolucionaria de Domitila Chungara.



Fonte: <http://www.comibol.gob.bo/noticia/201A_la_memoria_revolucionaria_de_Domitila_Chungara>. Acesso em: 21 nov. 2021.

O narrador encerra a vinheta *O dia seguinte* com a seguinte declaração: “Do alto do muro do cemitério, uma mulher grita” (GALEANO, 1998, p. 256). Na vinheta seguinte, ele retoma a narrativa já apresentando a autora do inusitado ato. “Domitila grita contra os assassinos, do alto do muro” (GALEANO, 1998, p. 256).

Ao empregar o hipérbato e a hipérbole, na primeira proposição, o narrador confere destaque ao lugar de onde a mulher grita: “do alto do muro”. Na segunda, por meio da ordem direta ele traz para o centro da ação diegética a figura de Domitila, mulher mineira da mina Século XX, em Llallagua, região de Potosí, na Bolívia.

A estrutura adotada por Galeano visa destacar o protagonismo de Domitila, uma mulher, pobre, mineira e mestiça, que, em um gesto de revolta e ousadia, afronta os militares que provocaram a tragédia no povoado de Llallagua. Ela escolhe o “alto do muro”, como a reivindicar a atenção dos presentes para si, ao protestar contra as injustiças e o abuso de poder

do governo ditatorial contra os trabalhadores das minas bolivianas. Mas quem é a personagem posta em evidência no relato do escritor uruguaio?

No texto intitulado por Galeano como *Domitila*, parte constitutiva da obra *Memória do Fogo: o século do vento*, o narrador a descreve da seguinte maneira

Ela mora em dois cômodos sem latrina nem água, com seu marido mineiro e sete filhos. O oitavo filho anda querendo sair da barriga. Cada dia Domitila cozinha, lava, varre, tece, costura, ensina o que sabe e cura o que pode, e além disso prepara cem empanadas e percorre as ruas buscando quem compre (GALEANO, 1998, p. 256).

O fragmento destaca que Domitila era uma mulher mineira, pobre, mãe e esposa, que vivia com sua família em situação de extrema pobreza. Através do emprego da gradação “Cada dia Domitila cozinha, lava, varre, tece, costura, ensina o que sabe e cura o que pode, e além disso prepara cem empanadas e percorre as ruas buscando quem compre”, o narrador descreve e enfatiza a rotina diária vivenciada por ela. Além de realizar as atividades de dona de casa, com poucos recursos financeiros, Domitila ainda preparava e vendia empanadas pelas ruas da cidade, contribuindo com o aumento da renda familiar e seu conseqüente sustento.

Na sequência narrativa, o narrador relata que “Por insultar o exército boliviano, levam-na presa. Um militar cospe em sua cara” (GALEANO, 1998, p. 256). Isso porque Domitila era também a dirigente do Comitê de Donas de Casa da mina Século XX, associado ao sindicato mineiro e à Central Operária Boliviana (COB). Mulher de luta e enfrentamento ao governo militar em prol da conquista do direito à palavra, melhoria salarial e condições de trabalho e de vida para o povo mineiro.

A fim de compreender o protagonismo de Domitila na batalha contra a repressão militar, faz-se necessário conhecer sua história de vida e o engajamento político que a levaram a protagonizar conquistas que mudaram o rumo histórico da nação boliviana.

4.2.1 A formação da voz da mulher que fala do alto do muro

Domitila Barrios Cuenca nasceu no dia 7 de maio de 1937, na mina Século XX. Após seu casamento, adota o sobrenome do esposo, passando a assinar Domitila Barrios de Chungara. Filha de Ezequiel Barrios Cuenca, indígena de origem quéchua-aymara, foi dirigente sindical e combatente na guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai, nos anos de 1932 a 1935. Devido à atuação política, foi perseguido pelos regimes governamentais da época, deportado por três vezes a lugares distantes das minas de Potosí. A mãe de Domitila era da cidade de Oruro, distrito próximo à Llallagua.

Quando estava com dez anos de idade, Domitila perdeu a mãe que, no nascimento da última filha, por cesárea, foi acometida por uma grave infecção que a levou à morte, em virtude de negligência médica (GARCÉS, 2019, p. 40). No leito de morte, ela fez o pai de Domitila prometer que deixaria a militância política e se dedicaria à educação das filhas. Ele, entretanto, não deixou de participar das causas sindicais e dos problemas que envolviam a classe mineira; passou a se reunir com os grupos na própria residência e, nessas reuniões, orientava os mineiros na luta contra as injustiças a que eram submetidos pelas lideranças governamentais.

Nas noites em que esses encontros aconteciam, Domitila fingia dormir com as irmãs, mas ouvia com atenção as discussões dos presentes e as orientações que o pai ministrava sobre as questões políticas e sociais vividas pelos trabalhadores bolivianos, bem como a atuação do governo nessas questões. Às vezes, algumas dessas conversas aguçavam sua curiosidade, então, no dia seguinte, questionava o pai sobre o tema em pauta na reunião e ele, de forma lúdica, didaticamente, explicava-lhe os emaranhados fios da vida em sociedade.

Com a partida prematura, sua mãe deixou cinco filhas órfãs. O pai, desgostoso com a trágica perda, passou a beber, deixando as meninas a maior parte do tempo sozinhas por causa do trabalho e da bebida. Domitila conta: “[...] vivíamos sozinhas quase sem nada. Não tínhamos amigos, não tínhamos brinquedos. [...] vivíamos num mundo à parte. Nós e ninguém mais, brincávamos na cozinha, contávamos histórias e cantávamos” (VIEZZER, 1978, p. 58). Sendo Domitila a mais velha, ela abandonou os estudos e assumiu precocemente a maternidade das irmãs.

O sofrimento provocado pela dor da separação materna levou Domitila a se revoltar por pertencer ao gênero feminino, pois acalentava no coração a certeza de que sua mãe morreu por ser mulher; “[...] as pessoas nos olhavam e diziam: Aí, pobrezinhas, cinco mulheres, nenhum homem... para que servem? ... Seria melhor se morressem” (VIEZZER, 1978, p. 66). O pai, ao perceber a inquietação da primogênita, reuniu as filhas e com uma linguagem clara e simples lhes explicou: “[...] todas as mulheres têm os mesmos direitos que os homens. E dizia que nós podíamos fazer tudo o que os homens fazem” (VIEZZER, 1978, p. 67).

Com o passar do tempo e as crianças um pouco maiores, Ezequiel, preocupado com a educação das filhas, foi à escola com Domitila e conversaram com o diretor, que a autorizou a levar as meninas para a sala de aula, enquanto ela realizava suas atividades escolares, pois a situação financeira da família era péssima e não tinham com quem deixá-las. Alguns professores compreendiam e aceitavam a presença das irmãs de Domitila na escola, outros não, aumentando as dificuldades e padecimentos sofridos pelas cinco garotas.

Após dois anos de cotidianos sacrifícios para se manter estudando, uma das professoras não permitiu mais que as meninas permanecessem na sala junto com Domitila. Para não ter que abandonar a escola novamente, temerosa em deixar as irmãs sozinhas dentro da casa escura e sem janelas, passou a deixá-las na rua, no período em que estava ausente. O pai desaprovava a decisão da filha em continuar estudando e sugeriu a Domitila que abandonasse a escola de vez, sob a alegação de que ela já sabia ler, sendo possível continuar a aprendizagem por seus próprios méritos. A garota se negou a acatar a opinião do pai e, resolutamente, deu continuidade ao processo já iniciado.

Então, mais uma fatalidade assombrou a vida de Domitila. “Um dia, a menor comeu cinza de carvão que havia no lixo, [...] Haviam jogado comida sobre a cinza e minha irmãzinha, creio que de fome, comeu aquilo. Ela teve uma terrível infecção intestinal e morreu. Tinha três anos” (VIEZZER, 1978, p. 63).

Diante do ocorrido, Domitila ficou entristecida, pois julgava ser a culpada pela morte da irmã. Seu pai, para piorar esse sentimento de culpa, acusava-a de ser a responsável pelo acidente, uma vez que ela persistiu em seus estudos, negando-se a deixar a escola para dedicar mais tempo e atenção ao cuidado das menores. A tragédia também fez com que Domitila começasse a refletir sobre as diferenças e desigualdades sociais a sua volta, o que promoveu nela uma tomada de consciência em relação às injustiças praticadas contra aqueles que viviam à margem da sociedade.

Com a morte da criança, Ezequiel solicitou à mineradora de Pulacayo uma casa melhor e mais confortável, onde as filhas pudessem viver sem correr riscos, como aquela que vitimou sua pequena nas ruas da cidade. A empresa atendeu ao pedido, e a família se mudou para a nova casa. Domitila passou a dedicar-se mais às irmãs, porém não abriu mão de frequentar a escola e continuar seus estudos. Com a ajuda e o incentivo de um professor, que conheceu no sexto ano, ela concluiu essa etapa de ensino, sendo contratada, logo a seguir, para trabalhar em um armazém da cidade.

Nessa época, o pai decidiu se casar novamente. A madrasta, desde o início do relacionamento, demonstrou seu descontentamento com as enteadas, não tardando a maltratar as menores com palavras e agressões físicas. Um dia, ao voltar do trabalho, Domitila surpreendeu a mulher de seu pai, batendo na caçula. Não aceitou a agressão sofrida pela irmã. Então, em um ato extremado, as duas, madrasta e enteada, partem para um confronto físico. A mulher, como forma de vingança, passou a afrontar a imagem de Domitila ao pai, que acreditou nas mentiras proferidas pela esposa.

Após vários conflitos com o pai e a esposa, os desentendimentos e as agressões se intensificam e Domitila não teve outra opção a não ser deixar a casa paterna e buscar um novo caminho para recomeçar sua história. Ela encontrou em René Chungara Barrios, seu futuro marido, a parceria e o apoio necessários para iniciarem uma nova jornada.

Com base no exposto, percebe-se que, desde o seio materno, Domitila vivenciou um sem número de provações e traumas, aprendendo com a família a não se deixar abater e paralisar diante deles, também a lutar e a negociar com seus oponentes, mesmo quando eles se encontravam dentro do seu próprio lar, por seus ideais, alimentando no seu dia a dia a crença em dias melhores para sua vida e a de seus familiares.

4.2.2 O ativismo político de Domitila. Eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo

Pouco depois de Domitila se casar com René Chungara Barrios ambos nascidos na mina Século XX, em Llallagua, decidiram retornar ao lugar de origem e ali construírem a nova etapa de vida que se iniciava. Firmes nesse propósito, René começou a trabalhar no interior da mina na extração de minério, principalmente, do estanho; já Domitila encarregava-se das atividades domésticas e dos filhos que se somaram.

Como menciona Galeano, “Cada dia Domitila cozinha, lava, varre, tece, costura, ensina o que sabe e cura o que pode, e além disso prepara cem empanadas e percorre as ruas buscando quem compre” (GALEANO, 1998, p. 256). Ainda, encontrava tempo para frequentar as reuniões das Testemunhas de Jeová, crença em que fora iniciada por seu pai.

Em 1963, devido a um incidente com o esposo, Domitila conheceu o Comitê de Donas de Casa, quando, mais uma vez, o governo militar havia encarcerado líderes sindicais mineiros. Domitila relatou que alguns dirigentes, “Escobar e Pimentel tinham ido a um Congresso de Trabalhadores em Colquiri, juntamente com o dirigente de Huanuni que era Jorge Saral. Quando eles voltavam do Congresso, fizeram-lhes uma emboscada e os prenderam” (VIEZZER, 1978, p. 97).

A reação à prisão arbitrária dos representantes dos sindicatos mineiros não tardou em acontecer. Assim que os mineiros souberam que havia chegado em Catavi um grupo de estrangeiros, da embaixada americana, para uma reunião com a COMIBOL, decidiram fazê-los reféns e negociar a soltura deles em troca da libertação de seus líderes.

Como os homens estavam exaltados, porque acreditavam que os militares haviam assassinado os representantes sindicais, queriam matar enforcados os estrangeiros, como

vingança e forma de enfrentamento ao governo ditatorial. Norberta, então presidente do Comitê de Donas de Casa, interveio e argumentou com os trabalhadores fazendo-os compreender que não era a hora de uma medida tão drástica, que o melhor a fazer era prendê-los e negociar a troca deles pelos seus companheiros.

Os mineiros questionaram a Norberta sobre quem se incumbiria da tarefa de mantê-los presos e sob guarda constante até o fim da negociação. A presidente do Comitê, em um gesto de coragem e engajamento na luta dos esposos mineiros, abraçou a causa e assegurou aos trabalhadores que os membros do Comitê se encarregariam da missão, enquanto eles acordavam a troca dos prisioneiros com o governo da nação. “Em seguida arrumaram a coisa, puseram os reféns na biblioteca do Sindicato e, imediatamente, através da rádio, a companheira Norberta chamou a todas as mulheres para cumprir com sua obrigação naquele momento” (VIEZZER, 1978, p. 97).

Nesse meio tempo, o esposo de Domitila havia ido para o trabalho, como de costume, contudo não retornou a sua residência no final do expediente, como fazia todos os dias. Ela passou aquela noite em claro, desesperada com a falta de notícias do marido. Assim que amanheceu, saiu à procura do cônjuge, angustiada com o seu desaparecimento. Foi à empresa, aos lugares onde ele costumava ir e nada, ninguém sabia do paradeiro de René. Então, decidiu ir ao sindicato; chegando lá, foi revistada pelas mulheres responsáveis pela entrada e saída de pessoas, que a informaram da presença de René. Tão logo soube que ela estava ali a sua procura, saiu ao encontro dela.

O marido de Domitila estava feliz em participar daquele importante momento de luta do povo mineiro. Dessa forma, ia apontando para ela as mulheres que se desdobravam na guarda dos estrangeiros, mulheres de diferentes faixas etárias. Ele chamou a atenção de Domitila para uma senhora já de idade avançada, de cabelos brancos, que estava naquele turno de vigilância e disse-lhe: “_ E você, sua fresca, na certa que estava feliz, dormindo a noite inteira” (VIEZZER, 1978, p. 100).

Norberta, ouvindo a fala de René se aproximou e partiu para a defesa de Domitila. René com ironia responde a Norberta: “Qual o quê!... Esta fresca... ela cuida só dos filhos!...” (VIEZZER, 1978, p. 100). Ela não lhe deu ouvidos, voltou-se para Domitila e a convidou para ajudar as outras mulheres em um dos turnos de guarda, e a mineira, magoada com a atitude depreciativa do marido em relação a ela, aceitou prontamente o convite e se colocou à disposição do Comitê para cobrir os três períodos organizados. A prisão dos visitantes americanos em Llallagua durou vários dias, e os mineiros não tiveram o êxito esperado com a

ação. Contudo, isso não fez os membros do Comitê arrefecerem seu desejo de participação nos conflitos entre mineiros e governo.

Esse episódio marcou o ingresso de Domitila no Comitê de Donas de Casa e o início de uma longa e incansável trajetória em defesa dos direitos dos trabalhadores mineiros. Conforme suas palavras: “Esse lugar me viu nascer e depois me ensinou a lutar, me deu sua coragem. Pela sabedoria deste povo, pude ver claro todas as injustiças e isto acendeu no meu ser uma chama que somente a morte apagará (VIEZZER, 1978, p. 73).

Em seu testemunho a Viezzer, Domitila ressalta a relevância da mina de Llallagua em sua história de vida, tal como o exemplo de cidadania e engajamento do pai na defesa dos sacrificados e injustiçados da sociedade boliviana: “Na mina Século XX, sim, comecei a interessar-me, a ver a luta e os sofrimentos das pessoas. E isso foi despertando em mim um grande respeito pelo meu pai e pela causa à qual ele havia se entregado” (VIEZZER, 1978, p. 82).

Desde então, Domitila passou a participar regularmente do Comitê de Donas de Casa, das reivindicações à COMIBOL para melhoria no abastecimento dos alimentos vendidos no armazém da empresa (*pulperías*) aos trabalhadores, das mobilizações sindicais e dos embates às políticas governamentais do regime militar, que a cada dia restringia os direitos dos trabalhadores, aumentava a carga de trabalho e reduzia os salários pagos a eles. Domitila defendia que as penas impostas ao trabalhador recaíam também sobre as famílias, pois “[...] explorando ao mineiro, exploram também não só a sua companheira, mas também até os seus filhos” (VIEZZER, 1978, p. 38).

Domitila argumentava que a mulher mineira compartilhava com o esposo todas as dificuldades vividas, buscando amenizar essa realidade com a dupla jornada: afazeres domésticos, cuidado com os filhos e trabalhos autônomos, uma vez que, “Ainda que ela esteja somente na casa, de todos os modos ela está metida em todo o sistema de exploração em que seu companheiro vive, seja trabalhando na mina ou na fábrica, ou onde quer que seja” (VIEZZER, 1978, p. 39).

Destarte, ao tornar-se membro ativo do Comitê, Domitila ergue duas bandeiras principais de luta, que a acompanharão até o final da sua existência: a atuação e a valorização da mulher na economia familiar e na vida pública; o direito à vida, à liberdade, à educação e ao emprego digno para os trabalhadores bolivianos.

A líder mineira acreditava que somente com a união de todos os membros da família, mineiros e organizações sindicais seria possível derrotar o inimigo comum: a ditadura militar e as políticas públicas adotadas por eles. Ela afirmava que

Por isso me parece muito importante que os revolucionários ganhem a primeira batalha no nosso lar. E a primeira batalha a ser ganha é a da participação da companheira, do companheiro, dos filhos, na luta da classe trabalhadora, para que este lar se transforme numa trincheira intransponível para o inimigo. Porque, se a gente tem o inimigo dentro da própria casa, então será uma arma a mais que o inimigo comum pode utilizar com um fim perigoso. Por isso é necessário ter bem clara a idéia de nossa situação e deixar para sempre a idéia burguesa de que a mulher deve ficar no lar e não se meter em outras coisas, como por exemplo, em assuntos sindicais e políticos (VIEZZER, 1978, p. 39).

Ao defender e pleitear a participação feminina nos embates sociais e políticos, Domitila não tinha a pretensão de que a mulher fosse superior ao homem, ou que ele lhe fosse submisso. O anseio de Domitila não era que houvesse uma competição entre eles, mas, sim, a união entre os dois sexos no confronto às injustiças, à exploração e à tirania dos governos ditatoriais. Ela afirma: “[...] o primeiro e principal trabalho não consiste em lutar contra nossos companheiros, mas sim, com eles, mudar o sistema no qual vivemos, por outro onde homens e mulheres tenhamos direito à vida, ao trabalho, à organização” (VIEZZER, 1978, p. 47-48). Domitila enfatiza

O importante para nós, é a participação do companheiro e da companheira em conjunto. Só assim poderemos lograr um tempo melhor, gente melhor e mais felicidade para todos. Porque se a mulher seguir ocupando-se somente da casa e permanecendo ignorante das outras coisas de nossa realidade, nunca teremos cidadãos que possam dirigir nossa pátria. Porque a formação começa do berço (VIEZZER, 1978, p. 47-48).

Para Domitila, era inconcebível que as mulheres fossem enclausuradas na vida privada, sem o direito de participar das discussões e opinar sobre o destino do país, destino esse que as afetava da mesma forma que aos homens. Segundo ela, na luta revolucionária todos eram importantes, ninguém poderia ser menosprezado ou posto de lado.

Somos uma máquina muito grande e cada um de nós é uma engrenagem. E por falta de uma engrenagem, a máquina pode deixar de funcionar. Então, é preciso saber dar a cada um o seu papel e saber valorizar o papel de cada um. Alguns são bons para falar bonito. Outros para escrever. Outros, para fazer número, para estar presente e ser um a mais na fila. Alguns de nós têm que sofrer, fazer este papel de mártir, outros têm que escrever a história. E assim todos devem colaborar (VIEZZER, 1978, p. 50).

Domitila Barrios buscava ser uma mulher exemplar, vivia o que pregava e pregava o que vivia. Seu testemunho marcou a classe mineira boliviana e suas palavras e atitudes levavam homens e mulheres a aderirem ao enfrentamento à ditadura militar. A presença da mineira e de suas companheiras do Comitê nos conflitos tornou-se constante, como, por exemplo, o enfrentamento entre os trabalhadores e o exército nos pampas de Sora-Sora, no ano de 1964.

No confronto, vários trabalhadores ficaram feridos, porém o exército não permitia que fossem resgatados pela equipe de socorro. Domitila e a secretária do Comitê de Donas de Casa de Huanuni, ambas grávidas, a primeira de quatro meses, a segunda de sete meses, foram até o local, em uma ambulância, na esperança de conseguirem realizar a façanha. Os militares as receberam a tiros.

Diante da resistência das tropas, a companheira de Domitila pediu aos socorristas que fossem buscar os feridos, todavia eles se negaram, amedrontados com a represália da guarnição. Então, ela ordenou-lhes que retirassem os aventais, vestindo um e passando o outro para Domitila.

A líder de Huanuni pediu que ela soltasse os cabelos, a fim de que os soldados vissem claramente se tratar de mulheres. Pegou um pedaço de pau amarrando na ponta dele um pano branco e se puseram na busca pelas vítimas. Os militares não reagiram à aproximação das duas mulheres, dando-lhes ânimo para seguirem adiante. Domitila relata que

Começamos a procurar no chão onde víamos rastros de sangue e começamos a levantar os feridos. Mas, era um esforço titânico que nós duas tínhamos que fazer. Imagine: ela grávida, eu grávida, tínhamos que levantar os corpos e leva-los até certo lugar. Dali fazíamos sinais para a ambulância e eles vinham com a maca para recolhê-los e levá-los. Nós voltávamos para buscar outro e outro (VIEZZER, 1978, p. 112-113).

O comprometimento com a causa de seu povo, sua simpatia, palavras simples, mas dotadas de uma força e verdade surpreendentes, essa mulher das minas de Llallagua, em pouco tempo, conquistou a admiração, o respeito e a confiança das companheiras do Comitê de Donas de Casa, dirigentes sindicais e a população do lugarejo. Foi, então, nomeada secretária geral da entidade feminina. Por outro lado, o destemor de Domitila nas constantes reivindicações por melhores condições de vida para os mineiros e suas famílias causou insatisfação e despertou a fúria da liderança militar da nação.

Essa mulher ousada, que não hesitava em enfrentar as autoridades ditatoriais e o exército na defesa do povo mineiro era a mesma que, revoltada com o massacre da população de Llallagua, na noite de São João, pelo exército boliviano e grupos de guerra americanos, “[...] do alto do muro do cemitério, grita contra os assassinos” (GALEANO, 1998, p. 256). Domitila expõe para Viezzer o teor de suas palavras naquela tarde de dor e desespero diante de tamanha violência e crueldade com representantes sindicais e habitantes da localidade.

_ Não é possível aguentar isso. Como é possível que matem a classe trabalhadora, que matem as pessoas que se sacrificam, que estão trabalhando, que estão enriquecendo o

país? Não é justo o que fizeram com a gente. Se o governo nos tirou o salário, a única coisa que pedimos é o que nos corresponde por justiça... e não é justo que nos matem assim. Covardes! Maricas! [...] Por que não vão para as montanhas? Lá há homens armados que estão esperando. Por que não lutar lá? Por que vêm aqui, matar pessoas sem defesa? (VIEZZER, 1978, p. 256).

Enfurecidos com a atitude e as palavras proferidas por aquela mulher, mineira e pobre, os militares a retiram do meio de sua gente e a levam com eles. “Por insultar o exército boliviano, levam-na presa” (GALEANO, 1998, p. 256). Domitila jamais poderia imaginar o suplício, as humilhações, as dores e as perdas que sofreria a partir daquele momento.

Na vinheta *O interrogatório de Domitila*, a voz que enuncia o terror vivido nas mãos dos militares é a da própria protagonista, que assume o seu papel como agente ativa no desenrolar dos eventos narrados, reconhecendo-se e constituindo-se como sujeito do próprio discurso.

Cuspiu na minha cara. Depois me deu um chute. Eu não aguentei e dei um sopapo nele. Ele tornou a me dar um murro. Arranhei a cara dele. E ele me batendo, me batendo... Botou o joelho aqui em cima do meu ventre. Apertou meu pescoço e estava por me enforcar. Parecia que queria arrebentar meu ventre. Mais e mais me apertava... Então, com minhas duas mãos, com toda minha força baixei minhas mãos nele. E não me lembro como, mas tinha agarrado seu punho e tinha mordido, mordido... Tive um asco terrível ao sentir na minha boca o seu sangue... Então, com toda minha raiva, tchá, em toda a sua cara cuspi seu sangue. Uma gritaria terrível começou. Me pegara aos chutes, gritava... Chamou os soldados e fez com que uns quatro me agarrassem... Quando despertei como de um sonho, estava engolindo um pedaço de meu dente. Senti ele aqui na garganta. Então notei que o fulano tinha me quebrado uns seis dentes. O sangue estava jorrando e nem os olhos nem o nariz eu podia abrir... E como se a fatalidade do destino fizesse, começou o trabalho de parto. Comecei a sentir dores, dores e dores, e logo já me vencia a criatura por nascer. Já não pude aguentar. E fui me agachar em um canto da cela. Me apoiei e cobri minha cara, porque não podia fazer nem um pouquinho de força. A minha cara doía como se fosse arrebentar. E num desses momentos, me venceu. Notei que a cabeça do bebê já estava saindo... e ali mesmo desvaneci. Não sei depois de quanto tempo: – Onde estou? Onde estou? Estava toda molhada. Tanto o sangue quanto o líquido que a gente põe para fora durante o parto tinham me molhado toda. Então fiz um esforço e acontece que encontrei o cordão do bebê. E através do cordão, esticando o cordão, encontrei meu bebezinho, totalmente frio, gelado, ali em cima do chão (GALEANO, 1998, p. 256-257).

Domitila, apesar do estado em que se encontrava, resistiu e tentou revidar as agressões do militar que a espancava “Cuspiu na minha cara. Depois me deu um chute. Eu não aguentei e dei um sopapo nele. Ele tornou a me dar um murro. Arranhei a cara dele. E ele me batendo, me batendo... Botou o joelho aqui em cima do meu ventre. Apertou meu pescoço e estava por me enforcar”. Ela não se deu por vencida e retribuiu a violência a que estava sendo submetida com uma terrível mordida no braço de seu carrasco. “E não me lembro como, mas tinha agarrado seu punho e tinha mordido, mordido... Tive um asco terrível ao sentir na minha boca o seu sangue... Então, com toda minha raiva, tchá, em toda a sua cara cuspi seu sangue”.

A recusa de Domitila em se sujeitar ao domínio do opressor só intensificou sua raiva e, conseqüentemente, a ferocidade de seus atos. “Me pegara aos chutes, gritava... [...] Quando despertei como de um sonho, estava engolindo um pedaço de meu dente. [...] Então notei que o fulano tinha me quebrado uns seis dentes. O sangue estava jorrando e nem os olhos nem o nariz eu podia abrir...”.

Os algozes de Domitila não se sensibilizaram com a sua condição de mulher grávida de oito meses de uma criança/um menino, nem de sua impotência e fragilidade diante de homens treinados para a guerra. Não tiveram piedade, tão pouco retrocederam em seu objetivo de impor sua superioridade, punir, fazer falar, denunciar pessoas das quais eles julgavam que ela fosse cúmplice. Trataram-na com perversidade desmedida e injustificável. Na continuidade da exposição sobre o interrogatório sofrido por seus verdugos, Domitila acrescenta ao exposto por Galeano.

Ali estavam outros militares. E me disseram que agora era para valer... que eu tinha machucado o filho de um coronel... e que ia custar caro. [...] Então me levaram outra vez à cela onde havia estado antes. Ali estava um homem vestido de civil, bastante furioso. De entrada, me deu um sopapo e disse: Esta é a cachorra que mordeu meu filho? Esta é a cachorra que marcou o rosto do meu filho? E me jogou no chão. Então, começou pisar-me as mãos, assim, seus pés em cima das minhas mãos, e dizia: Essas duas mãos nunca mais hão de fazer marcas no rosto do meu filho! Nem eu nem sua mãe nunca lhe pusemos a mão... E esta cachorra faminta... que é que você queria? Comer meu filho? Cachorra!... E me batia com muita raiva. Depois me disse: Está bem. Felizmente, é aqui que você está esperando seu filho. E no seu filho é que vou me vingar. E tirou uma faca e a começou afiar diante de mim... e me dizia que tinha bastante tempo para esperar que meu filho nascesse e que, com aquela faca, ia fazer picadinho dele (VIEZZER, 1978, p. 187-189).

Além da dor pelas agressões físicas e morais, vieram as dores do parto, pois, assim como ela, a criança no seu ventre também não podia mais resistir aos socos, chutes, pontapés e demais maus-tratos sofridos. Domitila não suportou o sofrimento e desmaiou. Quando despertou, recordou-se das cenas de horror que estava vivendo. Lembrou-se do filho amado e esperado por longos meses. Encontrou-o pelo cordão umbilical e puxando-o, encontrou-o imóvel e gelado no chão, onde também ela se encontrava deitada. Novamente perdeu os sentidos.

Quando voltou a si, um sargento estava realizando os primeiros atendimentos pós-parto nela. O quadro de Domitila era deplorável e, para piorar a situação, começou uma hemorragia. O sargento, certo de que se não a retirasse dali ela morreria, intercedeu por ela junto aos superiores, que demoraram a concordar com sua transferência. Domitila foi levada para uma clínica e tratada por um médico e, assim que se viu melhor, com a ajuda de outras

peessoas, partiu à procura do seu pai. Ao tomar conhecimento do quadro da filha, Ezequiel entrou em contato com um amigo militar e pediu-lhe ajuda para salvá-la das mãos do governo ditatorial. Esse conhecido se dispôs a colaborar, mas impôs-lhe como condição a partida de Domitila para Los Yungas, ecorregião de floresta tropical, na região central da Bolívia. Como não havia outra opção, partiu para o seu primeiro exílio.

Quando chegou no campo, em Los Yungas, Domitila estava gravemente doente física e emocionalmente, em decorrência da tortura vivida, do parto prematuro e da morte de seu filho. Ela se responsabilizava pelo óbito da criança, trazido ao mundo de uma forma tão triste e lamentável. A líder mineira, que não temia o general Barrientos e o exército sob seu comando, enfraquecida, pensa em desistir da militância.

Todavia, assim que recuperou a saúde e o controle emocional, ela voltou seu olhar para as dificuldades existentes na comunidade de Los Yungas. Inseriu-se na realidade e nas atividades desenvolvidas por ela e, juntamente com seu povo, dispôs-se a encontrar soluções e/ou alternativas que promovessem melhoria na sua qualidade de vida. Ainda, Domitila se dá conta da necessidade de ampliar seus conhecimentos sobre a história de dominação e resistência dos trabalhadores bolivianos ao longo dos séculos, bem como de mecanismos e estratégias que poderiam contribuir para a derrocada do sistema que escravizava os mineiros.

Domitila viveu por um ano e meio em Los Yungas, retornando à mina Século XX e à liderança do Comitê Donas de Casa no ano de 1969, com a morte do general René Barrientos Ortuño. A mineira levou na bagagem sua mais nova bandeira de luta: a defesa dos direitos do povo campesino e a firme convicção de sua missão como membro do Comitê das Donas de casa:

[...] eu não faço as coisas para as pessoas, nem para ficar bem com ninguém, mas sim porque tenho uma convicção, uma consciência e porque tracei um caminho. E desde pequena isso me ensinou a ser uma coisa real, a estar convencida de algo e ir até o fim sem dobrar-me. Eu estou convencida de que é necessário colaborar para a liberação do povo e que para isso, tem que sofrer (VIEZZER, 1978, p. 231).

O testemunho de Domitila é impactante, provocando naqueles que o leem emoções diversas, como a compaixão, mas, ao mesmo tempo, a admiração e o respeito, bem como a reflexão crítica sobre os fatos narrados. Quando Domitila falava dos dolorosos acontecimentos vivenciados por si mesma e por seu povo, sim, essa era a força da sua palavra: apelava ao lado humano e solidário de cada sujeito, em contrapartida, evidenciava a dura realidade de uma classe social que encontrou na luta e na resistência uma forma de vislumbrar um futuro a ser construído pelo proletariado.

Sem titubear, pode-se afirmar que a força primeira de Domitila foi impressa já na sua fecundação, visto ser sua mãe uma mulher forte e perseverante na missão que assumiu, ao se casar com Ezequiel Barrios, pai de Domitila. Ela era o alicerce que mantinha a família Barrios Cuenca de pé e unida. Enquanto o esposo se enveredava nas lutas sindicais dos mineiros, ou era deportado de um lugar a outro pelos governos militares, em decorrência dessa militância, a mãe de Domitila se mantinha firme no propósito de cuidar e educar as filhas do casal. Uma mulher que, no leito de morte, quando as forças já iam se extinguindo, preocupada com o futuro das cinco filhas que deixaria, arrancou do marido a promessa de não mais se distanciar das filhas por aquilo que sabia ser a razão da existência dele, até então, a luta política.

Ela herdou também a vocação ao ativismo político na figura do pai que embalava o berço, que falava da realidade boliviana, por meio de histórias lúdicas (mitos e lendas da cultura boliviana), as quais representavam o percurso histórico de dominação, de exploração humana e de espoliação das riquezas naturais do solo boliviano, realidade permeada de dor e sofrimento ante o autoritarismo e a ganância dos diferentes ditadores que comandaram a economia e a política do país. Ezequiel era um homem que acreditava que só haveria justiça, liberdade e igualdade na Bolívia, quando o proletariado destituísse a burguesia do poder e assumisse a direção dos rumos da nação. Durante anos, dedicou-se à batalha de ver esse ideal concretizado, não desanimando, ou se deixando abater pelas prisões, torturas, ameaças de morte ou deportações a lugares distantes com a intenção de fazer calar sua voz.

A resistência de Domitila era fruto dos valores éticos e morais do proletariado, transmitidos por seus pais, assim como da formação ministrada pelo Sindicato dos mineiros, representado por líderes escolhidos pelos trabalhadores, como Federico Escobar, Norberta de Aguilar e Gerónima de Romero – fundadora do Comitê de Amas de Casa da mina Século XX - que representava as mulheres e os homens abnegados que doaram suas vidas, muitas delas exterminadas pela repressão militar, em prol da causa trabalhista por ele advogada.

Outra influência na formação ativista e na marcante resistência da líder mineira foram os ensinamentos postulados pelo marxismo e leninismo. Ao tomar conhecimento dessas teorias, Domitila se identificou com elas, incorporando-as a seus ideais libertários, pois via nessas doutrinas a possibilidade da realização de um sonho que trazia da infância.

Essas leituras me serviram bastante. Ao mesmo tempo, eu podia comprovar uma coisa que sonhava desde menina: um mundo onde não ia ter pobres e todos teriam o que comer e vestir. Vi que estas idéias que eu tinha, estavam refletidas naqueles livros. E se acabava a exploração do homem pelo homem. E todo aquele que trabalhasse tinha direito a comer e a vestir bem. E o Estado devia velar pelos velhos, pelos inválidos, por tudo. [...] Isso me animou para seguir lutando. Pois, pensei, se sonhei com isso

desde criança, agora é necessário trabalhar e começar a valer-me dessa doutrina, basear-me nessa doutrina para seguir adiante (VIEZZER, 1978, p. 206).

Moema Viezzer, tradutora do testemunho de Domitila e autora da obra *Se me deixam falar...* (1978), assegura que a formação de Domitila foi produto da vivência e da experiência pessoal e coletiva com sua gente.

A escola onde Domitila se forjou é a vida do povo. No monótono e duro trabalho cotidiano de dona de casa das minas, descobriu como o trabalhador não é o único explorado, já que, pelos efeitos do sistema, ela e sua família também o são. Isto a motivou a participar ativamente na luta organizada da classe trabalhadora. Junto com suas companheiras, vive na própria carne as derrotas e os triunfos de seu povo. E a partir disso interpreta a realidade. Tudo o que comenta é vida e projeção” (VIEZZER, 1978, p. 11).

Devido ao protagonismo de Domitila nos confrontos ao governo de Barrientos e, posteriormente, de Hugo Banzer em defesa dos direitos das mulheres e dos mineiros, em 1975, ela foi convidada pelas Nações Unidas a participar do Congresso do Ano Internacional da Mulher, no México, como representante do Comitê de Donas de Casa da mina Século XX, em Llallagua. Nesse evento, representantes femininas de diferentes partes do mundo se reuniram para discutir temas relacionados à liberação da mulher, à discriminação e aos avanços sociais femininos.

Domitila compareceu ao congresso, participou ativamente todas às vezes que lhe concederam a palavra. Relatou o dia a dia da mulher mineira e sua luta diária na conservação do lar e cuidados com os filhos, bem como as atividades desenvolvidas fora de casa, com o objetivo de aumentar a renda familiar e auxiliar o marido nas despesas.

A boliviana aproveitou a oportunidade também para revelar às participantes do encontro de outros países a exploração da mão de obra mineira, as condições precárias em que viviam, a opressão e a violência a que eram submetidos pela ditadura militar em vigor no país. Entretanto, logo constatou que as questões femininas abordadas não correspondiam à realidade vivida pelas mulheres da América-Latina.

As causas pleiteadas no congresso eram apresentadas, majoritariamente, por feministas oriundas dos grandes centros, com realidades sociais, vivências e anseios completamente adversos aos das mulheres latino-americanas, que não representavam e tão pouco se preocupavam com as reivindicações das mulheres desse continente. A mineira de Llallagua não se intimidou com as pautas de discussões, conferências e palestras apresentadas, persistiu na sua meta de expor as dificuldades enfrentadas pelo povo da Bolívia, pois sabia que o quadro por ela mostrado estava em consonância com outras nações da América Latina.

O grupo feminista acabou se irritando com a insistência de Domitila em falar sobre as penúrias experienciadas por sua gente. Então, uma das líderes nacionais do México se aproximou de Domitila e pediu-lhe que deixasse as trágicas histórias dos trabalhadores bolivianos para outra ocasião e que passasse a abordar questões relativas às mulheres, às barreiras e às aspirações delas na luta contra o sexo oposto. Prontamente, a líder mineira pediu a palavra e proferiu o discurso que concedeu a ela notoriedade internacional.

Senhora, faz uma semana que a conheço. A senhora chega, cada manhã, com um vestido diferente; e, no entanto, eu não. Todo dia a senhora chega pintada e penteada como quem tem tempo para passar num cabeleireiro bem elegante e pode gastar um bom dinheiro nisso; e, no entanto, eu não. Eu vejo que todas as tardes a senhora tem um chofer esperando-a num carro na porta para levá-la para sua casa; e, no entanto, eu não. E para apresentar-se aqui como a senhora se apresenta, estou certa que vive numa casa bem elegante num bairro também elegante, não é? E, no entanto, nós as mulheres dos mineiros só temos uma pequena casa emprestada e quando morre nosso esposo, ou fica doente, ou o despedem da empresa, temos noventa dias para abandonar a casa e ficamos na rua. Diga-me, agora, senhora: a senhora tem algo semelhante à minha situação? Tenho eu algo semelhante à sua situação? Então, de qual igualdade entre nós vamos falar? Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento, ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece? (VIEZZER, 1978, p. 265-266).

O resultado dessa fala de Domitila foi a elaboração de um documento sobre o papel e a atuação da mulher nos países da América Latina, pelas representantes participantes do congresso, e também outros temas que elas jugaram pertinentes compor o texto. Esse foi levado a público pela imprensa que cobria o evento.

A participação de Domitila no Congresso do Ano Internacional da Mulher, em 1975, com seu testemunho, questionamentos e contestações marcou um novo momento na história da mulher latino-americana, assim como revelou às entidades ali representadas a necessidade de se articularem planos de ação, com base nas diferentes realidades e vivências sociais dessa parcela da sociedade. A boliviana, ao subir naquela tribuna e debater em pé de igualdade com mulheres de outros continentes, deu voz às milhares de vozes femininas silenciadas/ignoradas em toda a América Latina, abrindo espaço para novos temas e discussões sobre as questões femininas e a inserção do gênero nesses debates.

A educadora e escritora brasileira Noema Viezzer participou do congresso e acompanhou as intervenções da mineira boliviana nas discussões. Viezzer ficou surpreendida com o poder da oratória de Domitila, mulher simples e sem formação acadêmica, mas que sabia expor e debater com eloquência ideias e teorias complexas sobre as lutas de classes e a emancipação da mulher latino-americana. Viezzer não pestanejou, quando a líder retornou à

Bolívia, resolveu acompanhá-la com o objetivo de finalizar a escrita do testemunho da dirigente já iniciada (ALVAREZ, 2012, p. 6-7).

Dois anos após a participação de Domitila no congresso no México, a obra foi publicada com o título *Si me permiten hablar...*. *Testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia*. Pouco tempo depois, foi traduzida para mais de quinze países, inclusive o Brasil, denominada *Se me permitem falar... Testemunho de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia*. O livro promoveu ao público leitor o conhecimento do período ditatorial na Bolívia e seus desdobramentos na vida econômica, política e social de seus habitantes, bem como a trajetória de luta da mineira da mina Século XX, em Llallagua, Bolívia, Domitila Barrios de Chungara.

Ao regressar à terra natal, a luta incansável da mineira boliviana não cessou. No ano de 1978, ela, quatro companheiras e vinte filhos partem para La Paz, a capital da Bolívia, em ordem de batalha contra Hugo Banzer, que implantou o mais hediondo e nefasto dos períodos ditatoriais da Bolívia. Este governo perseguia, prendia, matava, fazia desaparecer e mandava para o exílio um número ainda hoje impreciso de camponeses, trabalhadores urbanos, universitários, líderes sindicais, jornalistas e intelectuais. Um ditador que legalizou a pena de morte no país, visando eliminar aqueles que ousavam erguer a voz contra as barbáries realizadas pelo governo de Hugo Banzer.

4.2.3 Quer dizer que cinco mulheres vão derrubar a ditadura?

O regime implantado por Banzer, após o golpe (1971-1978), desencadeou o combate e a repressão implacável a camponeses, trabalhadores urbanos e estudantes universitários, principalmente, os de La Paz e Santa Cruz. Esses opositores resistiram às imposições governamentais quanto às medidas econômicas adotadas, as quais contemplavam a classe privilegiada e oprimia e marginalizava, ainda mais, as classes mais baixas da sociedade boliviana.

No governo de Hugo Banzer, ocorreram vários conflitos entre as forças militares e os civis. Dentre eles, o ocorrido na cidade de Santa Cruz, cujo desfecho resultou em um número de noventa e oito (98) pessoas mortas e quinhentas e sessenta (560) feridas. Naquele mesmo ano, universidades foram fechadas e diversos estudantes de Santa Cruz fuzilados (VARGAS, 2009, p. 155).

Conforme Cunha Filho (2009), no ano de 1974, houve o denominado Massacre do Vale, quando os camponeses de Cochabamba, principalmente os de Tolata e Epizana,

insatisfeitos com o pacote econômico do governo, que aumentava os preços dos alimentos de primeira necessidade, porém congelava o valor da venda desses produtos pelo produtor rural, mobilizaram-se e formaram bloqueios nas principais estradas da região (CUNHA FILHO, 2009, p. 48).

Indignados com a situação, os camponeses exigiram a presença do presidente Banzer, a fim de que juntos, como faziam no governo do general Barrientos, encontrassem uma saída para o impasse. Entretanto, de acordo com Souza (2006), ao invés de comparecer e dialogar com os produtores, o governo enviou tanques e aviões de guerra, os quais abriram fogo contra os grevistas, compondo um quadro de banho de sangue que deixou para trás cerca de 200 mortos e um grande número de feridos (SOUZA, 2006, p. 110).

Em represália às constantes reivindicações dos trabalhadores mineiros, em 1975, o regime ditatorial de Banzer fechou as rádios mineiras. “Os trabalhadores mineiros têm três emissoras: A Voz do Mineiro, da Siglo XX, a 21 de Dezembro, de Catavi e a rádio Llallagua desse mesmo lugar” (VIEZZER, 1978, p. 237). Como forma de contestação eles realizaram a primeira greve após o golpe de 1971. O presidente resistiu à pressão, mas não lhe restou outra alternativa a não ser restituir as emissoras ao movimento mineiro.

A administração banzerista foi acentuadamente marcada por embates entre o governo e os trabalhadores, sendo que nenhum dos lados cedia aos propósitos iniciais: o primeiro em minar a resistência das diferentes organizações antigovernamentais do país; o segundo, em resistir e derrubar o domínio ditatorial na Bolívia.

Com esse intuito de atingir os resultados pretendidos, o regime Banzer incorporou aos métodos de repressão militares da Bolívia, técnicas já em prática em outros países da América Latina, como no Chile, a saber: o sequestro/prisão, a tortura, a morte/desaparecimento das vítimas das políticas de Estado. Além do mais, Banzer legalizou, na sua gestão, a pena de morte no país e a prisão por tempo indeterminado dos subversores. Ainda, esse governo foi marcado por um elevado número de presos políticos e exilados. Andrade (2007) acrescenta a essas ponderações.

O golpe de Hugo Banzer em 19 de agosto de 1971 não apenas destruiu o processo que se desenvolvia em torno da Assembleia Popular ou Comuna de La Paz como fortaleceu e deu novo impulso aos regimes militares da região, a métodos de violência política ainda mais brutais, às perseguições e desaparecimentos de lideranças políticas, que se multiplicaram em milhares de vítimas (ANDRADE, 2007, p. 125-126).

Na gestão de Banzer, houve um ataque político-militar a todo e qualquer ativismo político. Assim, para a contenção e a eliminação de movimentos de insurreição contra o regime

banzerista, houve a implantação do medo e do terror por ações coordenadas, como as prisões, as torturas, a anulação e a validade dos partidos políticos, sindicatos e associações. Centenas de lideranças políticas de oposição, jornalistas e intelectuais foram forçados a ir para o exílio político; órgãos de imprensa, como as rádios mineiras, sofreram intervenção militar ou foram fechadas. Domitila, no testemunho dado a Viezzer (1998), relata as ações desse ditador.

O general Banzer não chegou ao poder pela vontade do povo, mas sim, pela força, metralhando as universidades, matando e prendendo a um mundo de pessoas. E uma vez consolidado no poder, começou a tomar medidas atentatórias contra nós: primeiro, a desvalorização da moeda, depois o pacote econômico, depois o fechamento de nossas emissoras mineiras... (VIEZZER, 1998, p. 233).

A mineira continua a narrativa pontuando que, em novembro de 1974, “[...] foi publicado um decreto no qual Banzer se declarava ditador, anulando todos os partidos políticos, todos os sindicatos, desconhecendo toda instituição gremial, [...] Ele anulou toda a lei nacional, assim de uma só vez. E, [...] impôs a lei do serviço obrigatório para todos os cidadãos” (VIEZZER, 1998, p. 233).

As ações de Banzer e de seus aliados intensificaram a crise econômica e social do país e acentuaram os conflitos entre os militares e a classe trabalhadora da zona rural e urbana, tal como os apoiadores desses movimentos: a Igreja Católica e os universitários. Esse quadro gerou mobilizações e greves em todo o território boliviano, instalando um verdadeiro caos na nação.

Apesar da anulação dos partidos políticos, sindicatos e associações contrárias às políticas do governo, a partir de 1975, esses grupos começaram a se reorganizar na clandestinidade e com o agravamento da crise econômica, política e social no país, as organizações existentes e outras que despontaram, no decorrer do regime, como alguns segmentos da igreja católica, começaram a gestar uma greve de fome.

Os objetivos almejados com a realização da greve seriam: anistia geral e irrestrita para todos os presos ou exilados políticos, por razões sindicais ou políticas; a reintegração ao trabalho dos trabalhadores demitidos por questões políticas; a autorização de funcionamento das organizações sindicais; a revogação do decreto que declarava zonas militares os acampamentos mineiros e a retirada do exército desses centros (LAVAUD, 2003, p. 1-2). No testemunho a Moema Viezzer, Domitila é incisiva

Os trabalhadores têm uma grande força que é sua união. E atualmente, a união dos trabalhadores e a greve são praticamente as únicas armas que a classe trabalhadora possui para responder à repressão. Lógico, primeiro procuramos fazer sempre nossas reclamações através de manifestações, protestos. Se não nos escutam, então recorreremos à greve (VIEZZER, 1978, p. 234).

Assim, diferentes grupos: mineiros, trabalhadores de outras áreas, camponeses, estudantes, jornalistas, membros da Igreja Católica se reuniam às escondidas para, em união, acertarem os detalhes da greve de fome. Todavia, não houve consenso entre as organizações com relação à melhor data para sua realização. Parte dos presentes no encontro escolheram 24 de dezembro para o feito, mas os demais não apoiaram, uma vez que a data escolhida era uma festividade tradicional muito aguardada pelo povo e não acreditavam ser a melhor opção; a outra parte escolheu o dia 15 de janeiro para o início da greve. Galeano estava presente na assembleia e testemunhou a atitude da dirigente mineira frente ao conflito da classe, descrevendo-a na sequência.

Irritada com o impasse entre os dirigentes, Domitila se levantou, fixou o olhar em cada um deles e fez o seguinte questionamento: “– O inimigo principal, qual é? A ditadura militar? A burguesia boliviana? O imperialismo? Não, companheiros. Eu quero dizer só isso: nosso inimigo principal é o medo. Temos medo por dentro” (GALEANO, 1998, p. 317). O escritor uruguaio relata que: “Só isso disse Domitila na mina de estanho de Catavi e então veio para a capital com outras quatro mulheres e uma vintena de filhos” (GALEANO, 1998, p. 317).

As companheiras do Comitê Donas de Casa que embarcaram em mais essa luta com Domitila foram: “Nelly de Paniagua, Aurora de Lora, Angélica de Flores, Luzmila de Pimentel” (ALVAREZ, 2012, p. 4), que tinham esposos presos ou exilados pelos militares, partiram para La Paz em busca de apoio para a formação de um grupo de sustentação à greve.

Galeano e ficou admirado com a altivez e desprendimento de Domitila, uma mulher do povo, que em meio a tantos homens se levanta e toma a iniciativa de enfrentar o pior inimigo dos trabalhadores boliviano, o medo e os inúmeros anos de submissão e opressão vividos. Segundo o escritor “Quis saber tudo sobre ela e fui procurá-la. Encontrei uma mulher baixinha, muito frágil na aparência, mas que transmitia uma poderosa força emocional” (GALEANO, 2007). Após a reunião, o escritor teve várias conversas com a líder do Comitê de Donas de Casa, da mina Século XX, almejando ouvir seu testemunho de vida. Desses encontros teceu a narrativa estudada nesse tópico.

Dando continuidade à narrativa sobre a greve de fome protagonizada pelas mulheres mineiras da mina Século XX, Galeano relata: “No Natal começaram a greve de fome. Ninguém acreditou nelas. Vários acharam que esta piada era boa: – *Quer dizer que cinco mulheres vão derrubar a ditadura?* (GALEANO, 1998, p. 317). Para uma sociedade patriarcalista, na qual o papel da mulher estava restrito ao ambiente familiar e privado era inconcebível que elas, apenas cinco delas, mobilizassem toda uma nação e regessem o coro de vozes populares que clamavam

ao regime ditatorial, conduzido pelo general Hugo Banzer, o atendimento às medidas reivindicadas. Logo começaram a surgir apoiadores à causa defendida pelas mulheres mineiras.

O sacerdote Luis Espinal é o primeiro a se somar. Num minuto já são mil e quinhentos os que passam fome na Bolívia inteira, de propósito. As cinco mulheres, acostumadas à fome desde que nasceram, chamam a água de frango ou peru, de costeleta o sal, e o riso as alimenta. Multiplicam-se enquanto isso os grevistas de fome, três mil, dez mil, até que são incontáveis os bolivianos que deixam de comer e deixam de trabalhar e vinte e três dias depois do começo da greve de fome o povo se rebela e invade as ruas e já não há como parar isto (GALEANO, 1998, p. 320).

Em tom irônico, Galeano salienta que para aquelas mulheres acostumadas a passarem por privações e necessidades nos acampamentos mineiros, a ficarem horas, dias em filas para adquirirem alimentos nos armazéns controlados pela COMIBOL, nem sempre em quantidade suficiente, que saciasse a fome da família, a greve de fome não era um sacrifício, pois elas e os filhos foram preparados pela vida cotidiana a viver com o pouco. Segundo o escritor, “As cinco mulheres, acostumadas à fome desde que nasceram, chamam a água de frango ou peru, de costeleta o sal, e o riso as alimenta” (GALEANO, 1998, p. 320).

Imagem 8 Domitila de Chungara, Xavier Albó, Luis Espinal y otros compañeros en la huelga de hambre, diciembre 1977



Fonte: < <http://gumucio.blogspot.com/2012/03/domitila.html>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

A greve de fome na Bolívia foi acompanhada e transmitida pela imprensa nacional e internacional, promovendo intensa pressão da sociedade boliviana e de autoridades de outros

países para a derrocada da ditadura militar boliviana. O presidente, seus ministros e o exército tentaram resistir, por meio da repressão e da violência, mas ao cabo de vinte e um dias, Banzer, acuado de todos os lados, cedeu ao apelo do povo e atendeu às reivindicações dos grevistas, exceto a retirada das tropas militares dos setores mineiros. Galeano conclui a narrativa com a seguinte afirmação “As cinco mulheres derrubam a ditadura militar” (GALEANO, 1998, p. 318). A greve aconteceu do dia 28 de dezembro de 1977 a 17 de janeiro de 1978.

O resultado exitoso do movimento foi uma grande vitória para o povo boliviano, dado que as metas traçadas pelos diferentes grupos, quase todas foram conquistadas. A greve de fome protagonizada pelas cinco mulheres mineiras da Século XX - Cataví foi decisiva para o perecimento da ditadura militar de Hugo Banzer e o início do processo de democratização do país.

Essas mulheres, consideradas heroínas pela população boliviana daquele período, que, com coragem, lideraram a greve de fome, não visavam interesses próprios ou de uma classe específica, mas a defesa e a liberdade de cada um dos bolivianos do autoritarismo e do controle inclementes exercidos pelo regime ditatorial militar em vigor, desde o ano de 1964. As cinco mulheres com seus vinte filhos, sindicatos, associações, estudantes, religiosos e cidadãos comuns, em unidade, reescreveram nas páginas da história os rumos políticos e sociais vindouros.

Domitila Barrios de Chungara continuou firme no enfrentamento e no combate aos governos que vieram após a greve de fome pelos direitos à palavra e as liberdades públicas da classe operária e camponeses. Não retrocedeu ou desistiu de lutar e acreditar que unidos os trabalhadores das minas e do campo poderiam construir um futuro melhor e mais digno para si mesmo, suas famílias e cidadãos da Bolívia.

Àqueles que conheceram Domitila e tiveram a oportunidade de conviver com ela, ouvir seu testemunho de vida, contemplar a afeição que ela dedicada à sua gente e a sua terra, foram marcados pela grandeza interior e convicção de ideais dessa mulher comprometida e fiel, até o fim de seus dias, com a defesa dos direitos humanos dos trabalhadores bolivianos.

Manoel Morales Alvarez no artigo intitulado *Domitila: a voz de los poderes del silencio*, tece o seguinte comentário sobre a potência da palavra da ativista no amago do ouvinte e/ou leitor

Nunca conheci uma mulher, que tivesse uma palavra tão simples e ao mesmo tempo com tanta força, com uma enorme capacidade de desestruturar nosso modo passivo de pensar e abstraída das consequências dos conflitos sociais. Domitila era a voz do proletariado, dos trabalhadores e do povo boliviano, dos poderes do silêncio, da mulher comprometida com a própria vida (ALVAREZ, 2012, p. 3).

Domitila se dedicou à defesa das causas políticas e sociais de seu povo até o último de seus dias. A mineira e ativista foi vítima de um câncer de pulmão, herança dos anos vividos nas minas de Llallagua, com o qual travou a batalha de resistência derradeira. Em 2012, veio a óbito na cidade de Cochabamba, na Bolívia, aos 74 anos de idade.

A trajetória de luta, amor, doação e abnegação dessa líder mineira a seu povo é um legado histórico e testemunhal acerca da atuação feminina nos combates bolivianos travados pela conquista da democracia, bem como a sua valentia e pujança um exemplo que urge ser transmitido às novas gerações.

Eduardo Galeano ao compor as narrativas que trazem Domitila Barrios de Chungara como eixo norteador, evidenciou a força, a coragem e a determinação dessa mulher simples, pobre, mestiça e esposa de trabalhador mineiro, que não se acomodou ante a dura realidade de privações que lhe foi imposta por um sistema que privilegiava a burguesia e negligenciava os pobres e assalariados. Também não se acovardou frente às tradições culturais milenares que ditava as regras de quem devia ou não participar, intervir e atuar nas transformações da vida em sociedade.

No terceiro tomo da trilogia *Memória do Fogo, O século do vento*, o escritor ressalta nos relatos o ativismo de Domitila, o empoderamento da palavra por ela proferida, a liderança, a capacidade que possuía em conscientizar e mobilizar aqueles que estavam a sua volta sobre a importância da participação da classe trabalhadora e feminina nas diretrizes econômicas, políticas e sociais traçadas para a nação. Ainda, a ativista apregoava a seus pares o valor da luta e da união na conquista do direito à liberdade, igualdade e justiça para todos os povos.

Domitila Barrios de Chungara partiu em 2012, todavia deixou impresso no coração e na alma do povo boliviano e da população latino-americana seu testemunho de luta e resistência às realidades negligenciadas pelo poder público. Essa nobre guerreira ensinou com a vida, que somente com a união entre os pares e a luta organizada será possível derrotar os governos autoritários, desumanos e corruptos.

Em reconhecimento às batalhas travadas por Domitila, em 2007, o presidente da Bolívia, Evo Morales, concedeu-lhe como homenagem o prêmio post mortem Condor dos Andes. A mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara, para Eduardo Galeano e para todos que comungam os ideais por ela disseminados, figura entre aquelas personalidades que não morreram jamais, pois viveram para sempre na memória coletiva dos habitantes desse território chamado América Latina. Viva Domitila!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos militares de grandes proporções entre países europeus e, posteriormente, estendendo-se a outros continentes, pela disputa do controle econômico, político, territorial e social, em âmbito nacional e internacional, que afetaram e transformaram a vida e a história mundial.

Nesses conflitos, os Estados Unidos da América e a União Soviética saíram vitoriosos e, apesar de pertencerem ao mesmo grupo, os aliados, surgiu entre eles uma intensa rivalidade pela exploração de novas terras e culturas, na busca por novas fontes de riquezas e apoio político, bem como pela dominação do mercado financeiro interno e externo.

No duelo pela soberania, a partir dos anos de 1960, a guerra entre esses países reverberou em nações latino-americanas, dado que movimentos sociais (trabalhadores, estudantes, imprensa, intelectuais etc.), insatisfeitos com a interferência americana em solo nacional, os conchavos político-militares com esses países para a dilapidação dos recursos naturais e a má administração dos poderes instituídos, organizaram-se na ânsia pela implantação de formas de governos mais justas e igualitárias, que dirimissem o caos econômico e social que havia se instalado em alguns países da América Latina.

A resistência de membros da população e movimentos organizados acarretaram a instauração das ditaduras militares financiadas e coordenadas pelos EUA, numa aliança entre as Forças Armadas de cada terra com o apoio estratégico e armamentista desses Estados, com vistas a dissolver a insurgência civil e o retorno da condução das diferentes esferas da vida em sociedade pela via da intolerância, da repressão e da violência pública. No decorrer da pesquisa, aqui apresentada, foram evidenciadas as cruéis práticas militares e a total falta de respeito à vida humana, entre os anos de 1964 e 1985, período em que, na busca pela perpetuação da dominação do sujeito e da sociedade, os governos militares deixaram um rastro de dor, sofrimentos e traumas incuráveis em suas vítimas, além de um número, ainda indeterminado, de mortos e desaparecidos de todas as faixas etárias.

Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio, testemunha e vítima dessa época, na obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), tecida durante o exílio na Espanha, inconformado com os abusos e atrocidades desses líderes políticos e com os registros oficiais desse contexto histórico, que ignoravam acontecimentos e invisibilizavam os agentes históricos dos fatos ocorridos, cidadãos comuns que protagonizaram as lutas desencadeadas e travadas contra o regime ditatorial, propôs-se a re(contar), a re(escrever) a história, numa narrativa histórico-literária, na qual as personagens fossem reveladas, ou tivessem, elas próprias, o direito

de narrar os brutais acontecimentos vivenciados e, dessa forma, gravar na memória da coletividade e nas páginas históricas de cada país/nação sua participação na construção da democracia.

Galeano encontrou no texto literário, no fazer poético, um instrumento capaz de realizar tal projeto, assim como de exteriorizar estados da alma, fantasmas que o aterrorizavam e a outros que, como ele, haviam vivido a tortura psicológica, ou física, a dor do desterro da terra natal, a separação de seus entes queridos, a incerteza de um novo dia, ou do destino que seria dado a suas vidas, no momento seguinte, pelos verdugos. Também, para ele, a literatura foi um instrumento de comunicação, atemporal, entre os homens, sendo que a “[...] função primordial da literatura latino-americana atual consiste em resgatar a palavra, usada e abusada com impunidade e frequência para impedir ou trair a comunicação” (GALEANO, 1990b, não paginado).

Com base nessas primícias, a composição da trama galeana manteve o diálogo entre a narrativa histórica e a literária, composta por relatos orais, via memória, de sujeitos que experienciaram ou tiveram contato com as lutas populares no contexto das ditaduras. Todavia, o escritor, por meio do acabamento estético e da licença poética, ressignificou o discurso histórico, trazendo à luz do texto literário, detalhes ignorados ou relegados ao esquecimento pelas páginas dos registros históricos.

Como forma de redimir o passado histórico das terras latinas, encontramos em Galeano um guardião da história e da memória do território latino-americano, um agente histórico que encontrou na palavra, burilada pelo fazer literário, um recurso capaz de disseminar e eternizar na memória coletiva os dramas vivenciados pelos povos de toda essa extensão geográfica: a espoliação de recursos físicos e materiais, o jugo imposto às classes sociais menos favorecidas, a usurpação da voz do eu e do outro, a fim de promover a reflexão crítica dos fatos e, com base nessa reflexão, fomentar e preservar para a posteridade essa história e essa memória.

Ainda, o escritor uruguaio encontrou no relato histórico-literário uma forma de representar figuras discriminadas e/ou ignoradas pelas forças políticas e sociais, mas que protagonizaram mudanças históricas em seus países, pois, para Galeano, “dentro de uma sociedade presa, a literatura livre só pode existir como denúncia ou esperança” (GALEANO, 1990b, não paginado). O escritor vai além, ao pontuar: “Escrevemos, na realidade, para as pessoas com cuja sorte, ou azar, nos sentimos identificados. Os que comem mal, os que dormem mal, os rebeldes e humilhados desta terra (GALEANO, 1990b, não paginado).

Dentre esses sujeitos colocados em segundo plano no cenário social, Galeano exaltou em *O século do vento* a luta de mulheres, como as mães e as avós da Praça de Maio, na

Argentina, assim como da mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara, as quais, por amor a seus filhos e netos ou ao povo de seu país, confrontaram as forças ditatoriais, exercendo papel decisivo na derrocada da ditadura e início do processo de democratização de seus países. Entretanto, o enfrentamento à ditadura militar e a seus líderes, que tinham como meta banir e eliminar os opositores do regime, não foi fácil, nem isento de dor e sofrimento. Elas encontraram, ao longo da caminhada, inúmeras barreiras e intempéries, na busca dos objetivos propostos, mas resistiram bravamente a cada um deles, sempre em frente e decididamente, tendo o amor e a esperança como bússola que orientava e conduzia ao próximo passo, à próxima ação.

Em relação às mães e avós da Praça de Maio, essas mulheres enfrentaram, primeiramente, séculos de apagamento e exclusão da vida pública, uma vez que cabia a elas o cuidado familiar e doméstico, sempre à sombra de um homem que tomava as decisões e falava em seu nome. Na realidade, o maior inimigo enfrentado por elas foi o medo e a insegurança acerca da própria capacidade de lutar. Galeano, ao refletir sobre essa realidade, tece o seguinte comentário: “Atrás de todo grande homem, existe uma mulher. Frequente homenagem, duvidoso elogio: reduz a mulher à condição de encosto de cadeira” (GALEANO, 1990a, p. 35).

A pesquisa revelou mulheres dotadas de uma força e uma capacidade de liderança e transformação extraordinárias. Mulheres que se colocaram na linha de frente no combate contra o furor do regime ditatorial. Mulheres que, destemidamente, buscaram por seus filhos e netos em delegacias, em centros de detenção clandestinos, em hospitais, ou em qualquer outro lugar onde houvesse a possibilidade de encontrá-los. Mulheres que rodavam e rodavam em torno da pirâmide da Praça de Maio, em protesto contra o terrorismo instalado e vivido pelas famílias argentinas.

Mulheres que tomaram a liderança e asseguraram a união do grupo que lutava, promoveram o diálogo, criaram estratégias para a divulgação dos desaparecidos e o conhecimento das barbáries e dos opressores à sociedade nacional e internacional. Figuras femininas que organizaram e coordenaram movimentos e manifestações de grande porte que foram surgindo no decorrer do processo de busca por seus familiares. Mulheres sem formação intelectual que buscaram formação adequada. Mulheres que perderam suas vidas em defesa da causa. Mulheres que não desistiram, ou não se amedrontaram, ou não se acovardaram ante as ameaças e as perseguições constantes, mas que, ao cabo de nove anos, protagonizaram no julgamento e na condenação dos autores dos crimes praticados contra seus filhos e netos.

Avós que, nos primeiros anos, por falta de apoio da sociedade civil, investigaram, por conta própria, o paradeiro de seus netos, encontrando, até o ano de 2019, cento e trinta deles e

os restituindo a suas famílias de origem. Avós que lutaram pela criação de leis de proteção ao menor, ajudaram na composição da Comissão da Verdade, organismo de investigação dos crimes políticos cometidos pela ditadura militar, tal como idealizaram métodos que possibilitavam a identificação das crianças sequestradas e reencontradas pela organização e dos restos mortais de desaparecidos.

Com relação à mineira boliviana, a pesquisa evidenciou a garra e a determinação de uma mulher de origem humilde, e que, seguindo os passos de seu pai, abraçou a luta dos trabalhadores mineiros e camponeses por melhores condições de trabalho e pelos direitos básicos à vida humana, como: moradia, alimentação, saúde, educação e liberdade de expressão.

Domitila defendeu, também, a liberação feminina e a união de todos os membros da família no enfrentamento a políticas públicas e regimes de governos que exploravam, prendiam, matavam e exilavam os mineiros, os camponeses e seus dirigentes. Ela viveu no corpo e na alma o peso da opressão e da violência, perdeu três filhos às vésperas de nascerem, devido à tortura e aos enfrentamentos às autoridades ditatoriais. Porém, nada e nem ninguém foi capaz de detê-la em seu firme propósito de ver a Bolívia livre do jugo imposto pelo regime militar e do controle dos EUA na economia, na política e na esfera social da nação.

Desacreditada por parte da sociedade boliviana, em 1977, a mineira de Llallagua e mais quatro companheiras protagonizaram a greve de fome, que derrubou a ditadura de Hugo Banzer e viabilizou a abertura para a implantação da democracia na Bolívia. Mulheres que não se deixaram intimidar pelo medo do agressor, ou dos companheiros e lideranças masculinas que duvidavam de sua força e poder de modificar realidades, mas, juntas, durante vinte e um dias, sustentaram a mobilização e conquistaram a confiança e a adesão de grande parte da população à luta e aos objetivos propostos.

A pesquisa propiciou o conhecimento da superação de práticas culturais pelo gênero feminino, impostas por heranças ancestrais, bem como as batalhas e conquistas alcançadas, a força, a coragem e a perseverança de mulheres que, por um amor incondicional, foram capazes de doar suas vidas à luta contra o autoritarismo e a inclemência de governos militares, a fim de que outros não vivessem os mesmos dramas. Também, foi possível concluir que os discursos, as ações populares, a união e os movimentos sociais silenciosos, organizados e vividos por essas mulheres foram primordiais para o fim das ditaduras latino-americanas.

O texto histórico-literário possibilitou o (re)conhecimento de realidades dantes inimagináveis. O espaço-temporal (re)criado por Galeano na obra *O século do vento* permitiu-nos vislumbrar outros horizontes, adentrar no contexto histórico do período ditatorial e apreender os fatos e as motivações que os desencadearam.

A narrativa galeana nos levou a um universo tangível ou ficcional, que viabilizou o contato com vivências e culturas outras, as lutas, as dores, os sofrimentos, as necessidades e as privações experienciadas por esses sujeitos, despertando a compaixão e a solidariedade ante a violência e a opressão a que foram submetidos por anos a fio.

Galeano, através da memória individual e coletiva, transportou-nos àquela noite fatídica em que dezenas de mães angustiadas lamentavam o sequestro e a prisão de seus filhos, ou o caminhar todas as quintas-feiras em torno da pirâmide no centro da Praça de Maio em protesto e confronto à ditadura militar pela restituição de seus rebentos. Assim como, a alegria da vitória em ver condenado o carrasco que privou pais, filhos e netos de desfrutarem o convívio familiar.

Também, por meio do texto literário, via memória, conhecer a mineira boliviana Domitila de Chungara, sua garra e determinação na luta pela causa trabalhista e por melhores condições de vida ao povo boliviano desprovido de bens e recursos financeiros. Sofrer a brutalidade da tortura, das prisões, do exílio. Chorar com ela, sentir as dores do parto de filhos, os quais não teve a oportunidade de embalar nos braços, de acompanhar o crescimento e desenvolvimento. Mas, em simultâneo, comemorar com ela e suas companheiras o êxito, após dias de sacrifício e pressão do governo militar e seus aliados, em ver tombar o ditador e o regime militar por ele imposto.

Por último, depois de dois anos de caminhada ao lado de Eduardo Galeano pela história da ditadura militar latino-americana, compreendida entre os anos de 1964 a 1985, parar, analisar e refletir sobre o conhecimento apreendido e a experiência obtida, bem como sobre os regimes de governos que sucederam o período ditatorial, analisando criticamente as disparidades e analogias entre eles. Ainda, ponderar o papel a ser exercido por cada membro da sociedade de modo a assegurar que realidades como as narradas pelo escritor e ativista uruguaio não sejam esquecidas nem se repitam jamais.

Dessa forma, o estudo e a análise da obra *Memória do Fogo: o século do vento* (1998), de Eduardo Galeano, promoveu, por intermédio da literatura, da história e da memória, um conhecimento ímpar do contexto ditatorial da América Latina e da atuação feminina nesse contexto, incentivando o aprofundamento e a continuidade da pesquisa sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABUELAS de Plaza de Mayo. *La historia de Abuelas: 30 años de búsqueda, 1977-2007*. Buenos Aires, Argentina: Autor.
<<https://www.abuelas.org.ar/archivos/publicacion/abuelas30.pdf>>. Acesso em: 12/05/2021.

ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas/historias ejemplares: La historia e la voz del Otro In: BEVERLEY, John. BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Ed.) *La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Revista de crítica literária latinoamericana, Lima, n. 36, ed. especial, jul. – dez. 1992. Disponível em:
<[file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20(1).pdf)>. Acesso em: 06 out. 2021.

ALVAREZ, Manoel Morales. *Domitila: a voz de los poderes del silencio*. La Paz: Segunda Época, v. 160, p. 01-09, 16 mar. 2012. Disponível em:
<<http://patriainsurgente.nuevaradio.org/?p=460>>. Acesso em: 18 out. 2021.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. “*No me borren de La Historia*”. *Verdad, Justicia Y Reparación En Bolivia (1964-1982)*. Amnesty International Publications 2014. Disponível em:
<https://www.es.amnesty.org/fileadmin/noticias/P4306_Bolivia_final_Web_01.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *Bolívia, 1964–Os militares também golpeiam*. São Paulo: Projeto História, 131-146, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2314>>. Acesso em: 18 maio. 2021.

ANSÓTEGUI, Elena. *Memoria del fuego de Eduardo Galeano: anticipo literario de la teoría descolonial*. *Spesiale Spansk Københavns Universitet*. University of Copenhagen, Dinamarca, 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/329643734>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BAKHTIN Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____; (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Prefácio de Roman Jakobson. Apresentação de Marina Yaguello. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. O discurso na poesia e o discurso no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. (Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al). 7 ed. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1990 [1934-1935].

BARNET, Miguel. *La fuente viva*. La Habana, Letras Cubanas, 1986.

_____. *Biografía de un cimarrón*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1977.

BARROS, José D'Assunção. *História e memória – Uma relação na confluência entre tempo e espaço*. Mouseion, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2021.

BARTHES, Roland. *Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. *A morte do autor*. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Rua de Mão única*. Obras Escolhidas Vol. 2, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEVERLEY, John. BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Ed.) La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Revista de crítica literária latinoamericana, Lima, n. 36, ed. especial, jul. – dez. 1992. Disponível em: <[file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20(1).pdf)>. Acesso em: 06 out. 2021.

BEVERLEY, John. *Anatomia del Testimonio*. Lima: Revista de Crítica Literaria Latinoamericana. Año 13, No. 25, 1987. pp. 7-16. Disponível em: <<http://homepages.neiu.edu/~bpbisbey/SPAN%20481/BeverleyAnatomiadeTestimonio.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2021.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BORSANI, Raquel García. *Cadencias de la historia. En torno a Memoria del fuego de Eduardo Galeano*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/43058341/Cadencias_de_la_historia_En_torno_a_Memoria_del_fuego_de_Eduardo_Galeano>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

_____. *Narrativa e resistência*. Araraquara: Itinerários, 1996. N. 10, pp. 11-27.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 2 – Literatura e Formação da Consciência. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHIAPPINI, Ligia; BRESCIANI, Maria Stella. *Literatura e Cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. Estratégias de pesquisa: história de vida, análise e conteúdo. In: CHIZZOTTI, Antônio *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petropolis: Vozes, 2011
COMPAGNON, Antonie. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CUCHIVAGUE, Karen Ortiz. *Las Madres de la Plaza de Mayo y su legado por la defensa de los derechos humanos*. Bogotá: Revista Unal. N.º 14, 2012. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/37269/40227>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21401>>. Acesso em: 02 out. 2021

DARIN, Leila Cristina de Melo. *A tradução cultural como metáfora*. Revista Intercâmbio, v. XLIII: 47-66, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP.

DE MARCO, Valéria. *A literatura de testemunho e a violência de Estado*. São Paulo: Lua Nova, n. 62, 2004.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce da Silva Ramos; Prefácio de Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, UNICAMP, 1994.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: Brait, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. *Linguagem & Diálogo – as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

FENTRESS, James. Preservação e Modernidade. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). *Memória e Cultura – A importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FONSECA, Aytel Marcelo Teixeira da. *Metáfora como estratégia estilístico-argumentativa uma invasão nas cartas dos leitores*. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

FREIRE, Paulo. O processo da alfabetização política: uma introdução. In: *Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GAI, Eunice Piazza. A idéia de permanência no mundo em perspectiva irônica. *In: Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. 6, 1999, Rio de Janeiro. Acta. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/view/28/43/426-1>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GALEANO, Eduardo. *O Caçador de Histórias*. Trad. Eric Nepomuceno. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.

_____. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Trad. Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. Nuestro enemigo principal es el miedo. Lo tenemos adentro. In: ALVAREZ, Manoel Morales. *Domitila: a voz de los poderes del silencio*. La Paz: Segunda Época, v. 160, p. 01-09, 16 mar. 2012. Disponível em: <<http://patriainsurgente.nuevaradio.org/?p=460>>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. *Dias e noites de amor e de guerra*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM. 2011.

_____. *Memória do Fogo I: O nascimento*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM. 2010.

_____. *Memória do Fogo III: o século do vento*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM. 1998.

_____. *Memória do Fogo II: As Caras e as Máscaras*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM. 1997.

_____. *Nós dizemos não*. Trad. Eric Nepomuceno. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990a.

_____. *A descoberta da América (que ainda não houve). Dez erros ou mentiras frequentes sobre Literatura e Cultura na América Latina*. 2. ed. Trad. Eric Nepomuceno. Comentário e Hipertexto: Renata Fraga dos Santos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990b. Série Síntese Universitária.

_____. *Memoria del Fuego III: el siglo del viento*. Madrid: Siglo XXI, 1986.

_____. *Memoria del fuego II: las caras e las mascararas*. Madrid: Siglo XXI, 1984.

_____. *Memoria del fuego I: Los nacimientos*. Madrid: Siglo XXI, 1982.

_____. *El exilio: entre la nostalgia y la creación*. El exilio Revista de la Universidad de Mexico. Barcelona, 1979.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. Políticas Educativas, Santa Maria, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69759/39300>> Acesso em: 18 maio 2021.

GONÇALVES, Egito. E onde param os desaparecidos. *In: O esperado fim do mundo já partiu. Antologia poética de Egito Gonçalves*. Seleção e apresentação José Manuel T. Silva. Língua Morta, 2020. p. 164.

GARCÉS, María do Carmo. *Domitila Chungara, todo por ganar*. La Plata: Revista Maíz, p. 49-53, jan. 2019. Literatura y política. Disponível em: <<https://www.revistamaiz.com.ar/2019/01/domitila-chungara-todo-por-ganar.html?m=1>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres: historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Tomo I (1976-1983), 1a ed. La Plata: EDULP, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IRAMAIN, Demetrio. *Una historia de las Madres de Plaza de Mayo*. 1a ed. La Plata: EDULP, 2017.

KOVACIC, Fabián. *Galeano. Apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Vergara, 2015.

LAVAUD, Jean-Pierre. *La dictadura minada: La huelga de hambre de las mujeres mineras. Bolivia 1977-1978*. Nouvelle édition [en ligne]. La Paz: Institut français d'études andines, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. *Radio Pío XII: uma mina de coraje*. Quito, Aler/ Pío XII, 1984.

MANÇANO, Luiza. *Mães da Praça de Maio na Argentina: 42 Anos de Maternidade Política*. São Paulo: Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/maes-da-praca-de-maio-na-argentina-42-anos-de-maternidade-politica>>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-129. MOLINA THEISSEN, Ana Lucrecia. *La desaparición forzada de personas en América Latina*. KO'AGA ROÑE'ETA, Série VII, 1998. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/a12028.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em história, nº 10, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinell. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. Revista História da Educação, Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220/pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PICORNELL, Mercé. *El género testimonio en los márgenes de la historia: representación y autorización de la voz subalterna*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. 23, 2011, p. 113-140. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3743792>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PIRES, V. L.; KNOLL, G. F.; CABRAL, E. *Dialogismo e Polifonia: dos conceitos análise de um artigo de opinião*. Porto Alegre: Letras de Hoje, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PRADA OROPEZA, Renato. *El discurso-testimonio*. *In: _____*. *El discurso-testimonio y otros ensayos*. México-DF: Difusión cultural UNAM, 2001. p. 437-460. Disponível em:

<<https://cdigital.uv.mx/bitstream/handle/123456789/6384/19892223P437.pdf;jsessionid=48EC9E27A233C264F6833C90F002E170?sequence=1>>. Acesso em: 09 out. 2021.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. Tradução de Fernando Py. Rio de Janeiro. Ediouro, 2002.

RANDALL, Margaret. ¿Qué es y cómo se hace un testimonio? *In: BEVERLEY, John; ACHÚGAR, Hugo (Ed.) La Voz del Otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa*. Revista de crítica literária latinoamericana, Lima, n. 36, ed. especial, jul. – dez. 1992. Disponível em:

<[file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/eli_p/Downloads/La_Voz_del_Otro_Testimonio_y_subalternid%20(1).pdf)>. Acesso em: 06 out. 2021. p. 33-57.

REATO, Ceferino. *Disposicion final: la confesion de videla sobre los desaparecidos*. 1a ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

RESTREPO, Alejandra. *El testimonio: género fronterizo*. Cidade do México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, UNAM, 2009. Disponível em: <<http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/textos/ca127-101.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

RODRÍGUEZ CORRALES, Carla. *De la memoria al discurso: Una aproximación a ‘Si me permiten hablar...’ Testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia (1977)*, Moema Viezzer. Revista de Historia, no. 72, 2015. p. 57-73.

RICOEUR, Paul. *Transcrição de comunicação na conferência “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”*, Budapeste, 2003.

_____. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Maulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SÁBATO, Ernesto. (Org). *Nunca Mais*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SARLO, Beatriz. Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação. Sergio Miceli (org). Tradução Mirian Senra. 1 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SELIGMANN, Márcio Silva (org). *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. 3ª reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SILVA, Giuslane Francisca da. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, 2016, p. 247-253. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241>>. Acesso em: 23 abril 2021.

NAGY-ZEKMI, Silvia. MENCHÚ, Rigoberta. *¿Testimonio o ficción? Actitudes académicas*. CiberLetras: revista de crítica literaria y de cultura, 2008. Disponível em: <https://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v05/nagy.html>. Acesso em: 18 out.2021

SKLODOWSKA, Elzbieta. *Miguel Barnet y la novela-testimonio*. Revista Iberoamericana, Vol. LXVIII, Núm. 200, 2002. Disponível em: <[file:///C:/Users/eli_p/Downloads/5970-23630-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/eli_p/Downloads/5970-23630-1-PB%20(4).pdf)> Acesso em: 19 out. 2021.

SOUZA, Rosinaldo Silva de. *Os cocaleros do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia*. 2006. 178 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Antropologia, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5477>>. Acesso em: 28 out. 2021.

TERÁN, C.S.G. CASTILLO, J.P. CÁRDENAS, E.G. 1967: *San Juan A sangre y fuego*. Biblioteca Laboral nº 28. La Paz, Bolívia, 2016. Disponível em: <https://www.carlossoriag.com/wp-content/uploads/2020/05/Biblio_56-San-Juan-a-sangre-y-fuego.pdf>. Acesso em: 30/10/2020.

TEZZA, Cristovão. *O espírito da prosa: uma autobiografia literária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2021.

VARGAS, Elizabeth Santalla. Bolívia. In: GISELA ELSNER (Uruguai). Fundação Konrad-Adenauer (ed.). *Justicia de transición. Informes de América Latina, Alemania, Italia y España*. Montevideo: Konrad-Adenauer, 2009. p. 153-170. (Colección Konrad Adenauer). Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/9/4487/23.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

VERBITSKY, Horacio. O voo: A história da operação militar de extermínio que abalou a Argentina. Trad. Paulo Octaviano Terra. São Paulo: Globo, 1995.

VIEZZER, M. “*Se me deixam falar...*”: depoimento de uma mineira boliviana. Tradução: Edimilson Bizelli. 3. ed. São Paulo: Símbolo, 1978.